

# Dez Bilhões de Cruzeiros: Prejuízo do R. G. do Sul Com a 204

Texto na 8.ª pag.

# Cresce a Campanha Popular de Ajuda a NR: 120.000,00 Esta Semana

Texto na 3.ª pag.

## Dep. Hércules Corrêa Apresenta Projeto Defendendo Direitos Dos Trabalhadores da Construção Civil

Texto na 6.ª página

# NOVOS RUMOS

## 100 Prefeitos e Vereadores de São Paulo Pela Legalidade do Partido Comunista

Texto na 4.ª página

EDIÇÃO PARA A GUANABARA

ANO III

Rio de Janeiro, semana de 2 a 8 de junho de 1961

Nº 117

DEPARTMENT OF STATE  
LIBRARY DIVISION



# Submissão a Adenauer: Itamarati Torpedeia Acôrdio Com a RDA

Assembléia

Lei antitruste

fluminense ao lado de Cuba

é instrumento de luta

4.ª página

3.ª página

## Ação Sindical Contra Ameaças ao Direito de Greve

Texto na 2.ª página



A MISSAO João Dantas foi, há um mês, autorizada publicamente pelo sr. Jânio Quadros a "estender seu raio de ação, urgentemente, até a Alemanha Oriental". Cumprindo a determinação do presidente da República, o sr. Dantas firmou, em fins da última semana, um convênio comercial com a RDA, altamente vantajoso para o Brasil. Agora, entretanto, vem o Itamarati e, em nota oficial, desautoriza o sr. Dantas, alegando, primeiro, que sua viagem à Alemanha Oriental tinha caráter "pessoal e particular" e, depois, que o governo de Bonn poderia considerar aquele convênio como um "ato inamistoso". O governo brasileiro cede, assim, às extensões de Adenauer. Onde fica a "independência" de nossa política exterior? (3.ª página).

Política antidemocrática de C. Pinto

Art. de Moisés Vinhas na 4.ª pag.

## Dep. Jonas Bahiense: Athos Vieira Foi à Cuba Fazer Câmbio-Negro

Texto na 3.ª página

### NOVOS RUMOS de roupa nova

NOVOS RUMOS tem procurado, desde o seu aparecimento, satisfazer sua grande massa de leitores, através de constantes medidas visando aprimorar as qualidades do jornal, tanto através do maior cuidado na elaboração de suas matérias, como por meio do aperfeiçoamento de sua feitura gráfica, sempre que nos parece não estar acompanhando como melhor poderia os acontecimentos que são do seu dever refletir, sempre que as opiniões dos leitores sugerem a necessidade de modificações.

Assim, agora que se nos tornou mais difícil atingidos que somos também pelas reacionárias medidas cambiais do governo — manter um jornal de dois cadernos, apareceremos apenas com um, em roupagem inteiramente nova. O aumento do número de colunas e a diminuição do corpo de composição surgem como medidas para compensar a perda do segundo caderno e poder oferecer aos leitores, em espaço menor, pelo menos a mesma quantidade de matérias.

Estamos certos de que os leitores apoiarão as medidas tomadas e continuarão a nos estimular com suas críticas e sugestões para um NOVOS RUMOS sempre melhor.

## Osny Duarte: Pressão Popular Para Uma Política Externa independente

PERANTE numerosa assistência, o desembargador Osny Duarte Pereira pronunciou, terça-feira última, na ABI, sua anuenciada conferência sobre Política Exterior do Brasil. Depois de fazer uma exposição geral sobre a história da política externa do país, a partir do Império, o desembargador Osny Duarte Pereira demorou-se na apreciação das linhas gerais dessa política no período iniciado após a 1.ª Guerra Mundial e do jogo das influências imperialistas. Particular análise mereceu do conferencista os fatos posteriores à Segunda Guerra Mundial, as tentativas de envolvimento do Brasil na guerra da Coreia e a assinatura do Acôrdio Militar Brasil-Estados Unidos. Concluindo, assinalou o desembargador Osny Duarte as vacilações do atual Governo e a necessidade de ser iniciado o movimento popular no sentido de garantir a concretização das tendências positivas reveladas na política externa do sr. Jânio Quadros. afirmou o conferencista que só o movimento nacionalista e popular é capaz de tornar realidade uma política externa realmente independente e soberana.

Após a conferência, verificou-se animado e prolongado debate do qual participaram populares, jornalistas e economistas.

A conferência do desembargador Osny Duarte Pereira, patrocinada pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, contou com a presença de numerosas personalidades, entre as quais os

generais Felcissimo Cardoso, Sousa Mendes e Sampson Sampaio, cel. Luiz Bayardo da Silva, representante da Associação dos ex-alunos do ISEB, sr. Hélio Pires Ferreira, representante do Movimento Nacionalista Brasileiro, prof. Henrique Miranda, deputados Silvio Braga e Paulo Couto, cel. Paulo Hoppe e cel. Kardeck Lome. No clichê, o dr. Osny Duarte, quando pronunciava sua conferência, e parte da assistência.

### LEIA NO SUPLEMENTO ESPECIAL: REFORMA GAMBIAL CONTRA O POVO

NOVOS RUMOS, atendendo a inúmeros pedidos de leitores, publica esta semana um suplemento especial com um estudo de Renato Guimarães sobre a reforma cambial, com base nas instruções 204 e 205 da SUMOC. Além de analisar a política governamental, o estudo aponta uma série de medidas destinadas a solucionar as dificuldades econômica-financeiras do país de acôrdio com os interesses do povo.

## O sr. Jânio Quadros e o Nordeste

Orlando Bomfim Jr.

DURANTE a campanha eleitoral, o sr. Jânio Quadros lançou mão de todos os recursos para sensibilizar o eleitorado do Nordeste. Explorou de todas as maneiras, as condições de atraso e miséria existentes na região. Fez as afirmações políticas mais democráticas. Prometeu resolver todos os problemas de natureza econômica. Para atrair os setores da indústria, acenava com a transformação dos Estados nordestinos "num novo São Paulo". Para atrair os trabalhadores do campo, empenhou-se em levar na sua comitiva, ao visitar Cuba, o deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas.

MAS, AGORA, já na presidência da República, as coisas se modificam. Diz mesmo que não fala mais como candidato à procura de votos. Confessa, assim, que usa duas linguagens: uma para antes, outra para depois das eleições. E não é necessário grande perspicácia para perceber em que sentido uma linguagem se diferencia da outra.

NA REUNIAO de governadores em João Pessoa, chocaram-se os pontos-de-vista dos srs. Jânio Quadros e Cid Sampaio. E a divergência se deu em torno de uma das questões básicas para o desenvolvimento do Nordeste: a da industrialização. O chefe do executivo pernambucano referiu-se aos aspectos negativos da Instrução 204 da SUMOC e apresentou o montante de verbas necessárias para que os problemas da região pudessem ser enfrentados. Não chegou a afirmar, aliás, nenhuma novidade. Desde o primeiro momento, a reforma cambial ditada pelo FMI e iniciada pelo sr. Jânio Quadros foi caracterizada pelas correntes progressistas como arma voltada contra o nosso desenvolvimento econômico. No caso particular do Nordeste, mesmo os planos insatisfatórios elaborados pela SUDENE foram postos em xeque com a elevação do câmbio de custo de 100 para 200 cruzeiros. Tudo isso tem sido dito e repetido. Era apenas mais uma vez confirmado pela palavra de um governador que havia auxiliado o candidato Jânio

Quadros a carrear para as urnas, com promessas, os votos dos nordestinos. O presidente, conforme se divulgou, ficou irritado. Ameaçou com "outras 204". E ainda disse ser impossível atender às verbas solicitadas. Usou, com veemência, a nova linguagem, enterrando, sem choro nem vela, a industrialização prometida na campanha eleitoral...

O INCIDENTE veio, por um lado, trazer maior convicção a todos os que lutam contra a atual política econômica-financeira. Sob esse aspecto — digamos de passagem — reforça as conclusões a que chegou o governo gaúcho em estudo segundo o qual a economia do Rio Grande do Sul terá, só este ano, um prejuízo de 10 bilhões de cruzeiros, em consequência das modificações introduzidas pela Portaria 204. Por outro lado, serviu o incidente para mostrar aos nordestinos o que podem concretamente esperar do sr. Jânio Quadros.

MAS A HISTÓRIA não termina aí. Na entrevista coletiva à imprensa, terça-feira última, o presidente da República se encarregou de esclarecer mais um ponto de sua política em relação ao Nordeste. Foi a referência que fez às Ligas Camponesas. afirmou, é certo, que a idéia básica (a reforma agrária) dessas organizações lhe pareceu os "processos revolucionários" das Ligas. Insistiu, mesmo, e ilegalidade de sua ação. E prometeu resolver o problema com o "Estado da terra", que está sendo estudado e vai submeter ao Congresso. Pretende assim o sr. Jânio Quadros fazer uma reforma agrária não apenas sem os camponeses, mas também contra os camponeses. Por aí se vê aonde quer chegar.

NÃO HÁ DÚVIDA de que a reunião de governadores em João Pessoa e a entrevista coletiva do presidente foram bastante proveitosas para as populações do Nordeste. E não apenas para elas, certamente. Pois o que se esclareceu é do interesse de todo o nosso povo.

## Conferência na ABI: A Questão Agrária

O CICLO de conferências patrocinado pelo Centro de Estudo e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional terá prosseguimento na próxima terça-feira, 6 de junho, às 18,30 horas, na ABI. O conferencista será o

economista Pompeo Acyoll Borges, que abordará em sua palestra A Questão Agrária. A exemplo das reuniões anteriores, após a exposição será aberto o debate para todos os presentes.

Marítimos:

enquadramento

do nível

11 ao 18

2.ª página

CADA EXEMPLAR

10

GRUZEIROS

## Emissões da Rádio de Cuba

A Rádio de Havana, Cuba, está transmitindo notícias para a América Latina, diariamente, nas seguintes fre-

quências: Onda de 25 m., em 11 760 megaciclos e 11 770 megaciclos e onda de 13 m. em 21 630 megaciclos.

## Tratores Para Pagar Crimes Contra Cuba

Texto na 7.ª página

# Ação Dos Sindicatos Contra as Ameaças ao Direito de Greve

A Diretoria Executiva da Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara reuniu-se na última semana, quando fez uma apreciação do conjunto das resoluções adotadas no II Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais, realizado em Belo Horizonte.

recomendar a todas as entidades sindicais cariocas que convoquem os seus associados, através de assembleias gerais, a fim de dar-lhes conhecimento das resoluções de Minas e de conclamá-las, particularmente, a uma vigorosa campanha em defesa das liberdades democráticas e do direito de greve, que continuam sob constantes ameaças do presidente Jânio Quadros e das autoridades do Ministério do Trabalho.

As delegações de bancos, para um encontro, no próximo dia 2, às 18 horas, na sede do Sindicato, quando se debaterá a maneira pela qual será encaminhada a campanha pela conquista de um abono salarial de emergência capaz de complementar o salário do bancário, drasticamente reduzido, em consequência da elevação do custo de vida verificada nestes últimos meses.

Na última sexta-feira, os 300 delegados sindicais metalinguísticos, representantes de trabalhadores de mais de 150 empresas situadas na Guanabara e nos vizinhos municípios fluminenses, que se reuniram para tomar conhecimento das resoluções do Encontro de Belo Horizonte. Os representantes dos metalúrgicos cariocas aprovaram as resoluções de Minas, condenando a ação divisionista da cúpula da CNT e da CNTC e adotaram algumas medidas preliminares para a campanha salarial que terá início em princípios do próximo mês.

Na última sexta-feira, os 300 delegados sindicais metalinguísticos, representantes de trabalhadores de mais de 150 empresas situadas na Guanabara e nos vizinhos municípios fluminenses, que se reuniram para tomar conhecimento das resoluções do Encontro de Belo Horizonte. Os representantes dos metalúrgicos cariocas aprovaram as resoluções de Minas, condenando a ação divisionista da cúpula da CNT e da CNTC e adotaram algumas medidas preliminares para a campanha salarial que terá início em princípios do próximo mês.

Defende Teu Direito

B. Colheiros Bonfim

**APOSENTADORIA** — A rescisão automática do contrato pela aposentadoria por velhice não está prevista na lei, que estabelece forma especial para a rutura do contrato do empregado estável. E se a ela faz jus o empregado pelo tempo, estando ainda apto para o serviço, nada impede de continuar no emprego, pois que as obrigações não se confundem, nem pode o empregador valer-se do prêmio concedido ao empregado ainda apto para o serviço. Insiste-se, para rescindir o contrato sem ônus. Um e outro constituem institutos diversos. Ac. TST, 3ª Turma (Proc. 2.439/60), Rel. Ministro Tostes Malta, "Ementário Trabalhista", abril-1961.

**AVISO PRÉVIO** — Mesmo reconhecendo a ocorrência de culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, não obsta a que se proclame o direito do empregado ao aviso prévio e férias. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 231/60), Rel. Ministro Geraldo Starling.

**AVISO PRÉVIO** — Mesmo reconhecendo a ocorrência de culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, não obsta a que se proclame o direito do empregado ao aviso prévio e férias. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 231/60), Rel. Ministro Geraldo Starling.

**CARTEIRA PROFISSIONAL** — Em qualquer tempo, desde que vigente a relação empregatícia, pode o empregado pleitear o exato enquadramento de sua função. E, tratando-se de reificação de função em carteira profissional, não há como negar a competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar o pedido. Tal controvérsia visa a atingir ao cerne da relação de emprego, ou seja, à condição alusiva à função efetivamente exercida pelo empregado. O seu objetivo não é o de alterar o contrato de trabalho, mas sim de consignar qualificação profissional exata ao efetivo trabalho prestado ao empregador. Ac. TST, 3ª Turma (Proc. 4.310/59), Relator Ministro Hildebrando Bisaglia, "Ementário Trabalhista", abril-1961.

**COLONO** — Se o colono de café não é parceiro agrícola, se trabalha sujeito à fiscalização permanente, obrigado ao cumprimento de ordens, com tarefas determinadas ou eventuais ditadas pelas necessidades da fazenda de seu trabalho subordinado, não pode ele ser deixado à margem da lei trabalhista. Disposto os trabalhadores rurais das usinas de cana de um estatuto próprio, que lhes assegure até a estabilidade, sob falso a invocação das leis anteriores à Consolidação, de forma a deixar desprotegidos apenas os colonos de café. O sistema de tarefa não descaracteriza o contrato de trabalho, antes a ele se ajusta, e a constituição de trabalho no dia ou em variados serviços à fazenda afasta a ideia de pequenos empreiteiros. Não se objete com a ajuda familiar, porque se trata de família e contratada e presta serviços constantes e subordinados, ao invés de um só empregado, a fazenda dispõe, então, de vários, e quer valer-se disso para não conceder férias a nenhum. Ac. TST, 3ª Turma (Proc. 1.367/60), Relator Ministro Tostes Malta.

**CONTRATO DE TRABALHO** — É válido o contrato de experiência quando limitado no tempo a prazo inferior a um ano e destinado à verificação por parte do empregador das aptidões do futuro empregado, facultado às partes rescindir o contrato antecipadamente, sem qualquer ônus. Ac. TST, 1ª Turma (Proc. 1.103/60), Relator Ministro Astolfo Serra.

## MARÍTIMOS E TELEGRAFISTAS ENFRENTAM AMEAÇAS DE JÂNIO

Nilson Azevedo

Proseguindo no caminho das ameaças ao direito de greve e às liberdades sindicais, as autoridades do Ministério do Trabalho voltaram-se, dessa vez, contra os trabalhadores nas empresas telegráficas, radiotelegráficas e radiotelefonias, que lutam pela conquista do contrato coletivo de trabalho, tendo como base o estabelecimento de um aumento salarial de 55 %.

através da ocupação parcial do Pórtio por guarnições do Corpo de Fuzileiros Navais. Agora a ameaça se volta contra os telegrafistas, mas tende a se generalizar a todas as demais categorias profissionais, se não houver um enérgico movimento de protesto da parte dos trabalhadores, de todas as entidades sindicais e de todos aqueles que lutam pela preservação das liberdades em nosso país.

Descontentes com a intransigência dos patrões, que se negavam sequer a discutir o projeto de CCT pleiteado, os líderes da classe aventaram a possibilidade de uma ação mais enérgica, capaz de fazer com que os ricos empregadores atendessem as mínimas reivindicações dos telegrafistas. Isso foi o bastante para que o sr. Hélio Martins, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, segundo nota publicada em "O Globo" edição do dia 27 último, declarasse "que o governo não permitirá qualquer movimento grevista no setor das comunicações."

A ação do Ministério do Trabalho, ditada por Jânio Quadros, visa subtrair à classe operária a sua principal arma de luta, que é a greve, a fim de submetê-la, em escala ainda maior, à chamada política de segurança e congelamento dos salários dos trabalhadores, ou, quando a grita é grande, a concessão de reajustamento em bases ínfimas, enquanto o custo de vida continua a subir em ritmo acelerado. Os líderes sindicais cariocas compreenderam a gravidade dessa situação e decidiram convocar as suas categorias profissionais para uma vigorosa campanha de solidariedade à luta dos marítimos, portuários, ferroviários e telegrafistas, e em defesa do direito de greve, sob constante ameaça do governo.

Enquadradas no espírito do bêtêmano policíesque que Jânio lhes enviou a propósito da luta dos marítimos, portuários e ferroviários, proibido a essas categorias o recurso à greve, as autoridades do Ministério do Trabalho passaram a atuar mais abertamente contra o direito de greve, lançando ameaças a qualquer momento, com o propósito de quebrar o vigor das lutas reivindicatórias, de fazer os trabalhadores a assinatura de acordos inaceitáveis, sob ameaça de repressão governamental. Além, muito antes do Ministério de Jânio ameaçando os marítimos, já o ministro Castro Neves havia autocado a greve dos armadores do Rio de Janeiro,

Essa luta, entretanto, não pode nem deve ficar restrita aos trabalhadores cariocas. É uma luta de todos aqueles que vivem submetidos à exploração patronal, como podem, em todo o país, para assegurar a dignidade dos seus salários, inclusive através da utilização do direito de greve. Daí porque a necessidade de uma ação enérgica, em todo o Território nacional, em defesa do direito de greve, e de protesto contra as ameaças do governo às liberdades sindicais e democráticas.

**BOLETIM**  
A Diretoria Executiva do CPOS decidiu, por outro lado, imprimir um boletim contendo as resoluções do II Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais, a fim de que as mesmas sejam amplamente difundidas e debatidas entre todos os trabalhadores cariocas, nos seus locais de trabalho e nos sindicatos.

**PLENÁRIO**  
O plenário da Comissão Permanente das Organizações Sindicais, que se compõe de representantes de mais de 30 entidades sindicais, será convocado logo depois que os delegados sindicais ou as assembleias de classe houverem debatido as resoluções de Minas, e adotado medidas para levá-las à prática.

**BANCIÁRIOS**  
Logo depois do Encontro de Minas, a Diretoria do Sindicato dos Bancários da Guanabara reuniu-se com a finalidade de apreciar as resoluções de Belo Horizonte e as da última convenção nacional da corporação. Ficou decidida, a convocação de todos



Paraibanos Comemoraram o Primeiro de Maio

Os trabalhadores da Paraíba comemoraram o Primeiro de Maio realizando um comício na cidade de João Pessoa. O comício convocado pela Federação dos Trabalhadores na Indústria, e realizado com o apoio de todos os sindicatos, das ligas camponesas, da Associação das Donas de Casa e dos estudantes, constituiu uma das mais vigorosas manifestações de

unidade do proletariado e dos camponeses paraibanos em sua luta pela conquista de melhores salários e condições de vida, pela reforma agrária, e em defesa da revolução cubana chefiada por Fidel Castro. Na foto, um aspecto da grande manifestação, que contou com a participação de milhares de operárias e camponesas.

## Marítimos: Enquadramento do Nível 11 Até o 18

Apesar das reiteradas ameaças do presidente Jânio Quadros e das autoridades do Ministério do Trabalho contra as liberdades sindicais dos marítimos, portuários e ferroviários, os

trabalhadores dessas três categorias profissionais prosseguem na luta para que o enquadramento no Plano de Classificação atenda às mínimas necessidades de suas categorias profissionais.

de outras reivindicações da classe que já foram encaminhadas ao Governo, através de vários documentos, e até agora não foram atendidas.

luta que vem sendo ameaçada pelo governo, os dirigentes sindicais de todo o País, reunidos em Belo Horizonte, aprovaram a seguinte moção:

greve pelo não cumprimento das leis por parte das próprias autoridades governamentais;

**CONSIDERANDO** que uma greve, normalmente deve ter sua data de deflagração pré-fixada, sem que isso signifique ilegalidade ou ameaça deslealdade, e que os trabalhadores só deflagram uma greve após esgotados todos os recursos pacíficos;

**CONSIDERANDO** que o atual presidente da República, quando candidato, reiteradas vezes se pronunciou favoravelmente ao direito de greve;

**CONSIDERANDO** que o atual presidente da República, quando candidato, reiteradas vezes se pronunciou favoravelmente ao direito de greve;

Belo Horizonte, 20 de maio de 1961.

## Aposentadorias e Pensões: IAPI Marca Data Para Pagar

Em carta-circular endereçada aos dirigentes sindicais de todo o país, os srs. Waldemar Luis Alves e Wilson Catete Braga, representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração do IAPI, comunicam que aquele Instituto estabeleceu a seguinte norma para pagamento do reajuste das aposentadorias e pensões em atraso: a) majorar, a partir de agosto de 1960, as aposentadorias e pensões, em obediência ao 1º Reajustamento Automático; b) pagar, em abril de 1961, os atrasados do 1º reajustamento, devidos aos aposentados; c) já está pagando, neste mês de maio, os atrasados das pensões (1º reajustamento); d) majorar, a partir de junho próximo, as aposentadorias (2º reajustamento); e) majorará, a partir de julho, as pensões (2º reajustamento); f) pagará, em agosto, os atrasados das aposentadorias e pensões (2º reajustamento); e g) majorará, a partir de setembro, as aposentadorias e pensões, de acordo com os atuais níveis de salário mínimo (Decreto-lei n. 7.835), e pagará também os respectivos atrasados. Quanto a esse reajuste para os auxílios-doença, o IAPI está aguardando ordem do Ministério do Trabalho.

Depois de dar ao trabalhador os frutos conquistados na Previdência Social e que estão contidos em sua Lei Orgânica:

### QUADRO PRÓPRIO

Nesse sentido, a maioria dos sindicatos que congregam o pessoal do quadro de mar, em assembleias específicas, resolveu lutar para que o DASP aprove o projeto de enquadramento elaborado pelos líderes marítimos, situando a classe entre os níveis 11 e 18, e guardando as peculiaridades das categorias profissionais.

O referido projeto, acompanhado de uma exposição de motivos, será encaminhado ao presidente da República, numa audiência que se realizará em Brasília, segundo promessa do ministro do Trabalho.

### PORTUÁRIOS

Do mesmo modo que os marítimos, também os portuários e ferroviários prosseguem realizando assembleias e debatendo as suas reivindicações dentro do Plano de Classificação.

Os portuários, em sua última assembleia, autorizaram a Diretoria de sua entidade a "continuar pleiteando o DASP a modificação do projeto de enquadramento já elaborado, que situa os trabalhadores do pórtio do Rio de Janeiro em níveis muito baixos, e inteiramente inaceitáveis.

### PROTESTO

A propósito da luta dos marítimos, portuários e ferroviários por um justo enquadramento no Plano de Classificação e pela execução da Lei da Paridade,



Vereador-operário Homenageado em Santos

Cerca de duzentos talheres foram arrumados, nas mesas da "Cantina do Bonito", em Santos, São Paulo, para o banquete oferecido ao vereador Antônio Rodrigues, dirigente sindical portuário, dia 21 de maio, que tomou posse da cadeira na Assembleia Municipal pela bancada do PTB, da qual era suplente.

Falou em nome dos promotores da homenagem o líder portuário Osvaldo Lourenço, que ressaltou a atividade de Antônio Rodrigues na Câmara Municipal, toda ela dedicada aos interesses das massas trabalhadoras e populares. Falaram também

os vereadores Jurandir Alecio, de Santo André, e Hugo Scagnavacca, de Cubatão, José Félix da Silva, líder estivador, Daniel Dias Nascimento, líder servidor municipal, o dirigente rodoviário Odon Pereira da Silva, em nome dos comunistas, e Antônio Félix da Silva, em nome do diretório municipal do PTB.

O parlamentar (o terceiro da esquerda para a direita visto na mesa principal do ágape, na foto) respondeu agradecendo, afirmando que seu propósito de lutar com denodo para a solução dos problemas que afligem a população santista

## Reunião de Líderes Dirá em Julho Como Levá à Prática as Resoluções do II Encontro

Os representantes das entidades sindicais de todos os Estados reunir-se-ão nos dias 8 e 9 de julho próximo, no Estado da Guanabara, para constituírem a Comissão Nacional Coordenadora da Execução das Resoluções de Belo Horizonte. Essa decisão foi adotada no último Encontro Nacional.

Brasília, no dia 30 do corrente, entre os dirigentes sindicais e os líderes de bancada na Câmara e no Senado, para assinatura do termo de compromisso constituindo a frente sindical-parlamentar, foi adiada. A sua realização está agora na dependência da constituição da delegação sindical que deverá seguir para o Planalto goiano.

Cada Estado enviará três representantes à Guanabara. Os referidos representantes serão eleitos pelos Conselhos Sindicais ou Comissões Permanentes dos Estados, ou em reuniões intersindicais, especialmente realizadas para esse fim, nos Estados onde não hajam organizações que congreguem os trabalhadores de todas as categorias profissionais.

Os líderes sindicais da Guanabara vão entrar em entendimentos com os seus companheiros de São Paulo e com a Comissão Executiva do IV Congresso Sindical dos Trabalhadores de Minas, que promoveu o II Encontro Sindical Nacional, para acertar medidas destinadas a assegurar o êxito da reunião da Comissão Coordenadora, que se realizará em julho, na Guanabara, e para o envio de uma delegação a Brasília, nos próximos dias.

### BRASÍLIA

A reunião que estava prevista para realizar-se em

### NAO FIQUE SEM ESTES LIVROS!

— faça sua encomenda prévia, pelo reembolso à LIVRARIA DAS BANDEIRAS, do livro de

Almir Bastos — CUBA: A REVOLUÇÃO NA AMERICA

«Um estudo sobre a revolução cubana: suas origens, suas características, seu sentido e sua importância para a América Latina e o mundo.»

— acaba de sair, pouco tempo mesmo; de C. Wright Mills

### A verdade sobre Cuba

«um depoimento sincero sobre a revolução cubana... Este livro não é apenas mais um livro sobre Cuba — é principalmente uma análise severa da política que os EE.UU. vêm adotando para com o governo de Fidel Castro.»

Cr\$ 300,00

— Armando Gimenez

### Sierra Maestra — A Revolução de Fidel Castro

— profundamente ilustrado — «... uma empolgante narrativa de um jornalista que assistiu a vitória da revolução cubana, que afastou do poder o tirano Fulgêncio Batista...»

Cr\$ 210,00

— Paul M. Sweezy e Leo Huberman

### 26 Julho Cuba Anatomia de uma Revolução — 3a. edição

«Este livro é uma análise objetiva da revolução cubana, desde as condições históricas, econômicas e sociais que a determinaram, até os últimos acontecimentos a ela ligados...»

Cr\$ 250,00

COMO OFERTA ESPECIAL DURANTE O MÊS DE JUNHO, faremos um desconto de 20% sobre o preço de capa de SIERRA MAESTRA e 26 JULIO!

FAÇA SEU PEDIDO PELO REEMBOLSO-POSTAL ATENDEMOS PRONTAMENTE

### LIVRARIA DAS BANDEIRAS

Rua Riachuelo, 342 — loja 2  
São Paulo.

# SUBMISSÃO A ADENAUER: ITAMARATI TORPEDEIA ACÔRDO COM RDA



BAHIENSE DENUNCIA

O deputado federal Jonas Bahiense, um dos componentes da delegação brasileira às comemorações do Primeiro de Maio, em Cuba, denuncia a conduta irregular do deputado mineiro Athos Vieira quando de sua estada naquele país.

## Jonas Bahiense Desmascara Athos Vieira Como Contraventor: Foi a Cuba Para Fazer Câmbio-Negro

— "Foi bom que o sr. Athos Vieira fizesse semelhantes declarações. Ficamos assim a vontade para desmascará-lo diante da opinião pública brasileira como um profissional do jôgo e do câmbio-negro" — eis o que disse a NOVOS RUMOS o deputado federal Jonas Bahiense, vice-presidente do diretório fluminense do PTB, a propósito das calúnias assacadas contra Cuba pelo sr. Athos Vieira de Andrade, deputado estadual pelo PR de Minas Gerais.

camponeses e estudantes, estiveram em Cuba por ocasião do Primeiro de Maio, com o objetivo de observar a realidade daquele país e formar uma opinião definitiva sobre as profundas transformações que ali se realizam sob a direção do Governo Revolucionário de Fidel Castro.

— Ao contrário, porém, do que fizeram os seus companheiros de delegação, o sr. Athos Vieira não revelou o menor interesse em entrar em contacto com o povo cubano e conhecer as suas realizações.

Diz-nos, a propósito, o deputado Jonas Bahiense: — Quando todos os visitantes brasileiros procuravam estudar seriamente o que foi, o que é e o que tem feito a revolução cubana, percorrendo diferentes pontos do país, indo às coope-

rativas e granjas do povo, ouvindo os governantes e os trabalhadores, o sr. Athos se desligou do resto da delegação, entregando-se à prática de atos criminosos. Esse senhor, desde o primeiro dia de sua chegada a Havana, dedicou-se única e exclusivamente ao câmbio-negro que constitui, segundo as leis do Governo Revolucionário de Cuba, uma grave contravenção. Ligando-se a pessoas suspeitas, sobretudo a um advogado aparentemente comprometido com a contra-revolução, o sr. Athos vendia dólares, ao câmbio negro, por quatro pesos para depois trocar esses pesos por dólar na proporção de um por um nos bancos cubanos. Além de um crime em face das leis do Estado que visitávamos, isso constituía também uma vergonha para nós, representantes do Brasil.

### NÃO SAIA DOS CASSINOS

Sem esconder a mais justa irritação, pergunta o deputado Jonas Bahiense: — que autoridade moral tem esse senhor Athos para fazer ataques a Cuba se ele nem ao menos conheceu o país? Não nos acompanhou em uma única visita ou excursão, passando todo o tempo nos cassinos, e em encontros inconteáveis. Frequentava as mesas de jôgo, ao que parece, para poder explicar às autoridades cubanas o acréscimo de pesos que iria trocar por dólares.

Disse em seguida o deputado trabalhista: — Quanto às autoridades de Cuba, o que devemos ressaltar não é que, como disse o sr. Athos, tenha sido revistado o seu quarto, mas sim, a tolerância com que agiram. Os serviços de vigilância de Cuba estavam informados de que o sr. Athos praticava em larga escala o câmbio-negro do dólar e algumas autoridades chegaram a discutir o assunto com membros de responsabilidade da delegação brasileira. Se não adotaram contra o sr. Athos, criminoso em face das leis de Cuba, medidas de repressão, foi unicamente em atenção ao nosso país e ao fato de se dizer ele um membro do Poder legislativo brasileiro.

### NA CÂMARA

Adiantando a reportagem que, juntamente com outros deputados, esclarecerá ao país toda a verdade através da tribuna da Câmara Federal, o sr. Jonas Bahiense declarou: — "Esse senhor só fez criar desagradáveis problemas para nós. Abusou intoleravelmente da confiança do povo cubano e comprometeu o nome do nosso país. Suas mentiras contra Cuba, onde não fez outra coisa além de contravenções, não podem ser levadas a sério por ninguém que tenha seriedade. É um tipo indigno de representar o Brasil em qualquer parte.

### UM PAÍS QUE RENASCE

Nessa palestra com a reportagem de NOVOS RUMOS o deputado Jonas Bahiense transmitiu, rapidamente, as suas impressões pessoais sobre o que viu em Cuba: — "É de fato impressionante o que está sendo feito pelo Governo Revolucionário e pelo povo cubano. Visitamos numerosas cooperativas, escolas, armazéns do povo, novas residências, praças, fábricas recém-instaladas, enfim, inúmeras realizações erguidas todas em apenas dois anos. Impressiona, particularmente, a campanha pela eliminação do analfabetismo. Todos em Cuba ensinam ou aprendem a ler, e a impressão que trazemos é de que, realmente, o analfabetismo será erradicado até o fim deste ano. Outro aspecto notável da revolução cubana é o seu caráter popular: em Cuba é o povo que está em armas. E isso só é possível num país em que exista efetivamente democracia, em que o povo apóie o seu Governo e esteja disposto até a morrer por ele.

dência oposta. Com efeito, a produtividade aumenta mais rapidamente no setor da produção de bens industriais do que no da produção de bens primários. Por que, então, dá-se o fenômeno oposto? Principalmente porque o comércio exterior do mundo capitalista não é livre, e sim monopolizado pelos poderosos grupos econômicos dos países imperialistas.

O resultado dessa sistemática falta de equivalência nas trocas entre as duas categorias de países é que os subdesenvolvidos vêm-se obrigados a acumular déficits em suas balanças comerciais e de pagamentos. E para liquidá-los, periodicamente (como agora sucede com o Brasil, nas suas negociações com os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental), são obrigados a contrair novas dívidas, mediante novos empréstimos. Quase sempre tais operações não implicam apenas no comprometimento de recursos futuros, para pagamento das dívidas no vencimento dos prazos, mas também são acompanhadas de pesadas condições, que vêm agravar ainda mais a situação de dependência econômica desses países.

Nos dias que correm, uma das maneiras mais eficazes de fazer frente à espoliação a que os países imperialistas submetem os subdesenvolvidos é estabelecer e intensificar as relações econômicas com os países socialistas. Ampliando os seus mercados de venda ficam os países subdesenvolvidos com a possibilidade de resistir melhor às imposições dos trustes imperialistas e caminhar no sentido de arrancar o seu comércio exterior da influência dos monopólios.

Certamente há outros aspectos de grande significação nas relações com os países socialistas, mas este — o da libertação do jugo dos monopólios — é um dos mais importantes. Daí a significação dos acordos concluídos pela Missão Dantas, na Europa Oriental, num montante anunciado de 1 bilhão e 800 milhões de dólares, entre 1961 e 1966, excluída a URSS, para onde o Brasil enviou uma outra missão especial. Assim, a porta está aberta. Resta, agora, entrar, isto é comprar e vender, prioritariamente

### DEPENDÊNCIA A BONN

Concluiu-se, daí, que segundo o Itamarati não somos um país independente para agir no âmbito internacional de acordo com os nossos interesses nacionais. A nossa soberania ficaria, assim, subordinada, no que se refere à RDA, aos interesses e exigências do governo de Adenauer. Como compreender, então, as reiteradas afirmações feitas pelo sr. Jânio Quadros de que agimos com plena independência no terreno da política exterior?

Como entender, no caso concreto, o exercício da soberania nacional, levando à prática a determinação do presidente da República (A Missão João Dantas deve entender seu ralo de ação, urgentemente, até a Alemanha Oriental) ou submetendo-nos à intolerável pressão de um governo estrangeiro, o da República Federal Alemã?

### PRIMEIRA VERSÃO

Estarecendo a opinião pública, o Itamarati distribuiu terça-feira uma nota à imprensa desautorizando a Missão Dantas e, como se não tivesse havido a autorização expressa e pública do sr. Jânio Quadros, procurando fazer crer que a visita da Missão à RDA era de caráter pessoal e particular. O Itamarati não reconhecia, então, a validade do convênio sob a alegação de que o sr. João Dantas não fora autorizado a assiná-lo. Haveria, assim, uma exorbitância de poderes.

### SEGUNDA VERSÃO

Como a nota oficial do Itamarati não podia convencer a ninguém, uma vez que o próprio presidente da República autorizara o sr. Dantas, oficialmente, a concluir com a Alemanha Oriental

acórdios nas mesmas bases em que foram concluídos os convênios com os demais países socialistas europeus, o secretário geral do Ministério do Exterior, sr. Vasco Leitão da Cunha, prestou no dia seguinte declarações à imprensa. Confessou, então, o que havia: a pressão de governos estrangeiros, particularmente da Alemanha Ocidental, no sentido de não serem estabelecidos convênios com a RDA. Disse o sr. Leitão: "A assinatura de um acordo de comércio com a República Democrática Alemã poderia ser interpretada pela Alemanha Ocidental como um ato inamistoso". Sugere o sr. Leitão que seriam necessários o conhecimento e a permissão da Alemanha Ocidental antes de ser firmado qualquer acordo comercial com a RDA, uma vez que o nosso governo só reconhece diplomaticamente a República Federal Alemã.

### DEPENDÊNCIA A BONN

Concluiu-se, daí, que segundo o Itamarati não somos um país independente para agir no âmbito internacional de acordo com os nossos interesses nacionais. A nossa soberania ficaria, assim, subordinada, no que se refere à RDA, aos interesses e exigências do governo de Adenauer. Como compreender, então, as reiteradas afirmações feitas pelo sr. Jânio Quadros de que agimos com plena independência no terreno da política exterior?

Como entender, no caso concreto, o exercício da soberania nacional, levando à prática a determinação do presidente da República (A Missão João Dantas deve entender seu ralo de ação, urgentemente, até a Alemanha Oriental) ou submetendo-nos à intolerável pressão de um governo estrangeiro, o da República Federal Alemã?

### UMA POLÍTICA EXTERIOR INDEPENDENTE NÃO PODE SER

Uma política exterior independente não pode ser frase feita para ser repetida em discursos e entrevistas. Ela se traduz em atos concretos levados à prática de modo soberano e ditados pelos interesses nacionais. Afinal, que independência é esta, se o governo admite que as determinações públicas do próprio presidente da República se convertem em letra morta diante do receio de desagradar às autoridades de Bonn?

Os interesses nacionais exigem o intercâmbio comercial e as relações diplomáticas do Brasil com todos os países. Quanto à existência das duas Alemanhas — e cabe ao imperialismo e aos militaristas alemães a culpa pelo fato de não serem ainda reunificados em um único Estado democrático e pacífico — não é admissível que o governo brasileiro, apesar dos "bilhetes" do sr. Jânio Quadros, pretenda desconhecer uma delas, a Alemanha Oriental, e submeter-se às exigências de Adenauer.

### INTERVENÇÃO

Outra emenda do dep. Jacob Frantz que tem sido muito combatida pelos grupos reacionários é a que inclui a intervenção através da CADE entre as penalidades à empresa autônoma de abuso. Todos os memoriais das chamadas "classes produtoras" defendem que somente os órgãos do Poder Judiciário devem julgar e condenar os abusos. Segundo o memorial da Confederação Nacional do Comércio, é somente isto "o que está na tradição autêntica de nossas organizações democráticas". Impedir que a CADE faça a aplicação efetiva dos abusos, esconder do povo a exploração — eis a democracia da CNC.

### LUCRO VAGO

Que emendas são essas que estão esgotando a "paciência" do "Correio da Manhã"? Tais emendas consistem, em resumo, numa definição mais rigorosa do que sejam os "abusos do poder econômico". Uma delas habilita a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE) — órgão incumbido da apuração e repressão aos abusos nos têxteis da lei antitruste em discussão — a fixar a percentagem normal de lucro, segundo a natureza das empresas e o gênero do negócio. De fato, o anteprojeto da Comissão de Justiça, mantendo um defeito que já existia no anteprojeto do Executivo, não definiu percentualmente, em termos passíveis de medição objetiva, o que é lucro excessivo, usando apenas expressões vagas como "vantagem indevida" (artigo 1.º, item V), "prejuízo próprio" (art. 1.º, item VIII), "lucros abusivos" (art. 1.º, item XVI), "lucros maiores que os normais" (art. 1.º, item XVII).

### LATIFÚNDIO É ABUSO

O relator da Comissão de Economia igualmente apresentou uma emenda considerando como abuso do poder econômico a manutenção de maneira improdutiva de terras que por sua extensão ou localização dificultem o desenvolvimento da produção e o abastecimento da população.

### INSTRUMENTO DE LUTA

Não há dúvida, portanto, que as emendas incluídas pelo relator da Comissão da Economia têm todas elas, o sentido de dar maior precisão à lei antitruste, para que o país tenha um instrumento legal contra os abusos do poder econômico não vago, confuso e omissivo, que daria origem apenas a prolongadas pendências judiciais vendidas pelos grupos econômicos exploradores, e sim, rigoroso e mais

completo possível, que realmente facilite a luta contra a exploração econômica dos monopólios, geralmente estrangeiros, em nosso país.

Nesse sentido, merecem ainda uma referência e um apoio especial a que as emendas do deputado Jacob Frantz que determinam que toda empresa monopolista seja automaticamente fiscalizada pela Comissão de

Defesa Econômica, e do mesmo modo, todas as "holding" concessionárias de serviços públicos e, além disso, que sejam igualmente fiscalizadas automaticamente todas aquelas empresas ou grupos de empresas, ligadas ao ramo de alimentos, que controlem mais de 40 por cento da produção ou distribuição de qualquer setor.

### FORA DE RUMO

Durante a campanha que teve como resultado a eleição do sr. Juscelino Kubitschek as forças econômicas, políticas e militares mais ligadas ao imperialismo, tentaram interromper o processo de renovação do País através de golpes armados. Chegou-se então a pregar o estabelecimento de uma ditadura provisória. Os representantes daquelas forças procuravam liquidar politicamente seus adversários.

Agora, um homem vinculado a aquelas mesmas correntes, o sr. Jânio Quadros, é acusado de insistir na mesma tática de liquidação dos adversários, sob diversos pretextos, entre os quais o moralismo. A quem entregou o sr. Jânio Quadros a tarefa moralizadora? Segundo acusações já formuladas no cenário político? Segundo acusações já formuladas por líderes da oposição, essa tarefa está sendo confiada a militares escolhidos a dedo pelo general Cordeiro de Farias, que no Exército representa o bloco derrotado a 11 de Novembro.

### NOVO ABUQUE DESTERIDO CONTRA POLÍTICOS

O novo abaque desterido contra políticos entre os quais se destaca o sr. Kubitschek visa pontos fracos da personalidade do ex-presidente da República. O sr. Jânio Quadros não combate o sr. Kubitschek por causa dos fundamentos da política do ex-presidente. Tal política representou para o Brasil concessões ao imperialismo, manutenção de privilégios que engordam os latifundiários, inflação e carestia. Como poderia o sr. Jânio Quadros combater as ligações do sr. Kubitschek com o imperialismo, a inflação e a carestia do governo passado, quando hoje em dia quem preside o baile daquelas concessões, da inflação e de uma carestia ainda pior é o próprio sr. Quadros? Prefere o sr. Quadros localizar no passado do sr. Kubitschek casos de corrupção e de negociações que se afirma haver acobertado. Como poderia o sr. Quadros combater a política de conciliação do ex-presidente, levada a efeito por homens como Paes de Almeida e Horácio Latorre, quando estes do entreguismo da era Juscelinista, como o sr. Roberto Campos, foram reacuchutados e aproveitados pelo novo presidente?

### NOVOS DIAS VEIO À SUPERFÍCIE UMA LUTA SUBTERRÂNEA

Nos últimos dias veio à superfície uma luta subterrânea que lavrava nas altas esferas da política. Essa luta é sistemática e não dá com bastante antecedência sinais de que virá a ser a próxima pugna pela sucessão presidencial. Há, no entanto, um aspecto dessa luta que precisa ser notado. Alguns políticos postos na crista dos acontecimentos, embora pertencentes a grupos em luta, a respeito de certas questões muito se assemelham entre si e dão a impressão de que se engalfinham na disputa de posições em que uns o outross se dispõem a fazer a mesma coisa e a servir aos mesmos interesses antinacionais.

### AI VÊM OS PLEITOS DE 1962 E 1965

Muitos problemas não resolvidos por JK, certamente constituirão incômodos sob o governo de JQ. O malogro desses senhores conduz à luta por um governo nacionalista e democrático.

Em última análise, porém, muito mais do que o Itamarati é o próprio sr. Jânio Quadros que está na causa. Foi a sua determinação de estender a Missão Dantas à RDA revogada pelo governo de Adenauer? Pode ser considerada independente uma política exterior que se submete desse modo a pressões de governos estrangeiros? Pode ser admitidas manobras e sabotagens contra acordos econômicos em virtude dos quais recebemos "tudo de que necessitamos para completar o nosso processo industrial, a nossa emancipação econômica"? O sr. Jânio Quadros está com a palavra

## Ajuda popular a NOVOS RUMOS: Cr\$ 120.000,00 esta semana

De vários pontos do país continuam a chegar os resultados da campanha de ajuda que se desenvolve entre os leitores e amigos de NOVOS RUMOS que, sabedores das inúmeras dificuldades que enfrentam um órgão que sobrevive graças exclusivamente ao apoio popular, enviam-nos diariamente colaborações extraordinárias.

Em alguns setores, a campanha se faz intensamente, como é o caso de Porto Alegre, que esta semana, com parte do plano de contribuições organizado no Rio Grande do Sul, nos mandou a quantia de Cr\$ 60.000,00 (seis mil cruzeiros).

Os ferroviários da Leopoldina, através de inúmeras iniciativas como rifas, listas de contribuições e outros meios, nas diversas cidades onde há concentração de trabalhadores da ferrovia, arrecadaram Cr\$

30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para o jornal.

Já de São Luiz, no Maranhão, onde grande tem sido a acolhida da campanha entre os trabalhadores e o povo em geral, recebemos Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Além destas, foram enviadas ainda esta semana as seguintes contribuições:

Leitores de Vila Rica (Cariacás) 4.506,00
Elis Nicolau Martins (Rio) 1.000,00
Professor Homero Pinheiro (Rio) 1.000,00
Mariela (Rio) 500,00
Giovani (Rio) 50,00
Batista (Niterói) 100,00
Alípio (Uberlândia - Minas) 60,00
Américo de Paula (Rio) 20,00
Marcos Vinício (Paraná) 1.000,00
Fernando (Estado do Rio) 1.000,00
Basílio Andrade (Nova Iguaçu) 500,00
Crato (Ceará) 199,80

# KENNEDY, FASCISMO E PAZ

Teoria e Prática

Apelo do Carvalho

Leandro Konder

Os discursos pronunciados pelo presidente Kennedy logo após o malogro da invasão de Cuba contêm afirmações interessantes. Certas formulações do primeiro mandatário norte-americano chegam, inclusive, a sugerir aquela exasperação de pensamento reacionário a que costumamos dar o nome de ideologia fascista.

Diz, por exemplo, Mr. Kennedy: "Orgulhosos e seguros de seus progressos, os comunistas proclamam que a corrente da história esta com eles. Eu não acredito nisso. A corrente da história não está com eles nem conosco, porque a história é feita pelos homens e irá na direção que lhe for imposta pelos homens valentes, fortes e decididos".

Ora, as idéias aqui expressas não são novas — nem justas. O indeterminismo histórico não é senão a expressão da falta de perspectiva histórica da burguesia como classe. Condenados pela história, os capitalistas, por seus ideólogos, negam que ela tenha um sentido, uma racionalidade. Com isso, evitam encarar o futuro previsível para o qual se encaminham; preferem admitir

que o acaso dirija a "corrente".

Que a história é feita pelos homens, conforme proclama Mr. Kennedy, ninguém duvida. Mas é grave equívoco pensar que o sentido que estes lhe dão é absolutamente arbitrário e depende de eventuais "heróis" ou "campeões". Engels, em carta a Starobin, já escrevia: "... são os homens, eles mesmos, que fazem sua história, mas num meio dado que a condiciona, à base de condições reais pré-existentes".

Recordamo-nos, a propósito, de que a função de diretores e juizes da história já fora atribuída às individualidades superiores dotadas de força e valentia pelo falecido Adolf Hitler, no livro "Minha Luta". Diz Hitler, incisivo: "O papel do mais forte é dominar". E acusa os marxistas justamente de procurarem "enfraquecer, em todas as manifestações da vida humana, o princípio da personalidade e substituí-lo pelo prestígio das massas" (edição da Livraria do Globo, 4a., páginas 243 e 371).

Por aí se vê que o presidente dos Estados Unidos

não está sendo feliz na escolha das suas fontes ideológicas.

Aliás, as dificuldades em fazer funcionar este esquema individualista de interpretação da história são imensas. Pode-se imaginar o impasse de Mr. Kennedy para explicar fatos tão simples quanto, por exemplo, a maior incidência de "homens valentes, fortes e decididos" no campo dos burgueses do que no campo dos senhores feudais, por ocasião da derrocada do feudalismo.

Ao próprio Kennedy não escapam tais dificuldades. Vez por outra, o primeiro mandatário norte-americano se defronta com fatos que não cabem no seu esquema de compreensão, e a única explicação que encontra para eles é a de que resultam de uma "ironia do destino".

Diz ele, num dos seus recentes discursos: "É uma das trágicas ironias de nosso tempo o fato de, justamente no momento em que nosso poderio econômico se converte na chave da força econômica do mundo livre, termos um grande número de desempregados, setores importantes de depressão, instalações industriais que trabalham com ritmo inferior de capaci-

dade e um índice de crescimento mais baixo do que o da maior parte das demais nações industriais, e muito inferior ao de nossa própria capacidade de crescimento".

Se Mr. Kennedy se limitasse, em seus discursos, a fazer semelhantes confissões de perplexidade, não poria em perigo a paz mundial. Mas seus pensamentos nem sempre são tão cândidos e, volta e meia, vem-lo a apregoar o direito de o exército norte-americano intervir em Cuba, no Laos, ou onde lhe pareça da conveniência do "mundo livre".

Pedindo aos donos de jornais que submetessem a publicação de notícias a "conveniência da nação", ele os advertiu, sinistramente: "Nosso sistema de vida está sendo atacado. Os que se tornaram nossos inimigos estão avançando ao redor do globo". E emprega do na visão "dele" quadro apocalíptico, deprimido com o fracasso em Cuba, foi além, chegando à sua vez a perspectiva de "Nenhuma guerra jamais representou tão grande ameaça para a nossa segurança como a situação atual".

Quatro dias depois do presidente Kennedy ter fei-

to esta declaração irresponsável, o senador William Fulbright, seu correligionário, mais sensato, confessava "estar muito preocupado devido aos poderosos grupos nos Estados Unidos que estão a favor de uma guerra preventiva". ("Correio da Manhã", 4-3-61).

A irracionalização do processo histórico, a tendência para substituir o pensamento pela violência, a insinuação do recurso à guerra, fazem pensar na presença do fascismo na vida política norte-americana. Mas Mr. Kennedy governa os Estados Unidos em condições bastante diferentes daquelas em que Hitler governava a Alemanha.

Na gênese histórica do nazismo — forma assumida pelo fascismo na Alemanha — influíram fatores inteiramente estranhos à realidade norte-americana, como, por exemplo: a tardia erradicação do feudalismo e a tardia unidade nacional lograda pelos alemães, a chegada com atraso da burguesia alemã para abocanharem o seu quinhão na expansão colonial dos povos "civilizados", o espírito "nichista" posterior à guerra de 1914-1918, etc. Nada disso se verificou nos Estados Unidos.

Aqui, os grupos fascitizantes a que se refere o senador Fulbright só conseguem impor os seus princípios irracionalistas e a sua agressividade quando a irreflexão e o embotamento se apoderam dos círculos dirigentes, como se apoderaram de Mr. Kennedy, logo após o "desastre" do Departamento de Estado em Cuba.

Sentindo, aliás, que os seus arroubos desesperados não ecoaram favoravelmente junto à massa do povo norte-americano, e sentindo a franca oposição dos

## A cooperação socialista, como necessidade e fator de progresso

(Resposta ao leitor Cândido Neves, de Pelotas, Rio Grande do Sul).

O socialismo, diz Lênin, é a supressão das classes. Para isso, não basta expropriar os latifundiários e os capitalistas; é necessário também suprimir a diferença entre os operários e os camponeses, fazer passar a pequena produção mercantil, individual e isolada, à grande produção coletiva. Com isso, não se trata apenas de extinguir as raízes do capitalismo que "siam, incessantemente, da pequena produção. A cooperação socialista é uma necessidade imperiosa de bem-estar e de progresso; para a economia em seu conjunto, para o coletivo local e para cada produtor participante.

E' que a pequena produção constitui uma forma de economia já superada pela história. Sob o regime burguês, ela é triturada na engrenagem da acumulação capitalista e condenada, invariavelmente, a engrossar as fileiras do proletariado. O socialismo dá ao camponês uma situação nova: pela primeira vez, ele dispõe da terra, trabalha para si, e tem no Estado um apoio e um fornecedor seguro de créditos, sementes técnicas e instrumentos agrícolas.

Isso, porém, não basta. A pequena produção está amarrada aos limites de seu campo de ação, como a uma bola de ferro. Pesa sobre ela a falta de meios e a falta de ajuda para a aplicação da técnica, a ampliação e a racionalização dos cultivos. Só a grande propriedade permite o emprego da máquina moderna e de métodos avançados. O interesse do camponês combina-se, assim, com o interesse da construção socialista, que exige que se ande com os "bolsas" da indústria socializada e da agricultura coletiva.

Os países socialistas mostram isso com dados eloquentes. A superfície média dos colares soviéticos era, há pouco, de cerca de 2.000 hectares. As comunas populares da China baseiam-se na grande propriedade em crescimento. Com apoio na grande indústria do Estado, a área e a mecanização das fazendas coletivas crescem, constantemente, nas décadas populares. Não é de estranhar, pois, que essa agricultura forneça, no ano passado, em conjunto, metade da produção mundial de cereais e 40% da produção total de algodão. Por outro lado, o avanço da coletivização combina-se com a elevação da técnica, do rendimento das culturas e do nível de vida do povo. Só em 1959, o número de tratores aumentou em 33% na Albânia e em 400% na Hungria. Nesse mesmo ano, a agricultura soviética recebeu 234.000 tratores a mais; e a agricultura chinesa superou em 42 milhões de toneladas sua produção do ano anterior. O rendimento por hectare de algodão foi, na URSS, uma vez e meia superior ao dos Estados Unidos. A União Soviética superou os Estados Unidos na produção de leite por habitante, tal como, um ano antes, em 1958, os suzeranos na produção de manteiga.

Paralelamente, sob a recíproca dos camponeses, desenvolve-se a assistência social, cresce o conforto nas aldeias. Só na URSS, construíram-se, em 1959, 850 mil novas residências para os colcosianos.

E' assim, entretant, que avançam a coletivização da agricultura, a abundância da produção, o bem-estar e a cultura das massas camponesas.

# POLÍTICA ANTIDEMOCRÁTICA DE CARVALHO PINTO

Moisés Vinhas

O governador do Estado balanceou mais um ano de seu governo; esse balanço foi noticiado amplamente e de maneira "voluntária" por certos jornais de São Paulo. O sr. Carvalho Pinto enviou à Assembléia Legislativa um volume de 214 páginas, tratando de sua administração. Não vamos, senão superficialmente, abordar alguns aspectos do governo do sr. Carvalho Pinto. Pretendemos, em outra ocasião, voltar ao assunto, para o exame de alguns problemas administrativos.

aparelho de repressão. Surpreendendo pela reação popular à agressão a Cuba, o sr. Carvalho Pinto, isolado nos Campos Eliseos, como os norte-americanos imperialistas no mundo, lançou a polícia contra a ação patriótica dos jovens, resultando disso a prisão de moças e rapazes estudantes. Ai temos, num simples traço, o caráter reacionário da política do governador Carvalho Pinto: política de classe bem afinada com os setores mais retrógrados do latifúndio e muito ao gosto dos trustes e monopólios norte-americanos. Sentindo a terra de vez em quando fugir-lhe aos pés, como quando os funcionários públicos, civis e militares empreenderam movimento pacífico por melhores salários e vencimentos, o sr. Carvalho Pinto teme um novo ascenso de massas. Numa das manifestações chegou ao ponto de proibir que jovens estudantes levassem a cena, na praça pública, a peça teatral "Pátria ou Morte", retratando a revolução de Cuba. Mais de duzentos policiais ocuparam a praça, o que não impediu que no próprio local se manifestasse a combatividade do povo. Um protesto enérgico — comício — foi a resposta da massa aos desmandos do sr. Carvalho Pinto. Silenciando sobre a questão de Cuba, não se referindo a ela em entrevistas ou comunicados, o sr. Carvalho Pinto, mais "discreto" que o sr. Carlos Lacerda, usa meios policiais contra o movimento popular. Temos mais ainda. Revela-se o professor Carvalho Pinto, um educador de primeira. Antigo mestre, diante da justificada ira da juventude contra o assassinio de mulheres e crianças na ilha heróica, joga sua política contra os meios, realizando assim, brilhantemente, sua política em matéria de educação. O Plano de Ação, assim, vai sendo cumprido. Deixa claro o governo de São Paulo sua posição contrária à autodeterminação dos povos, desrespeitando a Constituição Federal e ofendendo os sentimentos populares. Uma moça, estudante, presa, foi rudemente insul-

ganizadas tais manifestações e os seus objetivos reais. A margem de engano do povo com relação a governos como o do sr. Carvalho Pinto está cada vez menor.

Com quem disse um jovem encarcerado pelo DOPS na cadeia da calçada brasileira do Consulado norte-americano: "Esse silêncio do governador sobre Cuba escondia uma risadinha sinistra que ecoa sobre as nossas cabeças pela ação do cassete da polícia que 'educa' os jovens a mando do 'mestre do ano'".

Quem quiser conhecer um governo democrata-liberal basta correr a vista pelas manchetes dos jornais. Quando da crise da Força Pública tivemos: "Desespero, choro e desmaio no adeus do sargento suicida" (U.H. de 19-11-1961); "Dops massacrar trabalhador da Aymorés: bombas destroem bancas dos grevistas" (UH de 25-11-1960); "A polícia espanca líderes camponeses" (UH de 11-3-1961).

O povo paulista, brioso e patriota, desgostoso sensivelmente o austero governador que, assustado com o vulto do movimento encetado pelo funcionalismo civil e militar, apelou para o Exército a fim de ver garantido o seu curul nos Campos Eliseos. Quando o povo paulista se decidiu — e as colchas hoje caminham com a rapidez do vó de Gagarin — os políticos de tendência antidemocrática, antipopular e antinacional serão em definitivo derrotados. Não se pode estranhar a conduta do sr. Carvalho Pinto e de seu governo diante das ações independentes e patrióticas das massas em favor de Fidel Castro e da gloriosa revolução do Caribe. O chefe do Executivo bandeirante é um homem vinculado às forças retrógradas do latifúndio e realiza no governo a política que mais convém aos trustes e monopólios norte-americanos.

Simão da Cunha (UDN), Hernani Maia (PTB); Frederico Pardini (PSP); Waldomiro Lobo (PSP); Eugênio Klein Dutra (PTN); Pires da Luz (PST); Jorge Ferraz (FR); Manoel Costa (PSD); José Fernandes Filho (PDC); Darneval Pimenta Filho (PTB); Wilson Modesto (PTB); João Navarro (PTB) e Moreira Jr. (PTB).

Líderes sindicais Antônio

# Minas: Deputados, Líderes Sindicais e Jornalistas Pela Autodeterminação

BELO HORIZONTE, maio (da sucursal) — Assinado por parlamentares, líderes sindicais e jornalistas foi divulgado um manifesto ao povo mineiro, através do qual os signatários manifestam sua irrestrita solidariedade à luta do povo cubano contra o imperialismo e sua total concordância com o princípio de autodeterminação dos povos.

E' o seguinte o texto do manifesto, seguido das assinaturas:

"No momento em que o povo cubano se vê ameaçado em seus ideais de emancipação, e vê periclitar sua liberdade de escolher seu próprio sistema de governo e, através dele, gerir os próprios destinos, sem interferências externas de qualquer natureza ou a qualquer título, os signatários deste manifesto a sua convicção de que o direito de autodeterminação dos povos subdesenvolvidos transcende dos limites da Nação Cubana e se torna, pela identidade de problemas, o objetivo comum de todos os povos da América Latina.

Assim agem na certeza de que, pugnan-do por esse ideal, numa campanha que vise preservar-lhe a independência, escolhem o caminho mais adequado à solução das graves questões que afetam a Pátria Brasileira, a) deputados Ladislau Salles (PTB), Euclides Cintra (PTB), Celso Motta (PST),

Anastácio Campos (metalúrgico), Sivalva Bambira (tecelão), Salim Boudid (mineiro), José Boggioni (banca-rio), Alberto José dos Santos (banca-rio), Roberto Oliveira Prates, Fausto de Almeida Drumond (banca-rio), José de Abreu (tecelão) Antônio Pereira dos Santos (tecelão) José Alexandre (mineiro), Zacharias Roque (mineiro), Benigno José Silveira, João

Firmão Luzia (marceneiro), Eugênio Caetano Costa, Delmir Vilela (hidroelétrico), João de Deus Rocha (funcionário público e Domingos Viotti (funcionário público). Jornalistas Guy Almeida, José Costa, Jadir Barroso, Roberto Drumond, Adauto Santos, Célio Aulicis, Benito Barreto, Helvécio de Oliveira Lima, José Maria Rabelo e Daurio Mendes.

Ainda há poucos dias o povo paulista juntou o seu protesto ao de milhões de vozes que se fizeram ouvir, no mundo inteiro, em solidariedade à Revolução Cubana. A Cuba agredida pelos mercenários pagos, adestrados, municionados e transportados pela gendarmaria assassina dos Estados Unidos.

Enquanto estudantes em massa, intelectuais esclarecidos e patriotas, deputados e vereadores briosos, trabalhadores e o povo em geral, entre emocionado e revoltado contra a agressão insólita, manifestou seu protesto, o governador Carvalho Pinto mobilizou seu

Procurando ludir a opinião pública, o sr. Carvalho Pinto manda fazer enquetes atestando o crescimento de sua popularidade (!) e as publica na imprensa. Ninguém ignora o preço dessas enquetes e o custo de sua publicação nos jornais. Clubes esportivos e outras organizações populares desfilarão em homenagem ao governador. Ninguém ignora também como são or-

Entre os signatários, todos eles vereadores e prefeitos de cidades de todo o Estado, estão o prefeito Condeias Filho, de Ribeirão Preto; o prefeito João Lisboa, de Taubaté; o vereador Constante Geneviva, presidente da Câmara Municipal de Catanduva; o jornalista Corifeu de Azevedo Marques e outros.

REVOGAÇÃO DO ARTIGO 58

Foi apresentada e aprovada, no Congresso, também uma moção que reclama do Parlamento federal a imediata revogação do artigo 58 da Lei Eleitoral, nos termos do projeto apresentado à Câmara Federal pelo deputado Campos Vergal.

Assim agem na certeza de que, pugnan-do por esse ideal, numa campanha que vise preservar-lhe a independência, escolhem o caminho mais adequado à solução das graves questões que afetam a Pátria Brasileira, a) deputados Ladislau Salles (PTB), Euclides Cintra (PTB), Celso Motta (PST),

Assim agem na certeza de que, pugnan-do por esse ideal, numa campanha que vise preservar-lhe a independência, escolhem o caminho mais adequado à solução das graves questões que afetam a Pátria Brasileira, a) deputados Ladislau Salles (PTB), Euclides Cintra (PTB), Celso Motta (PST),

Assim agem na certeza de que, pugnan-do por esse ideal, numa campanha que vise preservar-lhe a independência, escolhem o caminho mais adequado à solução das graves questões que afetam a Pátria Brasileira, a) deputados Ladislau Salles (PTB), Euclides Cintra (PTB), Celso Motta (PST),

Assim agem na certeza de que, pugnan-do por esse ideal, numa campanha que vise preservar-lhe a independência, escolhem o caminho mais adequado à solução das graves questões que afetam a Pátria Brasileira, a) deputados Ladislau Salles (PTB), Euclides Cintra (PTB), Celso Motta (PST),

# Pela Legalidade do PCB 100 Prefeitos e Vereadores Paulistas

SERRA NEGRA, maio (serviço especial) — Assinada por 100 delegados que participaram do recente VIII Congresso Estadual de Municípios, realizado nesta cidade, foi endereçada ao presidente da República, uma mensagem pela legalidade do Partido Comunista do Brasil.

E' o seguinte o seu texto: — "Considerando que a meta legalidade e democratização já não é mero lirismo; considerando que a nossa Constituição ao conceder a mais ampla liberdade de associação, não permitiu as discriminações hoje existentes e, já incompatíveis com os fóros de civilidade e democracia e patriotismo; considerando que nos países tradicionalmente democráticos

no sentido amplo da palavra e realidade palpável a legalidade dos Partidos Comunistas;

Nós, abaixo-assinados, congressistas do VIII Congresso Estadual de Municípios do Estado de S. Paulo, com a mais alta e irrestrita compreensão dos direitos democráticos, apolamos a concessão de registro ao Partido Comunista do Brasil, certos de que muito estaremos contribuindo para a maior democratização do País.

Assim, requeremos seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República no sentido de S. Excia., como corolário da sua orientação pela liberdade democrática, determine medidas tendentes ao objetivo"

Assim agem na certeza de que, pugnan-do por esse ideal, numa campanha que vise preservar-lhe a independência, escolhem o caminho mais adequado à solução das graves questões que afetam a Pátria Brasileira, a) deputados Ladislau Salles (PTB), Euclides Cintra (PTB), Celso Motta (PST),

## OBRAS ESCOGIDAS DE MAO TSE-TUNG

### Tomo IV

(Edición en inglés)

460 págs. 22,2 X 15,2 cm.

Tela barnizada US\$ 1.60 — Rústica US\$ 1.20

Editado por: EDICIONES EN LENGUAS EXTRANJERAS, Pekin, China

Distribuidor: GUOZI SHUDIAN, Apartado postal, 399, Pekin, China

Agentes:

### AGÊNCIA INTERCÂMBIO CULTURAL

RUA DOS ESTUDANTES, 84 — Sala 28 SÃO PAULO, BRASIL

NOVOS RUMOS	
Diretor: Mário Azevedo	
Diretor Executivo: Orlando Romfim Júnior	
Redator Chefe: Frimoz Borges	
Gerente: Guttemberg Cavalcanti	
Redação: Av. Rio Branco 257, 17º andar 8/1712 — Tel: 42-7314	
Gêrência: Av. Rio Branco 257, 9º andar 8/905	
SUCURSAL DE S. PAULO: Rua 15 de Novembro, 228, 8º andar — 8/827 Tel: 37-5341	
Endereço telegráfico: «NOVOSRUMOS» ASSINATURAS	
Anual	Cr\$ 500,00
Semestral	» 250,00
Trimestral	» 130,00
Avanço anual	» 200,00
Avanço semestral	» 100,00
Avanço trimestral	» 50,00
Número avulso	» 10,00
Sorteio atrasado	» 10,00

# Líder Estudantil a NR: "Cuba Não Será Derrotada"

— "Estes são os traidores! Estas palavras andantes servem de 'manchete' às galerias de fotos e nomes nas portas de cada Faculdade cubana. E com elas os estudantes expressam seu desprezo por aqueles ex-colegas que se passaram para a contra-revolução e traíram o seu povo".

Foi assim que o presidente da União Acadêmica Paranaense, estudante José Augusto Moraes, começou a falar-nos de suas impressões da vida estudantil na Cuba de hoje. José Augusto acaba de regressar de Havana, onde esteve integrante de uma delegação da UNE a fim de participar dos festejos de Primeiro de Maio a convite do Governo de Fidel Castro.

## A FEU COORDENA

Em Cuba, o presidente da União Acadêmica Paranaense manteve estreito contato com os meios estudantis, suas organizações, seu professorado, seu corpo discente. Visitou a Universidade de Havana, agora em recesso forçado em virtude da invasão a FEU (Federação Estudantil Universitária), a Universidade do Oriente, em Santiago de Cuba, e o Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Comerciais. De todos esses contactos guarda um mundo de impressões, algumas das quais transmite à nossa reportagem. Inicialmente fala-nos da FEU, hoje presidida pelo comandante Roberto Cubella, que o recebeu e com quem manteve amável palestra. Diz-nos José Augusto Moraes que a revolução cubana encontrou nas Faculdades a sua primeira guarda. Delas partiu essa chama de entusiástico patriotismo, que hoje incendia o coração da juventude cubana e até mesmo das crianças que aprendem simultaneamente em sua nova cartilha a soletrar e a amar a pátria livre e independente. "A FEU canaliza esse entusiasmo e transforma-se dia a dia num maravilhoso centro de unidade do movimento estudantil cubano, hoje mais do que nunca coeso em torno da Revolução", afirma José Augusto, e explica-nos que isso é possível porque a entidade máxima do estudante cubano sabe combinar perfeitamente a luta política, revolucionária, com a ampliação crescente de suas atividades culturais e recreativas, de que é a maior estimuladora.

## ESTUDANTES MILICIANOS

Na Universidade do Oriente o espírito da Revolução está arraigado em cada estudante e flui de cada Faculdade", diz José Augusto. Em Oriente está a Sierra Maestra, berço das primeiras lutas libertadoras. Por isso mesmo cada estudante é um miliciano.

Parte do dia dedicam aos seus estudos e uma vez esses terminados, vão aos seus destacamentos cumprir seu papel de soldados. E nesse terreno não há discriminações de sexo. Moças e moços sabem cumprir com honra o seu dever.

## 1961 — ANO D' EDUCAÇÃO

A nossa pergunta sobre como se desenvolve em Cuba a batalha contra o analfabetismo, José Augusto responde que a transformação dos quartéis em escolas foi o primeiro passo sério dessa batalha e o primeiro no cumprimento de uma decisão histórica: que em 1961 — Ano da Educação — o analfabetismo deve ser liquidado para sempre do território cubano.

Foram organizadas para isso, em todo o país, as chamadas brigadas alfabetizadoras, que já somam um total de 150.000 integrantes e jovens maiores de 13 anos. Essas brigadas internam-se sobretudo no campo e passam a viver na casa dos camponeses, onde no mínimo 3 horas são dedicadas aos estudos. Antes de iniciar seu trabalho as brigadas recebem instruções sobre como viver entre os camponeses e como ensiná-los mais rapidamente ler, tendo em conta as próprias condições em que eles vivem e trabalham.

Foi assim que, no dia 27 de maio último, no salão nobre da União Nacional dos Estudantes, contando com o comparecimento de altas autoridades, de diversos líderes estudantis, de membros da colônia capixaba na Guanabara, de representantes de todos os Estados da Federação e convidados especiais, realizou-se a sessão solene de instalação da União Guanabara de Estudantes Capixabas (UGEC), presidida pelo jovem Sebastião G. Soares.

## EDUCAÇÃO EM SIERRA MAESTRA

Sierra Maestra — berço da Revolução — é uma das pioneiras da batalha contra o analfabetismo. Habitada por 280.000 habitantes, antes da revolução não dispunha de uma única escola. Hoje possui 1700, além da Escola Camillo Cienfuegos, de tipo padrão, com capacidade para 20.000 alunos ( cifra que será atingida em 1965) em 40 unidades.

A cidade escolar possui instalações completas, que incluem desde a lavanderia e a sapataria até modernas oficinas de todos os tipos onde os jovens que terminam o curso primário e podem capacitar-se tecnicamente e preparar-se até o período pré-universitário. Para a Universidade Camillo Cienfuegos, afluem as crianças alfabetizadas nas demais escolas da Sierra. Apenas neste ano, Ano da Educação, a Cidade Escolar foga ao seu programa, recebendo também crianças que devem ser alfabetizadas.

## IGREJA CONTRA A NACIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

— "A partir do dia 2 de maio não haverá mais ensino particular em Cuba". Estas palavras de Fidel Castro, pronunciadas em seu discurso de primeiro de maio em Havana, percorreram as agências telegráficas e saltaram nos jornais transformando-se em "manchetes" do mundo inteiro. José Augusto estava em Cuba no momento da nacionalização das escolas. Perguntamos-lhe como repercutiu ali o acontecimento.

"O povo aplaudiu delirantemente a notícia e, depois, transformou-se no melhor auxiliar do Governo na execução da medida", respondeu José Augusto. Contou-nos então, que a maioria das escolas particulares, tal qual ocorre em nosso país, estavam nas mãos do clero. A partir da vitória da Revolução cada escola privada, transformou-se rapidamente num foco contra-revolucionário, servindo de abrigo para traidores, esconderijo de armas e munições, além de preparador psicológico de futuros mercenários. Dela a intervenção do Estado. Sobre isso José Augusto conta-nos uma experiência própria bastante interessante. Disse que assistiu ao ato de nacionalização de uma escola privada católica em Havana. Do ato participaram professores, diretores e alunos. Estes foram os primeiros a acusar a direção da escola de contra-revolucionária, de perseguir os estudantes que eram a favor da revolução, chegando até mesmo à rebeldia de notas e de médias. Mesmo assim, o padre que dirigia a escola foi convidado pelo Governo a permanecer em seu posto, apenas com uma diferença: agora receberia o salário pago pelo Estado. O padre recusou-se terminantemente, colocando seus brechecos religiosos acima do sentimento humanitário de continuar a ensinar as crianças a ler. Essa era uma das escolas — concluiu José Augusto — que recebiam todo seu equipamento técnico e material dos Estados Unidos.

— "A revolução cubana venceu e jamais será derrotada", disse por fim, cheio de entusiasmo, o jovem presidente da UAP.

## Canto de Página

Enéida

## Tristezas não pagam dívidas

Lá diz o samba que tristezas não pagam dívidas e que não adianta chorar o que é absolutamente certo. Pense nisso olhando meus recortes de vários jornais desta semana, dívidas que cobrem, tão afirmativos não de hora presente, triste hora de vida dura, de dinheiro não há.

Outro dia comentei aqui a situação horrível em que se encontram os presos da Ilha Grande, os loucos de Minas Gerais e agora leio que os presos do Sanatório Correccional de Bangui, passaram ao repórter Finheiro Júnior de «Olimpo Hora» um memorando contando os horrores por que passam. São tuberculosos, mas isso para os facinorosos diretores do Sanatório não tem a menor importância. Há frações de colônias de enorme tragédia, como esta: vida a semana um cadáver deixa o Sanatório de Bangui e as vagas deixadas pela morte são resultantes de penúria, fome e até de um pelotão de extermínio. Não é impressionante? Onde andam os corações caridosos, o que fazem as salmas bondosas que entregam pobres desgraçados doentes nas mãos de anormais, de carrascos sedentos de sangue?

Notícia para comover, mas não adianta chorar. Ao lado dela uma para rir. Um chinês foi preso pela polícia suspeitado de exercer atividades subversivas (ah o pavor dominante!) Levaram o homem para a Polícia Política e todos nós sabemos que entrar vivo nessa polícia é fácil mas sair vivo é bem difícil. Afinal o que fazia o chinês? Primeiro perambulava próximo ao quartel da Polícia Militar na rua Frei Caneca, depois estava cheio de livros de Mao-Tse-Tung, dizia a polícia.

Naturalmente o chinês não é como o Carlos Lacerda que acaba de ser condecorado por Chiang-Kai-chek. (Nunca vi condecoração mais justa; ambos odeiam os seus povos) e apesar do chinês declarar que era anticomunista a polícia considerou seu «ohar» meio subversivo. Imaginem vocês, até no olhar há possibilidades de subversão. Passou por severos interrogatórios contos os jornais, sem as apas que são minhas. Sabemos o que são os tais severos interrogatórios e depois de muito apañar o chinês disse apenas o seguinte: era um homem faminto, sem emprego, sem casa, morrendo aos poucos. Passou em frente ao quartel (você sabem que é muito perigoso passar por um quartel) como passaria por uma igreja ou um palacete, com suas mãos não dá comêda para chinas seus irmãos. Havia cinco dias que o coração preso de «ohar» subversivo não comia. Esi claro que não podia ter um olhar bom de vaca mansa. Igitani, essa história, tirando naturalmente o lado miserável e fome, não dá para rir? A polícia política precisa encontrar subversão e para isso até um chinês de Formosa basta. Sim, de Formosa, porque os chineses da China Popular ficam em seu país, construindo, levando para frente a grande revolução que realizaram e realizam.

Mas tristezas não pagam dívidas e como andam hoje as coisas neste bem amado país, dinheiro não temos para que nossos credores durmam em paz. Essa coisa de alguém ter «ohar» meio subversivo me dá uma bruta vontade de dar grandes gargalhadas. E' o que estou fazendo. Gargalhemos, irmãos. Não adianta chorar.

# Trinta Anos Mais Tarde Astrojildo Volta à URSS

Trinta e dois anos depois de sua prolongada visita à União Soviética, em 1929, nosso companheiro Astrojildo Pereira embarcou dia 25 passado, desta vez num avião a jato, para uma nova temporada na URSS, em viagem de estudos e tratamento de saúde. O escritor foi acompanhado de sua esposa, D. Inês, que pela primeira vez viajava para um país socialista.

Apesar da hora da partida do avião, que decolou do Galeão à 1 hora da madrugada, grande numero de amigos de Astrojildo

do compareceu ao embarque. Estêve presente o dirigente comunista Luiz Carlos Prestes.

Na foto, tirada no aeroporto momentos antes da partida, vemos Astrojildo em companhia de um grupo de companheiros, onde podemos distinguir, entre outros, os escritores Milton Pedrosa, Almir Matos e Rui Facó, o filólogo Zdenek Hampejs, e o diretor e o redator-chefe de NOVOS RUMOS, Orlando Bomfim Jr. e Fragmon Carlos Borges.



## Pernambuco inaugura Associação Pró-Cuba

Instalou-se no dia 17 de maio último, no Teatro Santa Isabel, em sessão solene, a Associação Pernambucana de Solidariedade a Cuba. O ato contou com a presença de destacados figuras, salientando-se o comparecimento da sra. Célia Guevara, mãe de Ernesto Guevara, que foi presidente de honra da solenidade, o deputado Francisco Julião e outros.

Discursando na ocasião, o professor universitário Otávio de Freitas Júnior, da comissão executiva da Associação, enalteceu a vitoriosa Revolução Cubana, "A alegria legítima da vitória de Cuba — que foi a vitória do direito contra a força, a vitória da liberdade contra a tirania, a vitória da verdade contra a mistificação — a legítima alegria da vitória de Cuba se confunde, se integra, se identifica com os raios de sol dum manhã do dia seguinte dum noite chuvosa. A natureza também celebra a paz dum vitória justa". Continuando, o prof. Otávio de Freitas Júnior defen-

deu brilhantemente o direito dos povos à sua autodeterminação e criticou aqueles que hoje censuram os fuzilamentos dos inimigos e traidores da Revolução, aqueles que são de uma "frieza de cadáver em putrefação ante os fuzilamentos inumeráveis da polícia de Franco, na Espanha, ante os abusos tão condenáveis da política de Salazar, em Portugal, ou de suas manobras em Angola, ante a corrupção e a tortura que envolvem os países ditatorialistas sul e centro-americanos, como o Paraguai ou o que tem como chefe todo-poderoso a Trujillo".

Na foto, a mesa que dirigiu a sessão. Da esquerda para a direita: deputado Francisco Julião, sr. Cláudio de Holanda Cavalcanti, sra. Célia Guevara, prof. Otávio de Freitas Júnior, e os deputados estaduais Carlos Luis de Andrade, Almani Sampaio e Sérgio Murilo, convidados especiais.

## Tópicos Típicos

Pedro Severino

Um dos livros mais engraçados que tive oportunidade de ler ultimamente é «A Filosofia do Comunismo» (editora Vozes Ltda.) de autoria de D. Agnelo Rossi, bispo de Barra do Piraí.

D. Agnelo é um humorista não-intencional, é verdade, mas o fato de não pretender provocar o riso não impede que os seus eventuais leitores sensatos cheguem a dar boas gargalhadas durante a leitura da sua obra. Toda ela resulta em uma piada magnífica!

Logo de princípio, o bispo revela ter compreendido perfeitamente o alcance do método dialético, ao afirmar que o marxismo, como o cristianismo, tem também seus mistérios e o principal deles é a Dialética. (p. 25). A Dialética, portanto, é um milagre. Para ser mais exato, é um milagre... do Diabo. D. Agnelo, então, numa atitude muito científica, pode se dar ao luxo de renunciar a compreender criticamente a Dialética e, em lugar disso, pôr-se a exorcizá-la.

Por que razão o Demo escolheu Karl Marx como seu brauto moderno? Muito simples: «Marx era judeu. Como é vulgar entre os de seu povo, possuía um espírito messiânico» (p. 36). Chamou-o, pois, Satanuz e, aproveitando-se do espírito judeu-messiânico do famoso revolucionário, encarregou-o de propagar idéias materialistas.

Que idéias materialistas eram essas? Idéias segundo as quais «o homem é passivo e não ativo», e «sendo matéria, é como ela, inerte» (p. 53). Ora, esta história de que o homem é inerte já é bastante marota, e eu duvidou que o bispo apontasse um único texto marxista onde se diga uma barbaridade dessas... Mas onde o caso se torna ainda mais maroto é no ponto onde D. Agnelo afirma que a idéia de que o homem é passivo tem qualquer coisa a ver com o marxismo. Por favor, padre! A idéia de que o homem é passivo tem outras origens — e as vêz de se constituir, inclusive, num problema de homoxualismo...

Além, o bispo não se dá absolutamente ao trabalho de refutar esse materialismo batizado por ele mesmo de marxista: «Escrevendo a pessoas que admitem ainda a dignidade dos homens, dispensamo-nos de aduzir todas as provas contra o materialismo marxista» (p. 44).

Adiante, adverte que «o autor da natureza determinou ao homem e à mulher deveres diferentes» (p. 66), que «tem de haver, fatalmente, a desigualdade accidental dos direitos e deveres dos homens, conforme sua posição na sociedade» (p. 67) e que o comunismo tiraria ao homem «todo o estímulo para o trabalho» (p. 70). Acrescenta que «o sistema da propriedade particular, o operário pode dispor, livre e exclusivamente, do salário, e se fizer algumas economias pode comprar terrenos e assim melhorar a sua situação» (p. 73), o que não ocorre no comunismo.

No fim, pedindo de dizer que «a experiência russa do comunismo fracassou» (p. 75), o bispo de Barra do Piraí faz referências à atividade do Partido Comunista do Brasil e acaba prestan-do a sua homenagemzinha ao «destinado Almirante Pena Botto» (p. 120).

Pelo tom da missa lá se adivinhava qual seria o santo...

## URUGUAIOS ESTUDAM NOSSA ARQUITETURA

Presidido pelo arquiteto Jorge Bisogno, encontra-se no Rio, desde o dia 23, um grupo de 40 estudantes de Arquitetura da Universidade de Montevideú. Seu objetivo é estudar aspectos da Arquitetura brasileira. Os estudantes uruguayos já estiveram em São Paulo, Belo Horizonte, Ouro Preto e Brasília.

A jovem Selva Braselli, quartanista de Arquitetura de Montevideú, que integra o grupo, depois de referir-se às suas impressões de Brasília ("há uma chocante contradição entre a magnitude dos edifícios em que estão instalados os órgãos do Poder e a situação penosa da Candangolândia"), informou-nos que, em seu regresso, os estudantes uruguayos realizaram em Montevideú uma exposição de fotografias e promoverão uma série de palestras e debates sobre a arquitetura brasileira.

# ESTUDANTES CAPIXABAS FAZEM UNIÃO NO RIO

O elevado número de estudantes provenientes do Espírito Santo que se encontram cursando escolas e faculdades no Estado da Guanabara levou a que um grupo deles idealizasse e concretizasse uma associação, onde pudessem reunir-se na defesa de seus interesses e para fomentar o desenvolvimento de suas atividades sociais, culturais e econômicas.

Foi assim que, no dia 27 de maio último, no salão nobre da União Nacional dos Estudantes, contando com o comparecimento de altas autoridades, de diversos líderes estudantis, de membros da colônia capixaba na Guanabara, de representantes de todos os Estados da Federação e convidados especiais, realizou-se a sessão solene de instalação da União Guanabara de Estudantes Capixabas (UGEC), presidida pelo jovem Sebastião G. Soares.

# GRAVADORES SOVIÉTICOS EXPÕEM PELA PRIMEIRA VEZ NO BRASIL

Vinte e dois jovens artistas plásticos de Moscou e Leningrado, cujas obras foram trazidas ao Brasil sob a responsabilidade do Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS e do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes, estão expondo, desde o dia 25, 54 gravuras no Salão de Arte do Diretório da ENBA.

As gravuras que são apresentadas, de jovens artistas da URSS, demonstram antes de mais nada que eles estão ligados às aspirações populares e revolucionárias da nação que representam.

«Não existem neles virtuosismos estéticos ao gosto de um público ávido de novidades. São almas de homens simples que não se envergonham de o ser. Há nelas a linguagem que toca o povo e por isso merecem respeito.

«Minha experiência de artista me leva a considerar muito mais difícil tocar a sensibilidade do público por meios diretos como o dessas gravuras, do que utilizando artificiais-

mo ao gosto de uma minoria excitada».

Essas palavras são do grande pintor brasileiro Emiliano Di Cavalcanti que, no catálogo da exposição, apresenta os jovens gravadores, além de dar a conhecer que o objetivo da promoção é incentivar o intercâmbio artístico entre os dois países, desejando o Instituto Brasil-URSS enviar a Moscou gravuras de autores representativos da arte brasileira. A comissão encarregada de organizar a mostra é composta de Di

Cavalcanti, Djanira, Jordão de Oliveira, Quirino Campofioriti, Chlau Devesa, Liana Silveira, Antônio Grosso, Ivete Rosa e Aluizio Zualuar.

A inauguração da exposição dos jovens soviéticos foi muito concorrida, estando presentes, entre outras personalidades como o pianista Arnaldo Estrela, presidente do Instituto, e sua senhora, a violinista Mariuccia Iacovino, os catetódricos da ENBA Mário Barata e Quirino Campofioriti, grande número de artistas, destacando-se Djanira, Chlau Devesa, Silgaud, Honório Pecanha, além de inúmeros alunos da ENBA e considerável público.

A exposição que está despertando grande interesse popular ficará aberta até o dia 15 de junho, diariamente, das 11 às 18 horas, exceto aos domingos e feriados. Aos sábados, o Salão abre das 8 às 12 horas.



## GRANDE CURIOSIDADE

O Salão de Arte do Diretório Acadêmico da ENBA foi pequeno para acolher o grande número de pessoas desejosas de conhecer

os trabalhos dos gravadores soviéticos que pela primeira vez apresentam obras no Brasil.

## Universitários do Amazonas em defesa de Cuba

MANAUS, maio (do Corresponsável). Definido sua clara posição de apoio à revolução cubana, a União dos Estudantes do Amazonas fez publicar no «Jornal Universitário», órgão oficial da entidade, a seguinte nota:

Inspirado no grande herói cubano José Martí, um jovem advogado, Fidel Castro, lançou-se contra a fatalidade histórica que até então transformara Cuba em uma ilha diabética, atrasada, estagnada: a exploração imperialista.

Interrompendo a nefasta sequência de governos que

representavam não o interesse do povo cubano, mas das classes dominantes ligadas ao imperialismo, Cuba resistiu heroicamente as consequências de uma odiosa guerra econômica tipo de guerra esse vedado pelo artigo 16 da Organização das Nações Americanas.

Agora, para estarmos de todas as nações, consumou-se uma agressão armada à minúscula ilha patriótica por interesses internacionais frustrados. Resistiu o povo cubano, mais uma vez.

E preciso defender Cuba.

Defender Cuba significa nos solidarizarmos com a luta pela sua independência econômica fazendo com que o nosso governo adote uma posição nacionalista, apoiando a causa cubana, que não deixa de ser nossa também.

## ANJOS E O MAIS

Dalcídio Jurandir

Costumase, em Belém, publicar diariamente os obituários nos jornais, dizendo de que morreu o semelhante. Sempre quando estou lá, leio a coluna macabra. Agora, por exemplo, li três colunas acumuladas num só dia. Contei vinte e oito anjos. Causa: Inviabilidade. A criança não pode nascer. Um doutor me explicou: E' que a mãe, não pode parir, sem forças, consumida por doença, fome e trabalhos. Contei os doentes de morte morria, com idade, vamos dizer, de morrer. Poucos. E conte criança de dois anos com gastroenterite. E moço e moça com tuberculose, anemia, ocultando a causa certa: fome.

Belém, há dez anos, tinha duzentos mil habitantes. Tem hoje quatrocentos. Tudo isso é tanta gente que foge do interior procurando trabalhar, mas onde? Onde? Não há lugar mais na cidade para se fazer de graça uma choupana, cujo aluguel custa os olhos da cara. Enfim, pobreza em massa, e mais e mais pobreza. Não carrego no quadro. Vi, um sábado, amontoados de chuva, aquela gente — e quantos! — no subúrbio, amontoados em torno dum carrinho de tripa disputando um jantar, um engueta-estômago em noite de lama e proteína. Naqueles aglomerados de Belém, o subúrbio patinha e come lama. Uma população anfibia num enorme béco escuro.

Fidel, Fidel, vás bien, vás bien, Fidel!

V. já ouviu falar nas "comunidades populares" chinesas? Bem ou mal?

Conheça exatamente o seu significado, através do maravilhoso e bem documentado Álbum:

## LA COMUNA POPULAR

Edição do Pequim, em castelhano, 196 fotos em cores e em preto. Contém textos explicativos. Encadernado, com bellissima sobrecapa colorida. Apenas Cr\$ 300,00. Também pode ser adquirido em língua inglesa. Este Álbum é editado sob o patrocínio do Ministério da Agricultura da CHINA. Agência Intercâmbio Cultural Rua dos Estudantes, 84 SAO PAULO Atendemos pelo Reembolso Postal.



# Kennedy Quer Dinheiro Para Corromper e Financiar Agressões Contra os Povos

Nota Internacional

Rui Passô

## Uma Política Independente Para a América Latina

Há indícios cada vez mais evidentes na América Latina de uma tendência dos países deste Continente assumirem posição independente em problemas de política exterior. Esta tendência se acentuou depois do vergonhoso fracasso da intervenção dos Estados Unidos em Cuba, através da intervenção da ilha com mercenários exilados na Flórida. O fato veio comprovar novamente o anacronismo da política agressiva que pretendem manter a todo custo os imperialistas americanos. Kennedy, em plena época de vitória do socialismo num bom número de países e de avanço das ideias socialistas no mundo, na época da derrubada final do colonialismo, comete a loucura de procurar ressuscitar uma política morta e enterrada de há muito: a política do «bastão longo» do primeiro Roosevelt, Theodoro. Mas, não só não encontrou o apoio que esperava por parte dos principais países latino-americanos para intervir em Cuba, como sabe que de agora por diante será sempre mais difícil aos Estados Unidos impor a sua vontade neste terreno.

Assim é que o governo do sr. Jânio Quadros, mesmo sem a coragem suficiente de assumir uma posição de aberta independência em relação aos Estados Unidos, não pôde ignorar a Conferência dos chamados «países não comprometidos», ou países neutros, que se inicia a 5 de junho no Cairo. Faz-se representar o Brasil nessa Conferência por um diplomata com a categoria de observador.

Nas violações dos Estados Unidos, no México, falta-se da possível formação de uma terceira frente de países latino-americanos, africanos e asiáticos para assumirem «posição equidistante» em relação ao bloco das potências imperialistas e ao campo socialista. Sabendo-se que os países coloniais e semicoloniais sempre constituiram reserva do imperialismo em casos de guerra, compreende-se o quanto o imperialismo tem socavadas as suas posições caso esta tendência se acentue e ganhe corpo.

Este «neutralismo», naturalmente, tem os seus limites. Não se pode ser neutro entre as lutas pela independência dos povos coloniais e semicoloniais e os esforços desesperados do imperialismo para continuar oprimindo esses povos. Mas favorece concretamente a causa da paz mundial e das lutas de libertação dos povos coloniais e dependentes recusar-se a participar das alianças de guerra e das empreitadas intervencionistas do imperialismo.

A nova tendência — que apenas se delinha — dos países da América Latina para adotarem uma política exterior independente é já uma resposta à tentativa dos monopólios e dos trusts de mantê-los acorralados às suas «alianças regionais», mesmo quando mascaradas de «Aliança para o progresso», como a recém-anunciada por Kennedy. É uma afirmação, embora ainda tímida, da vontade dos nossos povos de se libertarem não só económica como politicamente. Afirmação da vontade de paz dos povos americanos, que não querem ser arrastados a uma guerra mundial ou a guerras locais, que podem ser o foco de uma conflagração universal.

Isto não significa que não existam resistências — e fortes, e desesperadas — ao novo curso que vislumbra em alguns círculos mais realistas — e mais sen — da burguesia nacional dos países da América Latina. Os Estados Unidos, por sua vez, se empenham por todos os modos pela conservação do velho status-quo.

Num mundo em revolução para a independência nacional, o progresso autêntico e o autêntico bem-estar dos povos, a América Latina não pode manter-se à margem. Ela também desperta e luta. Cuba é a sua consciência, a sua vanguarda, a sua prova de fogo. Os acontecimentos de nos- sos dias mostram que a América Latina pode dar uma importante contribuição à causa da paz mundial e da coexistência pacífica entre os povos.

Militarização intensiva — subordinada à orientação agressiva adotada pelo imperialismo diante da luta crescente dos povos para se libertar das garras do colonialismo e do domínio do

capital estrangeiro; aumento das verbas para propaganda, objetivando os meios necessários para acelerar o programa destinado a corromper as mentes, e direito incontrolável de manipular grandes verbas para «apli-

car» nos países diretamente «ameaçados pelo comunismo e pela subversão»: tais são — em síntese — os elementos fundamentais inscritos na última mensagem lida perante o Congresso norte-americano, no dia 24

de maio último, pelo presidente John Kennedy.

O programa apresentado pelo primeiro mandatário dos Estados Unidos, que vem complementar e define mais exatamente ideias que ele já havia exposto em sua mensagem sobre o estado da União, apresentada após a sua posse, não é um programa de paz, voltado para a distensão e, muito menos, um programa de auxílio real — como ele pretende fazer

ver — destinado a libertar os milhões de seres humanos a que pretensamente se destina, da miséria e das condições de vida humilhantes impostas pela exploração secular das potências imperialistas. Pelo contrário, é um programa dirigido para a intervenção armada ou não nas áreas que — ele próprio afirma — «se transformaram na grande arena de luta»; é um programa que tenta impedir a inevitável degradingada do imperialismo e do colonialismo na parte meridional do globo terrestre; nas vastas regiões da América Latina, em todo o continente africano e no sul da Ásia.

Seja porque a firme política de paz dos países socialistas o impede, seja porque a correlação de forças se alterou a seu dano, o imperialismo já não dispõe de aquelas condições que predominavam nos primeiros anos da guerra fria para levar à cabo seus intentos de provocar e realizar uma guerra direta contra a URSS. Essas dificuldades, aliadas à presença amiga cada vez mais notável e decisiva da URSS e dos demais países socialistas diante dos povos que se libertaram ou lutam para se libertar — presença essa que se distingue pelo apoio resolutivo àqueles países ameaçados de intervenção e pela substancial e desinteressada ajuda económica fornecida — é que levaram a Kennedy a «reformular» a política dos Estados Unidos em relação à grande zona subdesenvolvida do mundo.



DO OUTRO LADO DA BAIÁ

O ponto máximo da visita da Missão Comercial da República Popular China ao Estado do Rio foi o encontro com o governador Celso Peçanha. Na foto, de pé: o secretário de Finanças, Lídio Araújo, o secretário de Educação, Tobias Machado, o che-

fe da Casa Civil, José Maria Ribeiro, e os srs. Letelba Rodrigues de Brito, Adão Pereira Nunes, Ruben Guayer Wanderley e demais membros da Missão. Sentados: o sr. Nan Han-chen, o governador Celso Peçanha e o intérprete.

de mais último, pelo presidente John Kennedy.

O programa apresentado pelo primeiro mandatário dos Estados Unidos, que vem complementar e define mais exatamente ideias que ele já havia exposto em sua mensagem sobre o estado da União, apresentada após a sua posse, não é um programa de paz, voltado para a distensão e, muito menos, um programa de auxílio real — como ele pretende fazer

ver — destinado a libertar os milhões de seres humanos a que pretensamente se destina, da miséria e das condições de vida humilhantes impostas pela exploração secular das potências imperialistas. Pelo contrário, é um programa dirigido para a intervenção armada ou não nas áreas que — ele próprio afirma — «se transformaram na grande arena de luta»; é um programa que tenta impedir a inevitável degradingada do imperialismo e do colonialismo na parte meridional do globo terrestre; nas vastas regiões da América Latina, em todo o continente africano e no sul da Ásia.

### INTERVENÇÃO EM NOME DA LIBERDADE

Não foi possível contar o número de vezes que a palavra liberdade esta escrita no discurso presidencial. O certo é que, em seu nome, o sr. John Fitzgerald Kennedy, presidente «democrata» dos Estados Unidos, defende a velha política do imperialismo norte-americano e procura vesti-la com roupas diferentes.

O que determina essa nova roupagem? O que é ela de fato?

Na África e na Ásia, desde o término da segunda guerra mundial, recrudesciu a ação dos povos que lutam para conquistar sua independência e emancipação. As derrotas do imperialismo, todas as vezes que procurou tentar essa onda avassaladora, foram esmagadoras e desmoralizantes. O número de países, naqueles dois continentes, que já se libertaram das cadeias do colonialismo, é grande: as populações livres se contam em número maior do que as escravizadas. Na América Latina, até há bem pouco tempo considerada zona «patroes lanques» uma zona segura e impermeável ao que eles chamam «penetração comunista», as cadeias começam a ser sacudidas de uma maneira que eles já mais esperavam: a heróica Cuba e o seu povo denodado são um exemplo que estimula os milhões de latino-americanos ainda subjogados pelo imperialismo a recrudescer a luta contra os dominadores do Norte. As táticas e os velhos métodos utilizados pelos imperialistas para assegurar a dominação foram condenadas ao fracasso. Eis por que Kennedy resolveu mudar de roupa, apresentar uma velha política com aparência exterior nova.

A mensagem do dia 24 último revela essa verdade e define substancialmente a «nova política» lanque. Tornou-se, ultimamente, para o imperialismo, muito difícil manobrar do ponto-de-vista da inevitabilidade da guerra contra a União Soviética.

### NEGRÃO DE LIMA FOI «OBSERVAR» ANGOLA

Registraram-se nos últimos dias novas violências dos portugueses contra o povo angolano, ataques aéreos e incursões dos para-quadistas contra populações nativas de aldeias pacíficas, ao mesmo tempo que crescia a própria resistência interna do povo contra os colonizadores e o movimento de protesto mundial contra o governo português.

Na ONU, os representantes dos países afro-asiáticos, assim como dos países socialistas, vão insistir junto ao secretário-geral do organismo para que obrigue o governo português a cumprir os compromissos assumidos e permita a visita da comissão que vai investigar as denúncias de genocídio formuladas no plenário da Assembleia-Geral. Enquanto isso, agrava-se no interior de Portugal a crise interna, tendo se verificado manifestações diversas de protesto (inclusive ocorreram explosões em estações ferroviárias e outros locais) contra o ditador Salazar e contra o envio de tropas às colônias da África.

Os massacres indiscriminados realizados pelas tropas portuguesas no território angolano — por um lado, têm levado a que grande número de nativos en-

Seja porque a firme política de paz dos países socialistas o impede, seja porque a correlação de forças se alterou a seu dano, o imperialismo já não dispõe de aquelas condições que predominavam nos primeiros anos da guerra fria para levar à cabo seus intentos de provocar e realizar uma guerra direta contra a URSS. Essas dificuldades, aliadas à presença amiga cada vez mais notável e decisiva da URSS e dos demais países socialistas diante dos povos que se libertaram ou lutam para se libertar — presença essa que se distingue pelo apoio resolutivo àqueles países ameaçados de intervenção e pela substancial e desinteressada ajuda económica fornecida — é que levaram a Kennedy a «reformular» a política dos Estados Unidos em relação à grande zona subdesenvolvida do mundo.

### O NOVO AINDA É MAIS VELHO

Vejam o que constitui essa «reformulação». Em sua mensagem, Kennedy promete «auxílio econômico àqueles governos bem intencionados», auxílio esse que será empregado, como diz o presidente, para evitar crises — isto é, ascensão de governos democráticos e populares, revoluções para derrubar ditadores e instalar regimes capazes de levar os países subdesenvolvidos a se libertarem da dominação imperialista, etc. — e revoluções que ponham em perigo a «causa da liberdade». Essas «auxílios» — uma parte dos quais será destinada diretamente pelo presidente — não passam de «injeções» destinadas a amenizar os efeitos da crise por que passam o imperialismo e o colonialismo nas vastas regiões subdesenvolvidas do mundo, de instrumentos de corrupção de governos e classes no Poder, sem possibilidade de modificação de estruturas e sistemas importantes e destinadas a manter ainda a verdadeira «ausa da miséria que esmaga os povos: a dominação dos grandes trusts e a exploração indiscriminada do imperialismo.

Do ponto-de-vista militar, a mensagem revela a orientação intervencionista aberta dos EUA. Aliás, é a parte fundamental do programa do novo presidente dos Estados Unidos, cuja orientação e cujos objetivos ficaram plenamente configurados na intervenção no Laos e na agressão armada contra o povo cubano.

Kennedy pediu um substancial aumento de verbas para a reorganização das forças armadas dos Estados Unidos e para o programa de assistência militar. Para de assistência militar. «A que? É ele quem o diz: «A defesa da liberdade deve repositar sobre a combinação de esforços dos Estados Unidos e dos Estados Unidos. Estas conversações são uma vitória das lutas dos povos pela paz, por que se elimine efetivamente a guerra como «solução» dos problemas internacionais pendentes.

É claro que depois dos últimos meses em que se acentuou a tensão nas relações internacionais, com provocações como os vôos de aviões militares norte-americanos sobre o território da URSS e, por fim, a tentativa americana de invadir Cuba e derrubar o governo revolucionário de Fidel Castro, nem tudo será fácil de resolver.

O encontro Krushchov/Kennedy é uma retomada de contatos entre dois estadistas dos mais responsáveis pelos destinos do mundo. Se do lado da URSS e dos países do campo socialista não há interesses materiais em jogo, o mesmo não se pode afirmar do lado dos Estados Unidos e seus aliados. Estes não querem renunciar voluntariamente às suas colônias e semicolônias, aos lucros fabulosos que lhes proporcionaram a «guerra fria» e a tensão nas relações internacionais.

Mas o mundo não pode viver perenemente à beira da guerra. Os povos anseiam por trabalhar e criar seu bem-estar. Por isso, querem ardentemente a paz. A poderosa vontade de paz dos povos tem sido a grande força oposta à deflagração de uma terceira guerra mundial. Os povos aguardam, portanto, do encontro Krushchov/Kennedy resultados positivos; quando não soluções, pelo menos encaminhamento de solução para problemas como o desarmamento, o tratado de paz com a Alemanha, a cessação das hostilidades na Argélia, a normalização da situação no Congo e em Angola, entre as questões mais prementes

## Missão da China Popular Foi ao Estado do Rio

Estêve em visita ao Estado do Rio de Janeiro a Missão Comercial da República Popular China, tendo como chefe o deputado Nan Han-chen, membro do Comitê Permanente da Assembleia Popular e presidente do Conselho Chinês para o Fomento Internacional, que se fazia acompanhar dos srs. Adão Pereira Nunes, Letelba Rodrigues de Brito e Ruben Guayer Wanderley.

Os visitantes, que foram recebidos na Praça Martim Afonso pelo sr. Lídio Araújo, secretário das Finanças e representante do governador Celso Peçanha, encaminharam-se à Assembleia Legislativa onde já os aguardava uma comissão de deputados.

### HOMENAGEM DA ASSEMBLEIA

Introduzidos no recinto do plenário, foi suspensa a sessão, tendo sido então homenageados os ilustres visitantes. Em nome da Assembleia discursou o deputado Adolfo de Oliveira,

cujas palavras foram agradecidas pelo deputado Nan Han-chen.

Posteriormente, no gabinete do presidente da Assembleia, deputado José Jannotti, foi servido champagne aos visitantes, tendo discursado na ocasião o líder do governo, deputado Hamilton Xavier, que saudou os membros da Missão chinesa. Em resposta, o deputado Nan Han-chen, agradeceu e convidou os deputados fluminenses a visitarem a República Popular China.

### NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Os membros da Missão, foram mais tarde recepcionados no Tribunal de Justiça, sendo recebidos pelo vice-presidente, desembargador Ferreira Pinto, juizes e advogados.

### NO PALÁCIO DO INGA

Depois da visita ao Tribunal de Justiça, dirigiram-se os integrantes da Missão Comercial ao Palácio do Inga. Ali, foram rece-

bidos pelo governador Celso Peçanha, pelo chefe da Casa Civil, dr. José Maria Ribeiro, o secretário de educação, dr. Tobias Machado, o secretário de Finanças, dr. Lídio Araújo e outras personalidades do governo estadual.

Na oportunidade, o governador Celso Peçanha afirmou que, como deputado federal, sempre se batera pelo tratamento de relações com todos os países do mundo. Inclusive com a União Soviética e a China Popular. Como governador, com mais razão reafirmava a queles pontos-de-vista. Aguardava uma oportunidade para visitar a China, ocasião em que desejava conhecer Mao Tse-tung, por quem tinha grande admiração.

O chefe da Missão chinesa, deputado Nan Han-chen, depois de retribuir as palavras do governador, ofereceu-lhe uma toalha chinesa ricamente bordada. «A visita da Missão chinesa ao Estado do Rio findou com um passelo pelas praças da cidade de Niterói.

## Tratores Para Pagar Crimes Contra Cuba

A Revolução Cubana é plena de humanismo. E porque é, os seus inimigos ficam cada vez mais desvalorizados, tomam-se do historicismo e buscam desumanizá-la, como se o pudessem, invocando qualquer pretexto. Os escribas, caluniadores de toda sorte, vinham repisando alguns velhos e conhecidos «slogans» retratados dos arquivos já empoeirados que guardavam os relatos das «barbaridades» cometidas pelos bolchevistas russos em 1917. E, que, aparece a proposta de Fidel: Cuba está disposta a libertar 1200 contra-revolucionários prisionados durante a recente tentativa de invasão da ilha, em troca de 500 tratores

fornecidos pelo governo norte-americano. E disse: Isso não é uma troca, é apenas uma proposta que fazemos para que, pelo menos, nos paguem uma parte dos prejuízos que têm causado ao nosso povo com atentados e agressões criminosos.

Foi a conta. «É indigno. Comparar homens a máquinas. Eis como os bolchevistas encaram a vida humana». Lanques e seus lacaios de toda a sorte existentes por esse mundo afora, inclusive no Brasil, lançaram-se logo ao assunto. Os norte-americanos, como já é do hábito, introduziram a palavra liberdade no negócio. As agências divulgaram para o mundo: constituída a comissão de resgate, a comissão «Tratores para a liberdade». Até o «Estado de São Paulo» entrou na história e o dr. Júlio resolveu dar um trator.

A proposta de Fidel é coerente e humana. O destino dos homens que ele quer devolver aos Estados Unidos, seria a prisão (o «paredão») só está reservado àqueles que são criminosos comprovados. Eles estão divorciados da Revolução Cubana e não poderiam viver entre o povo que controla uma nova vida. Por outro lado, os norte-americanos se dispuseram a dar-lhes todo amparo. Logo...

Mas, Fidel sabe o que o seu povo sofreu com as agressões criminosas dos contra-revolucionários. E, porque o sabe, pediu uma indenização. Armas? Não! Tratores para arar a terra, abrir estradas e ajudar Cuba a construir sua felicidade.

E o valor da vida humana? Será que dois homens valem um trator? No caso

presente, os homens que entram nessa história eram empresários da morte: foram a Cuba com tanques, canhões, aviões e armas modernas para matar seus irmãos, tentar destruir uma revolução que abollou a miséria e a exploração em Cuba. O que sabemos é que esses homens foram a Cuba para tentar fazer o país voltar a ser o que era antes: uma colônia lanque. Pelos prejuízos que eles causaram à propriedade do povo, o preço que os Estados Unidos têm que pagar ainda é muito baixo. Mas, Fidel quis facilitar, e isso revela que até para bandidos da espécie dos que estão em causa, a revolução foi humana.

A grita que se faz em torno da questão não está relacionada com qualquer sentimento de respeito à vida humana («O Globo» — por exemplo — delira quando noticia o massacre de angolanos), princípio que não está na cartilha do imperialismo norte-americano, nos Estados Unidos onde a vida de um negro não vale um vintém. Não! A grita revela decepção. O desapontamento de quem esperava que a Revolução Cubana levasse os contra-revolucionários ao «paredão» — depois bradar em «defesa da liberdade». Eles estão falando porque Fidel quer devolver os prisioneiros. No fundo, o que eles preferiam mesmo era que os prisioneiros fossem fuzilados, principalmente os padres — que Fidel prometeu devolver graciosamente.

Como isso não é possível, resolveram entrar pelo caminho do «humanitarismo». Afinal de contas, quem não tem cão caça com gato.

## Agostinho Neto: Poeta do Povo Angolano

«Ainda o meu canto do longe (e a minha tristeza) no Congo, na Georgia, no Amazonas...» Cantor do sofrimento e das esperanças do

### O ENCONTRO DE VIENA

A 4 de junho inicia-se em Viena a série de conversações entre os chefes de governo das duas maiores potências mundiais: União Soviética e Estados Unidos. Estas conversações são uma vitória das lutas dos povos pela paz, por que se elimine efetivamente a guerra como «solução» dos problemas internacionais pendentes.

É claro que depois dos últimos meses em que se acentuou a tensão nas relações internacionais, com provocações como os vôos de aviões militares norte-americanos sobre o território da URSS e, por fim, a tentativa americana de invadir Cuba e derrubar o governo revolucionário de Fidel Castro, nem tudo será fácil de resolver.

O encontro Krushchov/Kennedy é uma retomada de contatos entre dois estadistas dos mais responsáveis pelos destinos do mundo. Se do lado da URSS e dos países do campo socialista não há interesses materiais em jogo, o mesmo não se pode afirmar do lado dos Estados Unidos e seus aliados. Estes não querem renunciar voluntariamente às suas colônias e semicolônias, aos lucros fabulosos que lhes proporcionaram a «guerra fria» e a tensão nas relações internacionais.

Mas o mundo não pode viver perenemente à beira da guerra. Os povos anseiam por trabalhar e criar seu bem-estar. Por isso, querem ardentemente a paz. A poderosa vontade de paz dos povos tem sido a grande força oposta à deflagração de uma terceira guerra mundial. Os povos aguardam, portanto, do encontro Krushchov/Kennedy resultados positivos; quando não soluções, pelo menos encaminhamento de solução para problemas como o desarmamento, o tratado de paz com a Alemanha, a cessação das hostilidades na Argélia, a normalização da situação no Congo e em Angola, entre as questões mais prementes

povo africano de Angola, o poeta negro Agostinho Neto é bem o símbolo de luta daquela gente humilhada e oprimida pelo colonialismo. Nascido em Icolo e Bengo, em 1922 dedicou toda a sua vida à causa da independência do seu povo. Os estudos de medicina os fez graças à ajuda financeira dos trabalhadores. Pagou-a com seus versos e sua ação política. Em virtude dela, foi preso em 1957 pela PIDE salazarista. Os 5 anos na prisão não dobraram-no. Voltou à sua terra e continuou. Por

causa disso, por ter se transformado num dos líderes incontestes do Movimento Popular de Libertação Angolense, foi novamente preso em 1960. O povo da sua terra protestou: 300 africanos morreram massacrados na aldeia onde nasceu o poeta porque o queriam livrar.

A publicação da poesia de Agostinho Neto é o apelo ao seu povo e nós fazemos para que os intelectuais brasileiros protestem contra os colonialistas que o mantêm na prisão.

### ADEUS A HORA DA PARTIDA

Minha Mãe (as mães negras cujos filhos partiram) tu me ensinaste a esperar como esperaste paciente nas [horas difíceis]

Mas em mim a vida matou essa mística esperança Eu não espero sou aquele por quem se es- [pera]

A Esperança somos nós os seus filhos partidos para uma fé que all- [menta a vida]

Nós as crianças nus das sanzais do mato os garotos sem-escola a jogar [bola de trapos]

nos areais no meio-dia mantêm na prisão, nós mesmos os contratados a queimar vida nos cafésais os homens negros ignorantes que devem respeitar o branco e temer o rico somos os seus filhos do bairro além onde não chega a luz elétrica os homens bêbedos a cair abandonados ao ritmo dum [batuque de...]





# NOVOS RUMOS

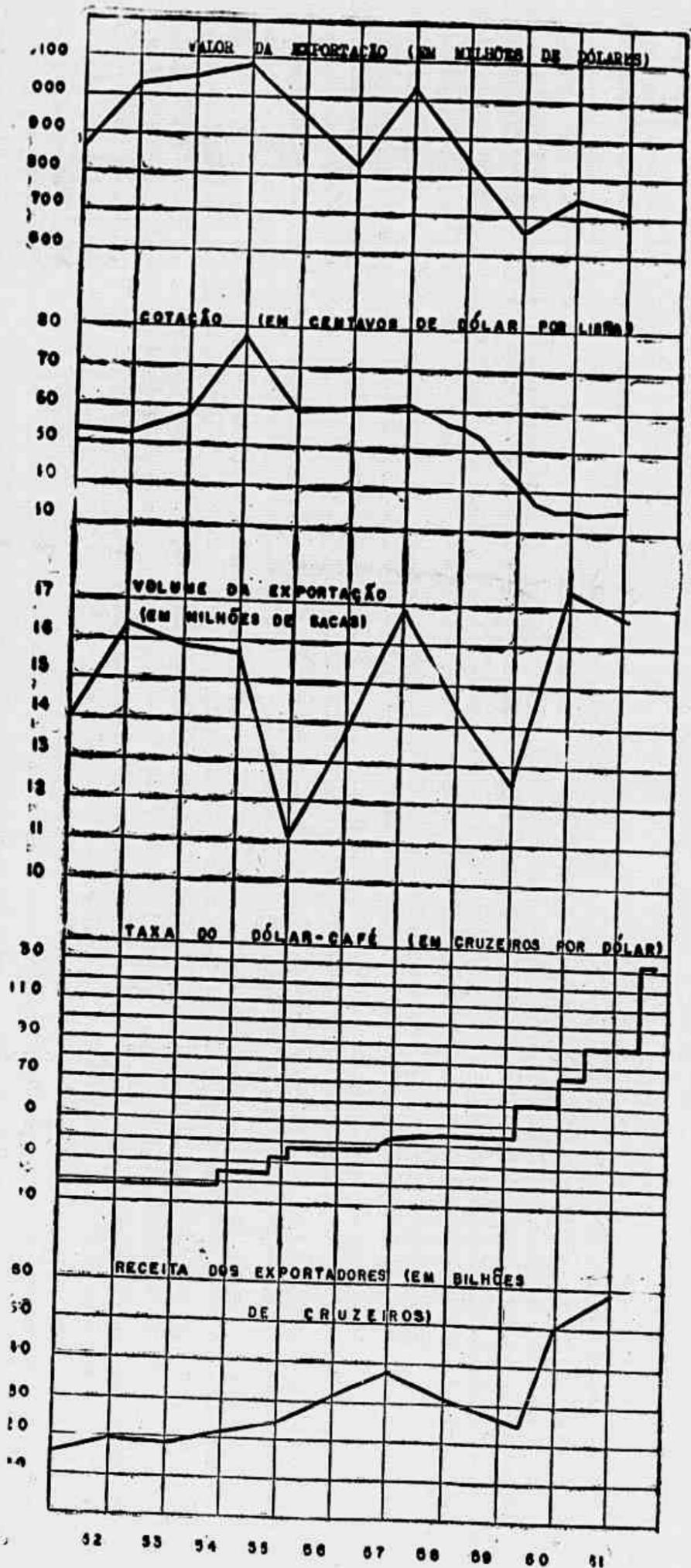
SUPLEMENTO

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

Ano III

Rio, semana de 2 a 8 de Junho de 1961

Nº 117



204,  
205,  
206...  
Reforma  
Cambial  
Contra  
o Povo

CUSTOS E RECEITAS DO CAFÉ

Renato Guimarães

## I — Um fato novo

Não tem escapado à observação dos jornais e dos políticos mais atentos a significativa novidade que constitui, em nosso país, o fato de estarem as Instruções e regulamentos da SUMOC tornando-se assunto de debate popular. Muitos mostraram-se impressionados, senão alarmados, com a intensa discussão levantada nos mais amplos camadas da população, e sobretudo entre os trabalhadores, pelos dois mais recentes desses instruções, as que tomaram os números 204 e 205. Ficou claro que já estão longe os dias em que a manipulação do mercado cambial era restrita aos gabinetes do governo e dos grupos econômicos, sem que o povo dela tivesse conhecimento, embora fosse sempre o primeiro a ser afetado por ela.

Hoje, os trabalhadores começam a compreender a importância dos problemas do câmbio na vida nacional, e estão mais vigilantes. Não têm ainda o poder de controlar diretamente a política de câmbio do governo e fazer com que ela seja traçada e cumprida segundo seus interesses. Mas já têm poder e capacidade para influir sobre as decisões do governo e para reagir prontamente quando o governo toma nesse setor uma medida que fere os seus interesses e os da Nação. Isso ficou evidenciado pela quase imediata tomada de posição contrária à 204, por parte da grande maioria dos sindicatos operários nos mais importantes Estados da União.

Esse fato novo é sem dúvida uma medida do grau de desenvolvimento atingido nos últimos anos pelas lutas do povo brasileiro. Não é a primeira vez que uma Instrução da SUMOC atinge os interesses dos trabalhadores e do país. Ao contrário, este órgão do governo já provocou modificações mais radicais na economia nacional e nas condições de vida do povo, em outras ocasiões. A novidade está em que o sr. Octávio Bulhões, como diretor da SUMOC, não tem hoje o sossego que tinha em 1955, quando ocupou pela primeira vez aquele cargo. Os trabalhadores já acompanham os seus passos.

Pela atenção que dedicam à política econômica do governo, os trabalhadores estão demonstrando que sua consciência se eleva e sua luta se amplia. Passam a compreender as causas reais das dificuldades que os afligem e entram no progresso do país. E, dentre elas, passam a compreender o papel particularmente importante que cabe à política de câmbio.

De fato, a regulamentação, pelo governo, das operações de compra e venda de moedas estrangeiras dentro de nossas fronteiras repercute em toda a economia do país e na vida de toda a população. Repercute sobre o valor interno do cruzeiro e, em consequência disso, sobre o poder aquisitivo real dos salários e o grau de exploração da classe operária. O valor pago pelo estrangeiro em troca das mercadorias produzidas e exportadas por nosso povo, e o preço que pagamos por nossas importações; a quantidade de mercadorias que nosso povo deve produzir e exportar, para obter os dólares e outras divisas estrangeiras que são remetidas pelas empresas imperialistas a suas matrizes no exterior, a título de lucros e dividendos; a quantidade de cruzeiros arrecadados para os latifundiários do café, em troca das divisas obtidas com a exportação desse produto; a quantidade de cruzeiros que um industrial deve pagar pelas máquinas e matérias-primas que precisa importar, bem como uma série de outros elementos importantes para a determinação do sentido e do ritmo do desenvolvimento econômico do país e do nível de vida do povo, são condicionados pela política de câmbio.

Dai o acêrto dos trabalhadores, quando encaram a reforma cambial atualmente empreendida pelo governo como uma medida que os afeta vitalmente, tanto por seus interesses de classe, como em seus deveres de força de vanguarda na luta de nosso povo pela emancipação nacional e pela democracia.

O governo do sr. Jânio Quadros, através da Instrução 204, deu a primeira demonstração concreta de sua pretensão, anunciada desde a campanha eleitoral, de promover uma reforma profunda e radical na regulamentação das operações cambiais no país. Beside nisso, e não nos efeitos parciais e imediatos da medida, a maior importância dessa Instrução da SUMOC. Não se pode alcançar toda a sua significação para o país sem ter em conta três aspectos. Primeiro, os objetivos e as repercussões da própria 204. Segundo, o fato de que a 204 é apenas parte de um projeto maior de reforma cambial, conforme está indicado na própria Instrução, e já foi confirmado pela Instrução 205; cabe analisá-la, portanto, tendo em vista a intenção do governo de completá-la com outras medidas, no terreno cambial. E, terceiro, o fato de que a 204 decorre, conforme o próprio governo reconhece e proclama, de uma concepção de política econômica e financeira reclamada e referendada por um órgão de cúpula do imperialismo, o Fundo Monetário Internacional, que tem objetivos bem definidos e bem conhecidos, a respeito da organização de toda a economia do país.

O exame da 204, bem como da 205, que a complementa, deve por isso ser acompanhado de uma apreciação do projeto de reforma cambial a que ela está vinculada, e do caráter da política econômico-financeira que a preside.

## II — O que são a 204 e a 205

Isolada em seu texto, a Instrução 204 é um documento à primeira vista complicado, mas que pode ser traduzida em termos mais simples. Ela introduz algumas modificações importantes no sistema cambial<sup>1</sup>. A primeira destas é a passagem das importações feitas pela «categoria geral» para o «câmbio livre»<sup>2</sup>. Essas importações podem doravante ser negociadas através dos bancos particulares, escapando ao controle obrigatório do governo, via Banco do Brasil. Este último fica com a obrigação de dar permissão para toda e qualquer importação daquela categoria, tão logo o importador interessado lhe apresente os seguintes documentos: a) um certificado de que adquiriu na

praça as divisas correspondentes ao valor a ser importado; b) um certificado de depósito no Banco do Brasil, por um prazo de 5 meses e a juros de 6% ao ano de uma quantia em cruzeiros equivalente ao valor a ser importado — depósito este que corresponde a uma obrigação nova criada pela 204 para os importadores; c) as informações que a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil julgar necessárias, para impedir que haja fraude na importação.

O governo renuncia assim a uma parte do seu controle sobre o tipo e sobre o valor das mercadorias importadas; a 204 limita-se a estipular que uma mesma firma não poderá importar mais de 20 mil dólares<sup>3</sup> por semana. Por outro lado, o governo se desobriga de reservar uma parte da receita de divisas para a importação de mercadorias da «categoria geral», como vinha ocorrendo no regime de leitões oficiais<sup>4</sup>. Doravante, as importações incluídas nessa categoria terão de ser supridas com divisas adquiridas no mercado «livre» — sujeitas, portanto, às oscilações e manobras especulativas e monopolísticas que dominam nesse mercado.

A outra modificação importante introduzida pela 204 é a duplicação do câmbio de custo<sup>5</sup>, que passou de 100 para 200 cruzeiros por dólar. Além disso, a Instrução estabelece que novos aumentos do câmbio de custo deverão ocorrer, a partir de julho próximo, até que esta taxa de câmbio seja nivelada à cotação no câmbio «livre». E esclarece que a diferença entre o que o Banco do Brasil pagava aos exportadores de café (Cr\$ 90,00 por dólar) e o total de cruzeiros que é arrecadava com a venda das divisas obtidas pela exportação deste produto seria aplicada no financiamento da lavoura cafeeira, o que não constituía novidade em relação à situação anterior.

Essas disposições da 204 vieram a ser, em parte, modificadas e, em parte, complementadas pela 205. Esta última Instrução elevou ao nível do câmbio «livre» a taxa do «dólar-café» pago pelo Banco do Brasil, determinando ao mesmo tempo uma retenção por este Banco de 22 dólares por saca de café exportada, para o financiamento e a estocagem da safra deste produto. Isso representou um aumento de 50% na receita dos exportadores de café, principalmente os de São Paulo. Uma vez que, nas cotações atuais do mercado internacional, uma saca de café corresponde a cerca de 45 dólares<sup>6</sup>, os exportadores deste produto arrecadam Cr\$ 6 200,00 com os 23 dólares que lhes cabem em cada saca, supondo-se mantida a cotação atual de Cr\$ 270,00 por dólar no câmbio «livre». Com o «dólar-café» a Cr\$ 90,00, os exportadores arrecadavam Cr\$ 4 000,00 por saca.

Resumindo, a 204 e a 205 são medidas de desvalorização da moeda e de liberalização do câmbio. A desvalorização se revela através do encarecimento da moeda estrangeira para as importações, tanto pela duplicação do câmbio de custo, como pela queda do cruzeiro no mercado «livre»; em decorrência do aumento e da liberação da procura nesse mercado; e ainda pela sobretaxa que representa a obrigação do depósito no Banco do Brasil de uma quantia equivalente ao valor importado, o que obriga o importador a uma dupla imobilização de capital e ao pagamento dos juros correspondentes, várias vezes mais elevados que os juros que recebe de banco estatal. A desvalorização se revela também na maior quantidade de cruzeiros por dólar arrecadados pelos exportadores; isso ocorre com o cacau, cuja bonificação também já foi aumentada para Cr\$ 200,00, pela SUMOC; ocorre com todos os produtos que são exportados através do mercado «livre»; ocorre com o café, a partir da 205.

Quanto à liberalização, ela se expressa na passagem das importações para o câmbio «livre». Também a elevação do «dólar-café» ao nível desse câmbio deve ser tida em conta de medida de liberalização. Embora os exportadores de café continuem obrigados a vender suas divisas ao Banco do Brasil, a 205 os coloca bem mais próximos da plena «liberdade» cambial com que sonham.

Não é por acaso que esses dois tipos de medidas — de liberalização e de desvalorização — constituem a base do esquema de reforma cambial preconizado pelo FMI e encampado pelo atual governo. Por este esquema, o governo se compromete a chegar à completa reforma por estes dois caminhos, fazendo com que eles converjam até se encontrarem num ponto em que o sistema cambial esteja inteiramente livre dos controles do Estado, em que todas as taxas de câmbio do cruzeiro estejam unificadas, através de sucessivas desvalorizações, em seu nível mais baixo — o nível do mercado «livre».

Temos assim que a 204 e a 205 são apenas parte de um projeto mais vasto de reforma «liberal» alimentado pelo governo. Isto aliás não é tese em que se precise insistir, uma vez que o governo é o primeiro a proclamá-la. Em sua exposição à Câmara dos Deputados, no dia 19 de abril último, o ministro da Fazenda, sr. Clemente Mariani, defendeu a peito aberto a necessidade de liberalizar integralmente o sistema de câmbio, e apresentou a 204 como «um passo cuidadoso» nesse caminho. De resto, o mesmo sr. Mariani já reiterou de público que existe uma «identidade» de opiniões entre o FMI e o governo do sr. Jânio Quadros.

Sabe-se entretanto que a 204 e a 205 não são propriamente inovações do atual governo, em matéria cambial. Existe mesmo uma certa continuidade entre o governo passado e o atual, nesse assunto: também o sr. Kubitschek referendou diversas instruções da SUMOC elaboradas «de acordo» com o FMI, com o mesmo duplo sentido de liberalização e desvalorização. E a luta entre defensores do câmbio «livre» e da desvalorização da moeda e defensores do monopólio estatal do câmbio e da moeda valorizada vai muito atrás no tempo; atravessou não apenas o governo de sr. Kubitschek, mas diversos governos que o precederam, e se confunde com a história do câmbio em nosso país. Eis por-

que é oportuno considerar um pouco a representação a reforma cambial encetada que ela defende e qual a política de metas que não resumem pela cartilha dos

## III — «Da livre conversibilidade

Os economistas ditos ortodoxos gostam que os chamem de retrógrados, vicinamente verdade. Se chegossemos, hoje, a uma marcha-à-ré de 30 anos, agora defendida com tanto vigor pela nova aqui em sua forma mais «pura» à troca de moedas por parte de bancos limitava-se a uma função de fiscal e se punham como bem entendiam das divisas, quem quisesse trocar moeda qualquer moeda, para realizar importações para fazê-lo. Os bancos particularmente em pé de igualdade com o Banco «livre». Era o regime da livre conversibilidade estrangeiras eram plenamente conversíveis.

Embora com muitos tropeços, a valorização da moeda nacional para os, esse sistema «liberal» pôde funcionar em condições típicas coloniais. O país agrícola e importava produtos industriais que «produziam» as divisas estrangeiras — eram em regra os mesmos que as consumiam. Assim, uma queda na receita no balanço de pagamentos, pois a capacidade de compra dos que importavam

A medida entretanto que se a adoção de uma indústria nacional, crescimento da balança de pagamentos foi ser a separação entre exportadores e importadores voltados para a exportação passara a ser a disputa do «bôlo» representado pelos industriais e o comércio que atendiam os produtos de largo consumo, como trigo, cuja compra não dependia diretamente das condições de preço sobre os bancos, como o Banco do Brasil, em consequência, passou a «livre conversibilidade» da moeda. A necessidade de intervir diretamente nos preços à indústria, ao comércio interno e a dificuldades em pagar as amortizações. E essa intervenção se devia fazer não sobre a receita de divisas, como também no sentido de manter as moedas estrangeiras, neutralizando sobre as cotações da moeda na balança de pagamentos, a queda das receitas internas.

Essa entrada forçada do governo a fazer-se mais urgente em 1926, com o café advinda naquele período. A proporção das divisas, o Banco do Brasil teve de criar controles no mercado cambial, até culminar popular de 1930, com a decretação do moratória de 1931.

Teve início então uma fase por que durou até 1933. Durante mais de dois tantos avanços, o Banco do Brasil monstros da exportação e, posteriormente, sua das divisas para importação e para o último período, que é o de mais complexidade, com a criação do sistema do «câmbio livre» e o Banco do Brasil era o destinatário das divisas no País, mas entregava uma parte delas, que as vendiam aos importadores e lhes pagassem. O sistema do «contingente» à concessão de uma «licença prévia» para a importação do Banco do Brasil (CEXIM). O Banco do Brasil parte das divisas que recolhia aos bancos e a revender as divisas a uma mesa do CEXIM, por outro lado, se encarregou de escolher, por critérios teoricamente os produtos que podiam ser importados, e quem devia importá-los.

Durante todo esse período, o de uma luta e constante de grupos e interesses, os cafeicultores, canavieiros e outros tinham sempre uma poderosa aliança com o comércio com o nosso país, no sentido de manter o controle direto e da taxa fixa de câmbio com a extinção do «câmbio livre». O Banco do Brasil, por outro lado, continuava a aumentar sempre a sua receita por fixa, obviamente, contrária esse interesse que operam em nosso comércio exterior desvalorização externa de nossa moeda comprada aqui uma quantidade maior de divisas, como pagamento, a mesma quantidade de divisas. Seu propósito em favor da desvalorização. Seu propósito em favor desse sistema é o mais favorável à e próprios do sistema de monopólios privados comércio exterior.

que é oportuna considerar um pouco dessa história, para compreender o que representa a reforma cambial encetada pelo atual governo, quais os interesses que ela defende e qual a política de câmbio que deve ser contraposta a ela pelos que não rezam pela cartilha dos monopólios do FMI.

### III — “Da livre conversibilidade” à CEXIM

Os economistas ditos «ortodoxos», partidários do livre-cambismo, não gostam que os chamem de retrógrados. Em nosso país, entretanto, isto é historicamente verdade. Se chegássemos, hoje, ao completo «livre câmbio», estaríamos dando uma marcha-à-ré de 30 anos na história. Até 1931, esse sistema agora defendido com tanto vigor pelos Gudin, Roberto Campos & Cia. funcionava aqui em sua forma mais «pura». Não havia restrição de nenhuma ordem à troca de moedas por parte de bancos e firmas particulares. O Banco do Brasil limitava-se a uma função de fiscal e suporte de mercado. Os exportadores dispunham com toda liberdade dos divisas estrangeiros que recebiam; por outro lado, quem quisesse trocar moeda nacional por dólares, libras, ou outra qualquer moeda, para realizar importações, não precisava pedir licença ao governo para fazê-lo. Os bancos particulares funcionavam no mercado de câmbio em pé de igualdade com o Banco do Brasil. O câmbio era único e inteiramente «livre». Era o regime da «livre conversibilidade», ou seja, as moedas estrangeiras eram plenamente conversíveis umas nas outras.

Embora com muitos tropeços, e sempre acionado no sentido da desvalorização da moeda nacional para benefício dos latifundiários e exportadores, esse sistema «liberal» pôde funcionar enquanto nosso balanço de pagamentos foi tipicamente colonial. O país exportava matérias-primas e produtos agrícolas e importava produtos industriais de consumo, na maioria supérfluos. Os que «produziam» as divisas estrangeiras — cafeicultores, açucareiros, etc. — eram em regra os mesmos que as consumiam, adquirindo no exterior artigos de consumo. Assim, uma queda na receita de divisas não criava problemas maiores no balanço de pagamentos, pois representava também uma queda na capacidade de compra dos que importavam.

A medida entretanto que se desenvolveu o mercado interno — criação de uma indústria nacional, crescimento das cidades, etc. — aquela estrutura do balanço de pagamentos foi sendo modificada. Começou a acentuar-se a separação entre exportadores e importadores. Os latifundiários e comerciantes voltados para a exportação passaram a ter concorrentes cada vez mais poderosos, na disputa do «bôlo» representado pela receita de divisas do País. Os industriais e o comércio que atendia às crescentes massas urbanas, interessados na importação de equipamentos e matérias-primas industriais e de produtos de largo consumo, com trigo, combustíveis, etc., e cuja capacidade de compra não dependia diretamente das exportações, passaram a exercer crescente pressão sobre os bancos, como compradores de divisas estrangeiras. O Banco do Brasil, em consequência, passou a ter maior dificuldade em suportar a «livre conversibilidade» da moeda. O governo foi posto diante da urgente necessidade de intervir diretamente no mercado de câmbio para garantir divisas à indústria, ao comércio interno e a si mesmo, desde que este próprio tinha dificuldades em pagar as amortizações e juros de seus empréstimos no exterior. E essa intervenção se devia fazer não só no sentido de reservar uma parte da receita de divisas, como também no sentido de travar o processo de encarecimento das moedas estrangeiras, neutralizando a influência do setor de exportação sobre as cotações da moeda nacional, já que os exportadores são interessados na contínua queda dessas cotações, como forma de aumentar a sua receita interna.

Essa entrada forçada do governo no mercado de câmbio começou a fazer-se mais urgente em 1926, com os primeiros indícios da grande crise do café advinda naquele período. A proporção que caía verticalmente a receita de divisas, o Banco do Brasil teve de criar restrições à operação dos bancos particulares no mercado cambial, até culminar, já tendo atrás de si o movimento popular de '30, com a decretação do monopólio estatal da compra de divisas, em 1931.

Teve início então uma fase particular da história do câmbio no país que durou até 1933. Durante mais de duas décadas, com alguns recuos e outros tantos avanços, o Banco do Brasil monopolizou a compra das divisas resultantes da exportação e, posteriormente, submeteu a seu controle também a venda das divisas para importação e para outros pagamentos ao exterior. Este último período, que é o de mais completo controle cambial, foi inaugurado em 48, com a criação do sistema do «contingenciamento» das importações. Até então o Banco do Brasil era o destinatário obrigatório de todas as divisas entradas no País, mas entregava uma parte dessas divisas aos bancos particulares, que as vendiam aos importadores e remetentes de capital e rendas que melhor pagassem. O sistema do «contingenciamento» condicionou as importações à concessão de uma «licença prévia» pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM). O Banco do Brasil continuou devolvendo uma parte das divisas que recolhia aos bancos particulares, mas estes ficaram obrigados a revender as divisas a uma mesma taxa única, fixada oficialmente. A CEXIM, por outro lado, se encarregou de «contingenciar» as importações, ou seja, escolher, por critérios teoricamente de essencialidade para o país, quais os produtos que podiam ser importados, quanto podia ser importado de cada um, e quem devia importá-los.

Durante todo esse período, o sistema do controle direto foi objeto de uma luta e constante de grupos e interesses em torno do governo. Por um lado, os cafeicultores, canavieiros e outros produtores para exportação constituíram sempre uma poderosa aliança com os grupos estrangeiros ligados ao comércio com o nosso país, no sentido de conter, quebrar ou distorcer o sistema do controle direto e da taxa fixa de câmbio. Estes setores nunca se conformaram com a extinção do «câmbio livre». Já nos referimos ao interesse do exportador brasileiro pela alta contínua do câmbio para as moedas estrangeiras de maneira a aumentar sempre a sua receita em moeda nacional; a taxa de câmbio fixa, obviamente, contraria esse interesse. Quanto aos monopólios estrangeiros que operam em nosso comércio exterior, eles têm o mesmo interesse pela desvalorização externa de nossa moeda. Essa desvalorização lhes possibilita comprar aqui uma quantidade maior de mercadorias, trazendo para o nosso país, como pagamento, a mesma quantidade de mercadorias que traziam antes da desvalorização. Seu interesse em favor do «câmbio livre» se deve ainda a que esse sistema é o mais favorável à especulação e outros tipos de manobras próprios do sistema de monopólios privados, que é dominante em nosso comércio exterior.

Por outro lado, a ação de próprio governo conduziu à desvalorização do sistema da CEXIM. Se, teoricamente, o objetivo desse sistema era assegurar divisas a preço controlado para as importações e pagamentos julgados de essencial interesse para o país, na realidade ocorreu o contrário. A CEXIM transformou-se numa instituição aberta ao favoritismo e às negociações, desvirtuando sua função de órgão protetor e estimulador do desenvolvimento da economia. Frequentemente, era o conchavo com o importador, e não o interesse do país, que regia a concessão da «licença prévia», ou seja, o documento com o qual a CEXIM autorizava a importação.

Além dos citados, um outro fator pesou fortemente para enfraquecer o sistema de controle direto e da taxa fixa. O governo não soube ou não quis resolver algumas contradições que resultavam desse sistema. Vendendo a moeda estrangeira a um só preço para os importadores, e não complementando a taxa de câmbio com uma tarifa diferencial, o governo deixava com o importador todo o lucro suplementar resultante da limitação das importações. A medida que a importação de determinada mercadoria era restringida pelo governo, seus preços de venda no país tendiam a se elevar, desde que ela não tivesse similar ou substitutivos nacionais; como o importador pagava por ela numa taxa de câmbio baixa, isso resultava uma fonte extraordinária de lucros para o comércio de importação. Dessa forma, se acumularam grandes fortunas nesse comércio, especialmente nos ramos de artigos supérfluos; e é fácil imaginar a grande pressão para o suborno e a corrupção que resultava daí, sobre o regime da concessão das licenças prévias. O importador não pagava mais de Cr\$ 20,00 por dólar ao governo, mas vendia a mercadoria a uma taxa muitas vezes superior a esta; naturalmente, estava disposto a «repartir» o seu lucro com a burocracia oficial, em troca da licença para importar.

No lado das exportações, ocorria o inverso. A taxa de câmbio única e fixa deixava de compensar a produção de alguns artigos de exportação que se tornavam «gravosos», isto é, cujos custos de produção no país se tornavam iguais ou superiores às suas cotações internacionais, na taxa oficial de conversão, seja porque estes custos subissem, seja porque baixassem as cotações do produto em moeda estrangeira. É claro que isso constituía um fator para a queda na receita de divisas provenientes das exportações.

Tais contradições poderiam ser solucionadas pelo governo, instituindo-se um sistema de tributação sobre as importações, tanto mais forte quanto maior fosse a intenção de limitá-las, e um sistema complementar de subsídios às exportações, tanto mais intenso quanto maior fosse a diferença entre seus custos internos e seus preços externos, desde que houvesse interesse em estimulá-las. Mas isso não foi feito. E o controle estatal, desvirtuado de sua função original, que era a de proteger e favorecer o desenvolvimento da economia, foi sendo corroido pela corrupção, transformando-se mesmo, em muitos casos, em entrave à esse desenvolvimento, pois estimulava indiscriminadamente as importações e prejudicava alguns itens das exportações. Foi assim ficando maduro para o assalto dos «liberalistas» — latifundiários, exportadores e monopólios estrangeiros do comércio exterior — que finalmente obtiveram uma vitória de grande alcance, com a completa reforma do sistema cambial realizada pelo governo no correr dos anos de 1953 e 54.

### IV — A hora do FMI

Não será exagero afirmar que o ponto de partida para a reforma cambial liberalista que o atual governo pretende completar está na reforma de 53/54. Foi então rompido o sistema da taxa oficial e única, abrindo-se nele uma brecha de «câmbio livre», e criando-se condições para o posterior alargamento dessa brecha, rumo à total liquidação do sistema de controle estatal. Foi igualmente criado um sistema de licenças de divisas para importadores e de bonificação para exportadores, que se transformou em fator de constante e acelerada desvalorização do cruzeiro. E foi dentro desse novo esquema que passou a atuar junto ao governo, com maior e sempre crescente força e desenvoltura, um novo instrumento de opressão gerado pelo imperialismo norte-americano logo ao término da II Grande Guerra — o Fundo Monetário Internacional. por isso oportuno, antes de examinar esse novo esquema, jogar alguma luz sobre a origem e o caráter dessa organização.

A origem do FMI é explicada pela situação do mundo capitalista no imediato pós-guerra. Quase todos os países capitalistas, mesmo os mais desenvolvidos, foram forçados pelas dificuldades e devastações da guerra a levantar rígidos sistemas de controles estatais sobre suas transações comerciais e financeiras com o exterior. A economia norte-americana, que nada sofreu e, antes, se fortalecera grandemente com a guerra, colocou-se, logo após o conflito, em condições de abarrotar o mercado mundial com seus produtos industriais e agrícolas, e seus monopólios estavam ávidos de assegurar para eles o domínio absoluto sobre esse mercado. Mesmo países tão desenvolvidos como a Inglaterra e a França se encontraram assim diante da necessidade de proteger sua economia e seu balanço de pagamentos contra a invasão de produtos ianques. Daí os variados — mas sempre rigorosos — tipos de restrições cambiais e alfandegárias que caracterizavam nessa época o mundo capitalista e que tinham em mira principalmente o comércio com os Estados Unidos.

O protecionismo e o liberalismo têm sido utilizados alternadamente pelo capitalismo, através das séculos, segundo seus interesses de momento. A alternância decorre, principalmente, da desigualdade do desenvolvimento dos países capitalistas. Quanto mais desenvolvido é um país, maior é a produtividade e o poderio de sua economia e, conseqüentemente, melhores são as suas possibilidades — em matéria de qualidade, preço, condições de pagamento, etc. — de conquistar o mercado nos demais países. Inversamente, quanto menos desenvolvido seja um país, maior é seu interesse em proteger-se da alta produtividade e do poderio dos demais. No primeiro caso, o país transforma-se em campeão do liberalismo, isto é, propaga teorias e exerce pressão no sentido de que o comércio internacional seja regido unicamente pelas «invioláveis» leis da oferta e da procura, sem que haja qualquer restrição à circulação de mercadorias e capitais entre os diversos países. No segundo caso, é claro, o país se torna protecionista. Quando o país passa de uma categoria à outra, muda de «opinião». A Inglaterra foi protecionista até que sua indústria obteve o completo domínio do mercado mundial; depois passou a impor a «doutrina» liberalista com os canhões de sua esquadra. Processo semelhante ocorreu, em geral, com os países hoje desenvolvidos no capitalismo.

Pode-se dizer entretanto que nunca o comércio exterior de um país capitalista é inteiramente «livre», ou inteiramente controlado. O comum é uma combinação variável de controle e liberdade, segundo as conveniências de cada país. É outro reflexo da desigualdade do desenvolvimento no capitalismo, que tanto se manifesta quando se trata de países diferentes, como em se tratando de setores diferentes da economia de um mesmo país. Os Estados Unidos, por exemplo, atualmente protegem de diferentes maneiras — subvenções, restrições cambiais, etc. — diversos setores de sua agricultura e, mesmo, de sua indústria contra a concorrência estrangeira, seja para favorecer exportações, seja para dificultar importações. Isso ocorre ali com a produção de trigo e outros cereais, cuja exportação é subvencionada pelo Estado; com a produção açucareira, que é protegida através da fixação de cotas e preços superiores aos do mercado mundial para o açúcar importado; mais recentemente, com a produção de tecidos, que está sofrendo forte concorrência por parte da indústria japonesa do ramo, e para a qual se levantam restrições à importação. Mas o grosso da produção industrial americana, que tem condições de concorrer com grande vantagem no mercado internacional, sobretudo porque é apoiada no poderio de seus monopólios, é comercializada em regime de suposta «livre concorrência».

A anarquia da economia capitalista, por outro lado, impede que o controle se torne absoluto. No Brasil, por exemplo, mesmo nos períodos em que o controle do Estado abrangia formalmente todo o mercado de câmbio, uma parcela considerável do comércio e das transações financeiras com o exterior escapava ao controle estatal, através da fraude, do câmbio-negro, do contrabando, etc.

Na primeira fase do capitalismo, quando a livre concorrência existia efetivamente e predominava, e o comércio internacional era de certo modo equilibrado, o protecionismo se fazia principalmente sob a forma de tarifas aduaneiras. A medida entretanto que a produção se desenvolveu nos principais países capitalistas, que surgiram e se fortaleceram os monopólios e as oligarquias financeiras e que o sistema imperialista se implantou no mundo, aquela forma de proteção do capitalismo mais fraca tornou-se insuficiente. A diferença de produtividade e de poderio entre os monopólios imperialistas e as indústrias nascentes nos países subdesenvolvidos passou a ser de tal ordem que um simples imposto sobre a mercadoria importada não tinha mais condições de proteger estas últimas. A burguesia dos países dependentes do imperialismo — para não citar a dos países coloniais, que nem sequer podia cogitar disso — passou então a lutar pelo reforço da proteção aduaneira, com um sistema mais eficaz e mais rigoroso de proteção: o controle do câmbio. E os países imperialistas, «esquecendo-se» hipocritamente de que eles mesmos se serviram e ainda se servem largamente da intervenção estatal protecionista, passaram a fazer em frente única uma carga cerrada, tanto por meio da propaganda mascarada em «teorias científicas» como por meio da linguagem mais enérgica das pressões econômicas, diplomáticas e militares, em favor da «livre concorrência» — ou seja, em favor da derrubada dos entraves internacionais à livre ação dos monopólios imperialistas.

Vimos que, ao término da II Guerra, mesmo os principais países capitalistas, com exceção dos Estados Unidos, tinham sido obrigados a levantar em suas fronteiras econômicas sistemas rigorosos de proteção, tanto aduaneira como cambial. Cabe aos Estados Unidos, então, tomar a iniciativa da fundação de duas instituições internacionais destinadas a pressionar para a derrubada desses sistemas: o GATT, voltado especificamente para os sistemas aduaneiros, e instalado em Genebra, em 1947; e o FMI, instalado numa conferência em Bretton Woods, em 1944, formalmente sob o patrocínio das Nações Unidas, e com objetivos mais gerais, embora voltados particularmente para os problemas de câmbio.

Não nos deteremos aqui na questão do GATT («General Agreement on Trade and Tariffs», ou «Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas»); precisamente porque o sistema de proteção aduaneira, isolado, tornou-se impotente, a função desse órgão é de importância menor no esquema de atuação do imperialismo e no comércio internacional. A grande esperança do imperialismo, especialmente do imperialismo norte-americano, foi depositada no Fundo Monetário Internacional e na instituição de apoio a este, criada também em Bretton Woods, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os estatutos do FMI são claros a respeito dos objetivos, do caráter e dos poderes deste órgão. Trata-se de um órgão destinado a promover a extinção dos entraves internacionais à livre circulação de mercadorias e capitais; consagra portanto oficialmente a «doutrina» liberalista. Para cumprir essa função, ele dispõe de um fundo de divisas, constituído por cotas dos países membros, com o qual teoricamente vai em socorro dos países que sofrem desequilíbrios ocasionais do balanço de pagamentos; em contrapartida, os países membros se comprometem a realizar programas de liberalização (chamados «de estabilização») de sua economia e, particularmente, de seu comércio exterior. Tais programas são elaborados e cumpridos sob o controle do Fundo, e para isso os países membros se comprometem a «dar informações», realizar «consultas» e «convidar» fiscais da instituição. Esta é assim uma verdadeira agência supranacional de controle da política econômica e financeira dos governos membros.

O maior poder do FMI não está em si mesmo, mas em seu papel de escudo dos bancos imperialistas norte-americanos. Estes condicionam a concessão de empréstimos e financiamentos à aceitação e cumprimento, pelos países solicitantes, dos programas de liberalização do FMI. Outro apoio do FMI, embora de menor importância, está nas operações financeiras do BIRD, cujo primeiro presidente, Eugene Black, foi enviado a ocupar este posto pelo «Chase National Bank», do grupo Rockefeller, onde era também diretor. Como agente financeiro do imperialismo, o FMI tem multiplicado o poder que lhe é dado por sua atribuição de emprestar as divisas que lhe foram confiadas pelos países membros.

Já pelos estatutos da instituição, que consagram a «doutrina» liberalista, os diretores do FMI são obrigados a atuar como instrumento de pressão dos monopólios imperialistas. Esta obrigação formal, entretanto, não basta aos Estados Unidos. Uma vez que o número de votos de cada país no «Conselho de Governadores» do Fundo é proporcional à sua cota no capital da organização, os monopólios naques têm assegurada ali uma cômada maioria relativa, por força da cota máxima de participação de seu país. Dessa forma, têm o controle direto das atividades do Fundo e elegem para a direção deste homens de sua inteira confiança.

No momento em que foi criado, o FMI não correspondia como vimos aos interesses da maioria dos países imperialistas; era sobretudo uma criação dos imperialistas norte-americanos. Os demais países imperialistas cederam em participar dele, por um lado, pela situação de dependência em que se encon-

travam diante do imperialismo lanque e, por outro lado, porque confiavam em que recuperariam o antigo poderio em breve prazo, e assim a instituição poderia tornar-se útil também para eles, ao invés de prejudicá-los. Quanto aos países capitalistas subdesenvolvidos, eles não tiveram outra razão para integrar o Fundo senão a sua dependência econômica, política e militar, em relação aos imperialistas norte-americanos.

A história deu razão aos imperialistas europeus. Enquanto eles continuaram às voltas com as dificuldades da guerra, e por isso não podiam prescindir de seus sistemas protecionistas, o FMI passou por instituição desmoralizada e «utópica», com suas pretensões liberalistas. A importância desse órgão era então secundária, nos negócios internacionais, e não lhe sobrava força nem autoridade para cumprir cabalmente suas funções em país algum do mundo. A medida entretanto que a Inglaterra, a Alemanha e a França se recuperaram dos desgastes da guerra e passaram a ter novamente problemas com excedentes de produção e de capitais, também estes países passaram a ver vantagens na «livre concorrência» e na «livre conversibilidade». E o FMI foi deixando de ter no «precedente» dos países imperialistas europeus uma fonte de descrédito para a sua ação no mundo subdesenvolvido, e passou a encontrar nêles, ao contrário, influentes aliados para a execução de sua tarefa de «desbravador de caminhos» para os capitais e mercadorias do imperialismo.

Essa mudança de situação tornou-se bastante nitida nos meados da década de 50. Pouco a pouco, pressionado pela conjuntura de crise crônica em que se debatem os monopólios norte-americanos, e favorecido pela recuperação dos imperialistas europeus, o FMI adquiriu moral e força para procurar impor seus programas «de estabilização» aos países dependentes dos Estados Unidos.

Tais programas variam de acordo com as peculiaridades de cada país, mas têm sempre em comum os seus traços gerais. Visam obrigatoriamente à extinção de todo controle estatal sobre as operações de câmbio, o que favorece a desvalorização da moeda nacional, o controle da receita de divisas do país pelos monopólios imperialistas que dominam o comércio internacional, e a livre espoliação da economia do país pelas empresas imperialistas. Em regra, prevêem igualmente outras medidas que debilitam a economia do país e reforçam a dependência desta em relação ao imperialismo, como a restrição ao crédito para a industrialização, a eliminação de restrições internas aos investimentos estrangeiros, a liquidação das empresas estatais — que são a única forma de vencer os monopólios imperialistas em diversos ramos industriais, nos países atrasados —, a eliminação dos órgãos de controle do Estado sobre os preços e o mercado interno e o congelamento dos salários.

Esse conjunto de medidas é justificado pelos imperialistas e seus agentes com a pretensão de restabelecer a suposta «verdade» da oferta e da procura, e, por esse meio, controlar o processo inflacionário que se tornou acelerado no pós-guerra, em grande número de países dependentes que procuraram desenvolver-se, mas cujo desenvolvimento é entravado pelo latifúndio e pela espoliação imperialista. Daí o nome «respeitável» que lhe é dado, de «plano de estabilização». Na realidade, essas medidas levam ao aceleramento ainda maior da inflação, à queda da produção industrial interna e ao desemprego. Se houver estabilização, esta terá lugar por efeito da chamada «contenção do consumo». A alta do custo de vida, atingindo principalmente os trabalhadores e os que vivem de salários, terá sido levada a uma altura tal que resultará numa forte redução dos gastos e, conseqüentemente, no nível de vida da população. Pela mesma razão, a economia nacional será de tal forma debilitada que o país estará de joelhos diante do imperialismo. É a estabilização na miséria para os trabalhadores, na humilhação e na opressão nacional.

O exemplo da Argentina e do Chile, que são os países latino-americanos mais empenhados em cumprir a «receita» do FMI, é uma comprovação dramática dessa afirmação. Em ambos os países — tal como agora faz aqui o sr. Jânio Quadros — o govêmo pediu à população um «prazo de sacrifício», de um a dois anos, durante o qual ele se empenhou em congelar os salários, liquidar as empresas do Estado e entregar os controles da economia aos monopólios imperialistas; a produção industrial caiu, a classe operária passou a sofrer mais duras privações e a dependência do país em relação ao imperialismo passou ao nível da subordinação. E nem assim a inflação foi contida: simplesmente não pôde mais acelerar o seu ritmo. A queda do poder aquisitivo da maioria da população atua como fator de limitação da procura de mercadorias, e assim entrava a alta de preços.

## V — Sete anos de liberalização

O crescimento da influência e do poder do FMI no campo do imperialismo coincidiu com a reforma cambial promovida pelo govêmo brasileiro no período 53/54, e já não foi estranho ao acontecimento. Daí por diante, a atuação dessa agência imperialista junto ao nosso govêmo se tornaria cada vez mais pública e audaciosa.

A reforma de 53/54 abriu uma nova fase, caracterizada pela crescente liberalização e desvalorização da moeda, na história do câmbio no país. Através de uma série de medidas parciais (leis 1 807 e 2 145, instruções 70, 99, 103, 112, etc., da SUMOC, e outras), o govêmo modificou inteiramente o sistema do controle direto do câmbio e da CEXIM. Esta carteira do Banco do Brasil foi extinta, e em seu lugar foi criada uma outra, a Carteira do Comércio Exterior (CACEX), com atribuições bem mais limitadas. O monopólio de compra das divisas pelo Banco do Brasil foi rompido, com a criação de um mercado «livre» para as operações financeiras — entradas e retorno de capitais, remessas de lucros, pagamentos de «royalties», etc.

O controle direto das importações, o contingenciamento, foi abandonado, em favor de um tipo de controle menos eficaz e indireto: o sistema dos «leilões». As mercadorias importadas foram divididas em cinco categorias, e as divisas para a sua importação deixaram de ser vendidas pelo Banco do Brasil em condições de completo controle sobre a quantidade, o preço e a destinação dessas divisas. O Banco passou a entregar «lotes» de divisas à licitação pública em leilões, e seu meio mais eficaz de controle passou a ser a fixação, para cada categoria, de um «ágio mínimo» — ou diferença mínima entre a oferta do licitante e o valor oficial da moeda, fixado em Cr\$ 18,78 por dólar — abaixo do qual a venda não podia ser concluída. O ágio mínimo era maior ou menor segundo fôsse menor ou maior o interesse do país em im-

portar as mercaderias incluídas na respectiva categoria; e a receita dos ágios passou a constituir um fundo especial com que o governo atenda, principalmente, aos financiamentos à lavoura do café e do cacau.

No lado das exportações, foi também levantado um sistema de categorias, em número de quatro. A cada categoria passou a corresponder a «bonificação», paga pelo governo ao exportador, e somada ao valor oficial da moeda para compor a taxa de câmbio para os produtos exportados naquela categoria. Ao café, cujo preço internacional era compensador, em relação a seus custos internos, correspondeu a «1ª categoria», de bonificação menor. Os demais produtos foram distribuídos em outras três categorias, com bonificações maiores, segundo a situação de preços internos e externos de cada um. A média ponderada das taxas reais de conversão (taxa oficial mais bonificação) pagas pelo governo aos exportadores passou a constituir o «custo do câmbio» para o governo e a base para a fixação do «câmbio de custo». Com este câmbio, o governo passou a atender os seus próprios pagamentos de amortizações e juros de empréstimos, e as importações que «independem de licitação», ou seja, que estão fora dos leilões, por serem consideradas de essencial interesse para o país. Entre estas estão as importações de equipamentos industriais não fabricados no país, de petróleo, trigo, fertilizantes e papel de imprensa. Também se concedeu câmbio de custo para a remessa de lucros da Light e da Bond and Share — privilégio que só foi anulado em agosto de 58, com a nova Lei de Tarifas, após uma grande campanha empreendida pela Frente Parlamentar Nacionalista.

Em janeiro de 1955, esse sistema foi completado com a Instrução 113 da SUMOC, que permitiu às empresas estrangeiras e suas associadas no país importar máquinas e equipamentos «sem cobertura cambial», ou seja, sem estarem obrigadas a licitar ou solicitar divisas no Banco do Brasil. Essa Instrução deu às empresas imperialistas uma situação de grande privilégio em relação às empresas nacionais, cujas importações estão condicionadas aos altos preços dos leilões e às dificuldades do balanço de pagamento do país. As firmas estrangeiras tiveram autorização para trazer máquinas e equipamentos do exterior e contabilizar essas importações como investimento de capital em suas próprias empresas, ou na forma de participação do capital de empresas brasileiras. Resultou disso uma forte e bem sucedida pressão para que as empresas nacionais se associassem ou se deixassem absorver pelos monopólios estrangeiros, como condição para sobreviver à concorrência que estes lhes impunham.

Esse novo sistema cambial foi imposto ao país sob o pretexto de visar à correção dos defeitos e contradições do sistema da taxa única e da CEXIM, a que já nos referimos: a carência de critério, sob o ponto de vista do interesse nacional, na seleção e taxação das importações, e o embaraço a alguns itens de exportação. De fato, por esse lado a economia nacional foi favorecida pela reforma. Mas, além de que tais contradições e defeitos podiam ser corrigidos sem romper o sistema do controle direto, é preciso ressaltar que a sua correção pelo rompimento desse sistema resultou na criação de novos e mais sérios problemas para o país.

A reforma liberou um conjunto de pressões para a desvalorização externa do cruzeiro, cujo efeito se revela cruamente no fato de que, em apenas sete anos, a taxa do dólar foi multiplicada mais de dez vezes, enquanto os índices dos preços internos, segundo a Fundação Getúlio Vargas, passavam de 183 a 976, ou seja, aumentavam cinco vezes. A criação de um mercado «livre», com uma procura (remessa de lucros, «royalties», serviços, contrabando, fraudes, etc) muito maior que a oferta (entrada de capitais particulares) e submetido às especulações e manobras dos monopólios, resultou na instituição de uma taxa de câmbio sempre em alta acelerada. Essa alta do câmbio «livre», por sua vez, deu força aos exportadores para reclamar a alta das bonificações, o que traz como consequência a alta do câmbio de custo e dos ágios mínimos nos leilões. Estes últimos, por seu lado, favoreceram as grandes empresas, onde predominam os capitais estrangeiros. Funcionaram como uma punição às pequenas e médias empresas, que constituem a base do capitalismo privado nacional e sempre têm menores possibilidades de concorrência em preços e condições de pagamento. Essas empresas ficaram por isso mesmo em dificuldade para comprar equipamentos e matérias-primas no exterior, a menos que se associassem aos monopólios estrangeiros, pelo processo da Instrução 113.

Com o rompimento da taxa única e do controle direto, e a criação do sistema dos leilões e bonificações, a tarefa do FMI em nosso país ficou grandemente facilitada. Esta agência do imperialismo encontrou a brecha através da qual podia introduzir-se, para alargá-la, no sentido da desvalorização da moeda e da liberalização do mercado. Apoiando-se nos latifundiários e exportadores e na influência interna dos monopólios estrangeiros, aquela agência do imperialismo passou a pressionar o governo para o aumento das bonificações e do câmbio de custo, para a diminuição do número de categorias de exportação e de importação, e para a gradual passagem destas para o câmbio «livre». Sua tática mostrou-se então bastante simples: «unificar» as taxas de câmbio, sempre no nível mais baixo para o cruzeiro, e aumentar o setor «livre» do mercado, até que houvesse uma única taxa de câmbio e todo o mercado fosse «livre».

Durante o governo do sr. Kubitschek, particularmente quando o grupo Lucas Lopes-Roberto Campos passou a responder por sua política econômica, teve lugar a primeira tentativa mais séria de aplicar aqui o «plano de estabilização» do FMI, e aquela tática imperialista pôde ser empurrada em grande parte. Através de uma série de concessões ao imperialismo, algumas delas batizadas de «reformas» da SUMOC, o governo rapidamente reduziu a apenas duas as categorias de importação — uma, «geral», constituída de matérias-primas, equipamentos industriais e outros artigos considerados essenciais para o país, e outra, «especial», integrada pelos artigos de consumo restrito, ou supérfluos; reduziu as categorias de exportação e depois passou todas as exportações, com exceção do café, do cacau, do petróleo e da mamona, para o câmbio «livre»; e elevou o dólar do café até Cr\$ 90,00 e o câmbio de custo até Cr\$ 100,00.

Apesar de ter aceito grande parte das imposições do FMI, o governo Kubitschek resistiu a aceitá-las integralmente. A missão de completar a reforma entreguista ficou para o atual governo, cuja eleição foi largamente financiada, já com base nessa promessa, pelos grupos mais interessados em que isso seja feito: os latifundiários do café, os bancos paulistas e os monopólios imperialistas. A Instrução 204 foi a primeira demonstração concreta, dada pelo governo do sr. Jânio Quadros, de que está disposto a cumprir essa promessa.

## VI — Os efeitos da 204

As instruções 204 e 205 surgem assim como a continuação da política de reforma, iniciada em 53 e acentuada pelo governo passado, visando liberalizar o câmbio e desvalorizar a moeda; trazem ainda a agravante de que o governo atual se mostra disposto a completar essa reforma. Retirando do mercado oficial as importações da «categoria geral», que representam cerca de um terço do total das importações, para jogá-las no câmbio «livre», e duplicando o câmbio de custo, além de aumentar em 50% (de Cr\$ 90,00 para Cr\$ 135,00) o «dólar-café», a SUMOC deu mais um grande salto no sentido de completar o esquema reformista do FMI.

As consequências mediatas e imediatas dessas medidas são bastante visíveis, apesar da campanha publicitária e mistificadora empreendida pelo governo. Elas se repartem em dois sentidos fundamentais: o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo, e a maior penetração e maior domínio do imperialismo em nossa economia, com o consequente retardamento do processo de distorção e entorpecimento do desenvolvimento da economia nacional.

A alta do custo de vida já não é mais uma «previsão de efeitos», uma vez que o povo já a está sentindo na feira e nos armazéns. O governo se tem empenhado em fazer acreditar que o atual surto de carestia se deve menos à 204 que às emissões realizadas por seu antecessor nos últimos meses de 60; a 204, diz ele, só acarreta uma pequena alta de 4% nos preços das utilidades, em consequência dos aumentos no petróleo e no trigo. Na verdade, se as emissões passadas de fato estão repercutindo sobre os preços, é igualmente certo que o atual governo, ao invés de corrigir em benefício do povo a política de carestia do sr. Kubitschek, manteve essa política, pois continua emitindo ao mesmo ritmo, e ainda a agravou, com as medidas cambiais que adotou.

A previsão de 4%, anunciada pelo governo, corresponde a apenas uma pequena fração dos efeitos inflacionários da 204; os que resultam do aumento de preço do trigo e do petróleo. Mas há uma vasta gama de outros e mais fortes efeitos, que os propagandistas do governo procuram esconder. O encarecimento generalizado das importações, tanto as da «categoria geral» com as realizadas a câmbio de custo — e estas não são apenas o petróleo e o trigo, mas também uma parcela considerável das máquinas e equipamentos importados; o aumento generalizado do preço das moedas estrangeiras para a cobertura dos diversos compromissos financeiros no exterior; e o aumento das taxas de câmbio pagas aos exportadores brasileiros representam em conjunto uma brutal desvalorização externa do cruzeiro, que em pouco tempo será acompanhada e absorvida pela alta dos preços internos. É comum inclusive que esta perda de valor interno da moeda se antecipe ao que seria o «prazo normal» de renivelamento de valor do cruzeiro interno, em relação ao externo: os comerciantes sabendo que os preços vão subir, retêm os estoques para «vender na alta» e obter lucros extras, e assim forçam a antecipação da alta. Isto já está ocorrendo em grande escala, e naturalmente não serão as vagas promessas e apelos dirigidos a eles pelo sr. Jânio Quadros que irão perturbar o sono e os cálculos dos chamados «tubarões».

O outro efeito fundamental da 204, a maior penetração imperialista, também se manifesta de várias formas. O encarecimento das importações da «categoria geral», seja pela alta do dólar «livre», seja pelo empréstimo forçado que os importadores terão de fazer ao Banco do Brasil, representa um duplo favorecimento às empresas estrangeiras. Em primeiro lugar, favorece as grandes empresas porque favorece as grandes empresas, onde elas predominam; as grandes empresas é que dispõem de maiores recursos e maiores facilidades de crédito, e por isso estão em melhores condições que suas concorrentes menores para atender à nova situação. Em segundo lugar, as empresas estrangeiras ficam favorecidas em função da possibilidade que têm de importar equipamentos pelo processo da Instrução 113. Tornando mais caras e mais difíceis as importações da «categoria geral», sobretudo para as pequenas e médias empresas nacionais, a 204 leva a uma nova aceleração do processo de desnacionalização da indústria no país.

A liberalização do câmbio, por outro lado, reforça a posição dos monopólios imperialistas que controlam o nosso comércio exterior. A Sanbra, a Anderson Clayton, a Bethlehem Steel e outros monopólios ianques que controlam as nossas exportações de algodão, óleos vegetais, minérios, etc., e já podiam dispor «livremente» das divisas que recolhem com as exportações, têm agora consideravelmente aumentadas as suas possibilidades de manobras e especulação com essas divisas, após a passagem das importações da «categoria geral» para o câmbio «livre». Eles têm ampla margem de entendimento com os bancos e outros monopólios que operam nessas importações.

Finalmente, o rude golpe sofrido com a 204 pelas empresas estatais constitui talvez o maior proveito a ser tirado pelos monopólios imperialistas das novas medidas cambiais do governo. Em muitos casos, a iniciativa estatal é o único recurso que o país tem para enfrentar a pressão e a conivência do imperialismo no atendimento do mercado interno e no desenvolvimento da economia nacional. E as empresas do Estado, como regra, sofreram um desfalque com a 204, pois a elas se destina a grande maioria das divisas vendidas pelo governo a câmbio de custo, para importação.

A testa da lista vem a Petrobrás, que é a maior compradora a câmbio de custo, e cujo principal problema, atualmente, é o de desenvolver os seus setores de pesquisa e produção de petróleo. Seu programa de dar ao Brasil, a curto prazo, a auto-suficiência em petróleo, apesar dos lucros que ela retira de aumento dos preços internos dos combustíveis, está assim basicamente prejudicado, pois ela terá que duplicar as suas despesas em cruzeiros para a compra de sondas e outros equipamentos importados. A Rêde Ferroviária Federal, por seu lado, vem de submeter-se a um intenso programa de «dieselização» de suas ferrovias, passando a consumir óleo em grande escala. Além do prejuízo que já lhe advém da duplicação do preço em cruzeiros das locomotivas e outros equipamentos que importa, ela terá dessa forma que fazer face a um grande aumento de seus déficits, em virtude da duplicação de preço do óleo «diesel».

De maneira semelhante, uns mais, outros menos, os demais empreendimentos do Estado na economia, como Furnas, Três Marias, Volta Redonda, Fábrica Nacional de Motores, etc., têm seus programas de ampliação e reequipamento abalados pela 204. É de se ressaltar o exemplo da SUDENE, que se destina a encaminhar a solução de um dos problemas mais agudos do país —

e atraso econômico do Nordeste, em relação ao Sul —, e que já tem sua atividade travada e destorcida por erros de concepção e pelo descaso do governo. Todos os argumentos deste órgão, que são calculados à base do câmbio de custo para importações, estão superados. O fato é tão grave que o governo já se mostrou disposto a recuar, no caso específico da SUDENE, para indenizá-la, ainda que parcialmente, dos prejuízos que sofre com o câmbio de custo a Cr\$ 200,00.

Essa disposição de recuo do governo coloca entretanto um outro problema — o da precariedade, senão falsidade, dos argumentos dos srs. Jânio Quadros, Clemente Mariani e Octávio Bulhões, segundo os quais a 204 se destinava a carrear recursos para o Banco do Brasil, de maneira a evitar as emissões. Chegou-se a adiantar a cifra de Cr\$ 60 bilhões, como total de recursos suplementares que seriam arrecadados pelo governo, em consequência do aumento do câmbio de custo, do aumento da receita de imposto único sobre combustíveis, e dos depósitos compulsórios dos importadores no Banco do Brasil.

Tal cálculo do governo não leva em conta porém uma série de fatores que resultam em cortes nessa receita suplementar. A própria 204 e, depois, a 205, bem como a resolução especial em que a SUMOC aumentou o «dólar-cacau» para Cr\$ 210,00, elevaram sobremaneira o custo do câmbio para o governo, anulando o cálculo de aumento da receita em função da duplicação do câmbio de custo. Além disso, com a eliminação dos leilões da «categoria geral», o governo perdeu a receita dos órgãos, que o ajudava a cobrir o financiamento e a compra dos excedentes da safra do café. Os déficits aumentados das empresas estatais, em consequência do aumento do petróleo e dos equipamentos já comprados, deverão por outro lado ser cobertos pelo próprio governo. Se este, como indica a sua atitude em relação à SUDENE, ainda se dispuser a indenizar as empresas estatais e mistas para que estas não sejam obrigadas a reduzir seus programas de expansão, ficará claro então a inutilidade da 204, como medida destinada a evitar emissões. Seu único efeito, no que toca à inflação, terá sido o de agravá-la, transferindo uma nova e substancial parcela da renda nacional para os latifundiários e os monopólios.

## VII — “As verdades” do governo

O governo e seus propagandistas têm alegado outros efeitos, estes «positivos», da 204 e 205. Insistem particularmente na tese de que «a 204 era inevitável», dada a situação «catastrófica» do balanço de pagamento, e de que ela se destina a restabelecer a «verdade cambial», e «justo valor» da moeda nacional. Afirmando que, «favorecendo as exportações» — dando mais cruzeiros aos exportadores — e encarecendo as importações, farão com que sobrem dólares para o pagamento dos banqueiros ianques, que são os principais credores do país.

Esses argumentos não são novos. Foram apresentados como justificativa para todas as «reforminhas» do governo passado, e a prática os vem desmentindo com igual persistência. A desvalorização externa da moeda, ao invés de provocar um aumento das exportações, acaba resultando numa queda da receita de divisas, principalmente de produtos como o café e cacau, em que o Brasil se coloca entre os grandes produtores mundiais, e cuja procura, no mercado internacional é pouco influenciada pelo aumento ou diminuição de seus preços. A desvalorização da nossa moeda provoca a queda das cotações internacionais desses produtos e, desde que o volume das exportações permanece praticamente o mesmo, apenas resulta num corte da receita de divisas do País. Lucram os latifundiários e exportadores «brasileiros», e os importadores estrangeiros, às custas do conjunto da Nação.

No lado das importações, a desvalorização tem igualmente pouca influência sobre o volume dos bens importados, uma vez que o grosso desses bens é constituído por matérias-primas e equipamentos industriais, que não deixarão de ser importados porque seus preços subiram. O maior efeito da desvalorização, nesse caso, é uma alteração da lista dos que importam, com o aumento nesta lista da parte dos monopólios, principalmente os estrangeiros. E isso representa exatamente o aumento da pressão para o endividamento e maior dependência do país em relação ao imperialismo, em sentido contrário, portanto, ao do suposto objetivo do governo.

Quanto à «verdade cambial», trata-se de uma expressão que não é mais do que um embuste. Se o câmbio de custo deixado pelo governo passado tinha 20% de mentira (custo de câmbio a Cr\$ 120,00 e câmbio de custo a Cr\$ 100,00) a 204 instaurou um tipo de câmbio muito mais mentiroso, pois colocou um preço de Cr\$ 200,00 num dólar que, para o governo, custava Cr\$ 120,00. Mas o governo não se refere apenas ao câmbio de custo, quando fala em «verdade cambial». Ele pretende com isso dizer que a verdade está no câmbio «livre» — ou seja, que existe uma taxa de câmbio «verdadeira», e esta taxa é a do câmbio «livre».

É outra inverdade. A própria 204, ao provocar uma brusca alta do câmbio «livre», estava provando que este câmbio é sujeito a fatores e influências as mais diversas, e está longe portanto de merecer o título de barômetro absoluto e verdadeiro do valor de nossa moeda. Pretender que esse justo valor se encontre na taxa do câmbio «livre» é dar prova de má fé, ou de ignorância. A atuação da lei da oferta e da procura no mercado «livre» é inteiramente condicionada pelas manobras dos monopólios e pela ação do Banco do Brasil e da própria SUMOC. Da mesma forma que provocou a alta da taxa «livre», a SUMOC poderia ter provocado nela uma baixa, se houvesse decretado, por exemplo, o congelamento das remessas de lucros das empresas estrangeiras. E mesmo a decisão, por parte do governo, de retirar-se do mercado de câmbio, corresponde a uma intervenção no mecanismo de fixação do valor da moeda, pois significa deixar aos monopólios privados o controle exclusivo da taxa de câmbio. A taxa «livre» é assim tão válida quanto o antigo câmbio de custo — «câmbio postico», segundo gosta de dizer o sr. Jânio Quadros —, como expressão do real valor de nossa moeda. De resto, os economistas não têm sequer um critério exato e insuspeito para calcular o justo valor de uma moeda. O que o governo pode e deve fazer é defender a moeda, na prática, impedindo que a fixação da taxa de câmbio seja entregue aos monopólios imperialistas.

Outro argumento em que se têm apoiado o sr. Jânio Quadros e seus amigos é o de que a 204 beneficia a Petrobrás, a produção de trigo e alguns setores da indústria de base no país. De fato, tanto a Petrobrás, como os triticultores gaúchos e algumas empresas fabricantes de equipamentos terão sua receita aumentada, embora todos eles tenham que pagar mais caro os próprios equipamentos, as matérias-primas e os fertilizantes importados, e todos eles sejam igualmente atingidos pela alta de seus custos internos de produção,

conseqüente à desvalorização da moeda. A Petrobrás passa a vender quase pelo dobro de preço a sua produção de petróleo na Bahia, que é refinado e vendido como se fosse importado; além disso, terá crescido a sua cota na repartição de imposto único sobre combustíveis, e o Conselho Nacional de Petróleo reajustou os preços de venda dos derivados de maneira a deixar para ela uma margem de lucro. Os produtores de trigo também deverão ter praticamente dobrado o preço de venda de seus produtos, e enquanto o aumento de seus custos de produção não houver atingido a mesma proporção eles estarão ganhando com a 204, por esse lado. Da mesma forma as empresas fabricantes de equipamentos que sofriam concorrência do estrangeiro estão com sua situação fortalecida.

Mas, tais benefícios têm muita coisa de ilôgo e embuste. Nem a Petrobrás, nem os produtores de trigo, e nem mesmo os capitalistas nacionais do ramo de equipamentos podem ganhar com uma política que prejudica o conjunto do país e, particularmente, o nível de vida do povo. Ao mesmo tempo que favorece a empresa estatal, a 204 favorece os principais inimigos desta — os trusts estrangeiros que aqui operam, no refino e na distribuição do petróleo e também foram beneficiados com o reajustamento de preços dos derivados. Mais do que os produtores gaúchos de trigo, o truste Bunge & Born, que os oprime e espolia, sai beneficiado com a 204: é ele que monopoliza a moagem e a distribuição de trigo no país. O mesmo reverso da medalha existe para as empresas nacionais fabricantes de equipamentos; os monopólios estrangeiros que tudo fazem para esmagá-los são os maiores beneficiários da 204. Além desses golpes diretos que recebem da 204, tanto a Petrobrás, como a tricultura gaúcha e os fabricantes de equipamentos sofrerão as mesmas conseqüências desastrosas que advirão, para o conjunto da economia nacional, da própria 204 e da aplicação da política econômico-financeira que presidiu à elaboração da 204: e entrave ao desenvolvimento do país, a maior dependência em relação ao imperialismo, o desgosto do nível de vida e do poder aquisitivo da população, e a elevação dos custos internos de produção.

O governo não pode portanto pretender que visou, com a 204, beneficiar a Petrobrás, os produtores de trigo e as indústrias de base brasileiras. Seus objetivos são outros. E isto tanto é verdade que o sr. Jânio Quadros poderia resolver de forma efetiva e duradoura os problemas daqueles setores da economia nacional, sem aumentar o câmbio de custo — ou apenas com um pequeno aumento deste —, nem entregar a receita de divisas do país aos monopólios estrangeiros, mas, ao contrário, com medidas que resultassem em benefício do povo e da Nação. Bastaria que ele ordenasse a cessação, por parte do CNP, da política de sabotagem ao monopólio estatal — sabotagem que se manifestava, entre outras coisas, no congelamento dos preços de venda dos derivados de petróleo, apesar de que os custos internos de produção da Petrobrás continuassem subindo. Bastaria que ele desse força e ordem à direção da Petrobrás para que esta tire proveito dos fornecimentos de petróleo, equipamentos e técnicos que estão à sua disposição na Europa e no campo socialista. Da mesma forma, no caso do trigo, o sr. Jânio Quadros estaria realmente beneficiando os triticultores gaúchos, e coincidindo com o interesse do país, se voltasse os olhos da polícia para a rapinagem realizada pela Bunge & Born e rompesse os «acôrdos do trigo» com os Estados Unidos, ao invés de renová-los, como fez, prosseguindo na política de asfixia da tricultura nacional trilhada pelo governo passado. Quanto às indústrias de base, nada impede o governo — ao contrário, a lei o obriga a isto — de retirar do câmbio de custo a importação de máquinas que já possam ser fabricadas no País.

De maneira inequívoca e permanente, só há dois setores da economia brasileira que se beneficiam com a 204 e a 205: os monopólios imperialistas e o latifúndio voltado para as exportações. Também se beneficiam os grupos e empresas vinculados a aqueles setores, tais como firmas intermediárias de comércio exterior e bancas. Dentre estes, os grandes bancos paulistas, que são os mais ligados ao comércio exterior, saem duplamente favorecidos: por um lado, receberão maior volume de depósitos dos latifundiários e exportadores, cujos lucros aumentam com a desvalorização da moeda; por outro lado, têm um novo e vasto campo de negócios assegurado, em virtude da passagem das importações da «categoria geral» para o câmbio «livre», e também em virtude do sistema de empréstimos forçados ao Banco do Brasil por parte dos importadores, muitos dos quais terão que procurar no sistema bancário particular o capital necessário para essa operação. Há outros favorecidos, mas de um modo mais imediato e precário: em geral, as empresas industriais que se reequiparam recentemente ao câmbio de custo e agora ficam numa posição privilegiada frente a seus concorrentes que não o fizeram; as firmas de empreiteiros no setor de construção de estrada de rodagem, que dependem da receita do imposto único sobre combustíveis; e outros.

A esmagadora maioria da população e o conjunto da economia nacional, entretanto, já começam a sofrer as duras conseqüências da nova política cambial, e estarão cada dia mais sacrificados, à medida que o governo puder prosseguir em seu projeto de completar a reforma de liberalização e desvalorização, nos moldes do FMI. A imprensa já tem registrado temores generalizados e uma tendência à paralisação que se manifestam nos círculos de industriais e, mesmo, de comerciantes, face à alta dos preços e à pressão sobre o sistema de crédito resultantes da 204. As empresas estatais em geral, a SUDENE, bem como os órgãos estaduais de planejamento e estímulo ao desenvolvimento, que também importam equipamentos a câmbio de custo, estão com muitos de seus orçamentos dobrados. Os que vivem de salários e, especialmente, a classe operária, sobre cujos ombros afinal cai todo o peso da desvalorização da moeda, já sentem na própria carne que a política do governo está voltada contra eles.

Para completar a reforma do FMI, falta ao governo, no lado da receita, passar as exportações do café e do cacau, integralmente para o câmbio «livre»; no lado da despesa, falta-lhe revogar o princípio legal da prioridade de câmbio para as importações e pagamentos essenciais ao país, que são feitos ao câmbio de custo, como condição para extinguir essa categoria de câmbio e levar para o mercado «livre» todas as operações de câmbio para aqueles fins. Além disso, haverá que tomar ainda apenas algumas medidas de detalhe, como a passagem para o câmbio «livre» das importações da «categoria especial» e das exportações de mamona em baga, que têm peso mínimo no balanço de pagamentos. Segundo indicações dos srs. Clemente Mariani e Octávio Bulhões, logo após a 204, o governo pretendia chegar a esse ponto final da reforma fazendo escala em novo aumento do câmbio de custo e das bonificações do café e do cacau, de maneira a aproximá-los mais das cotações do câmbio «livre». O segundo «item» da escala já foi atingido, com a Instrução 205. O novo aumento do câmbio de custo não deve demorar.

São providências pouco numerosas, mas bastante difíceis. Quanto mais avançar nesse caminho de «acórdios» com o FMI, maiores serão os problemas que o governo estará criando para o país e para si mesmo, e os «fundings» e novas empréstimas que obtenha do imperialismo, graças à sua docilidade, pouco lhe adiantarão. Ele estará perdendo os recursos que lhe restam, dentro do sistema cambial — obtidos com a diferença que sobrevive entre as bonificações pagas pelo café exportado e o câmbio de custo —, para o funcionamento total e a estocagem dos excedentes das safras raras de café que se avizinham, e para outros pagamentos que ele não pretende ou não pode evitar.

Só poderá fazê-lo, se lograr extorquir dos trabalhadores e do povo esses recursos, impedindo que os salários acompanhem a alta dos preços, ao mesmo tempo em que lança mão das emissões e outros processos inflacionários. Precisará também abafar as resistências que já se manifestam e se manifestarão cada vez mais, nos diversos setores da economia nacional, contra a política econômica entreguista e reacionária que está adotando.

Os trabalhadores têm assim, ao alcance direto de sua mão, um meio eficaz de luta contra essa política de governo. É lutar de modo intransigente e decidido pelo reajustamento de seus salários e pela defesa do seu nível de vida. Têm, mais, a possibilidade de impor a sua vontade ao governo, se souberem mobilizar-se para a luta política de massas, unindo e liderando as amplas camadas da população que também sofrem as consequências da política econômica antinacional e antipopular aplicada pelo governo. Promovendo, reforçando e liderando a luta em frente única de todos os nacionalistas, de todos os democratas e de todas as pessoas simples e honestas, os trabalhadores podem e devem barrar a aplicação dessa política, e reforçar a sua substituição por uma política que coincida com os interesses do povo e da Nação.

## VIII — A reforma para o povo

No curso da sua exposição sobre a 204 à Câmara dos Deputados, em Brasília, o sr. Clemente Mariani fez uma afirmação sem dúvida ousada. Disse, em resumo, que a 204 era inevitável, e tanto era assim que ele desafiava os presentes a apresentarem uma solução alternativa e igualmente eficaz para os problemas do país; o governo, acrescentou, estudaria e debateria qualquer proposta, e a adotaria, se isso fosse justo.

Dissemos que o desafio é ousado porque não só existe uma alternativa para essa política de governo, em função da qual foi elaborada e assinada a 204, como já se formou inclusive uma larga consciência popular em torno dessa alternativa. São as soluções de tipo nacionalista e democrática, visando o desenvolvimento independente da economia do país. Formam um corpo harmônico de soluções positivas, apresentadas ao povo pelos comunistas, em suas «Teses para discussão» e, posteriormente, em sua Resolução Política do V Congresso do PCB. A melhor prova de sua existência está em que o próprio governo não as ignora: pressionado pela consciência popular, o sr. Jânio Quadros incluiu algumas delas em sua plataforma de governo, e continua, depois de eleito, prometendo realizá-las, embora na prática se encaminhe no rumo contrário. E elas têm sobre a política posta em prática pelo governo a vantagem de resolver efetivamente, e num sentido favorável ao povo, os problemas do país, ao contrário de agravá-los ainda mais, como ocorre com as «receitas» do FMI endossadas pelo sr. Jânio Quadros.

A 204 e a 205 não eram necessárias, e muito menos eram inevitáveis. Tampouco serão inevitáveis ou necessárias a Instrução 206 e quaisquer outras medidas de «complementação» da 204, no terreno do câmbio e do crédito, que o governo pretende adotar para levar adiante a política econômica e financeira pregada pelo FMI. Essa política tem um vício de origem. Ela se recusa a abordar as causas básicas da inflação e dos déficits do balanço de pagamentos e a tomar as medidas de profundidade que, corrigindo tais causas, dêem soluções efetivas a esses grandes problemas do país. Limita-se a propor medidas de caráter monetário, que atenuam os efeitos prejudiciais da inflação e das dificuldades de câmbio para os latifundiários e os monopólios imperialistas, às custas da acentuação desses mesmos efeitos para os que são mais atingidos por eles — a indústria nacional e, sobretudo, a grande massa da população trabalhadora. Seu objetivo confessado é assegurar divisas para o pagamento da dívida contraída com os monopólios e governos imperialistas, e aumentar a receita dos latifundiários e exportadores. Para alcançar esse objetivo, o governo aumenta a taxa de «confisco inflacionário» sobre os trabalhadores e o povo, e dificulta o acesso de indústria nacional ao orçamento de câmbio, tornando mais espoliada e mais dependente do imperialismo a economia do país. Trata-se portanto, não de uma política antiinflacionária, e sim de uma política formulada para a defesa de interesses bem definidos — e interesses contrários às necessidades do povo e do conjunto da Nação.

O país tem entretanto urgente necessidade de uma política que realmente se destine a conter o processo inflacionário e a equilibrar o balanço de pagamentos com o exterior em bases profundas e duradouras. Mas, para isso, é preciso identificar e combater as causas básicas dessas dificuldades do país, que residem precisamente no regime de opressão e de atraso a que os monopólios imperialistas e o latifúndio submetem a nossa economia.

Os déficits do balanço de pagamentos, com efeito, não resultam de um excesso de compras — em relação às vendas — feitas pelo país no exterior. A balança comercial, ou seja, o confronto entre o valor das mercadorias que entram no País e o valor das que saem, é via de regra positiva. O foco permanente dos déficits está no «item» que a SUMOC denomina de «pagamento de serviços»: remessas de lucros, juros e dividendos de capitais, pagamento de «royalties», de fretes e seguros de exportações e importações às empresas de seguro e de navegação estrangeiras, sobretudo americanas, etc. Outro «item» fortemente deficitário é o que a SUMOC chama de «erros e omissões», que absorvem em média anual 40 milhões de dólares, nos dez anos decorridos entre 1950/1959 e esconde remessas fraudulentas e outras negociações dos monopólios. Há ainda uma causa fundamental dos déficits, que não é entretanto registrada nos balanços da SUMOC: é a queda nas relações de troca do País com o exterior. Os preços internacionais dos produtos que o país exporta — matérias-primas e produtos agrícolas — tendem sempre a cair; enquanto isso, sobem os preços dos produtos industriais que o país importa. Daí resulta uma dupla pressão deficitária sobre o balanço de pagamentos: a queda da receita e o aumento da despesa.

Deve-se ainda considerar que grande parte das remessas de lucros das empresas estrangeiras não são somadas no «item» de «serviços». Sempre que podem, para escapar aos impostos e à fiscalização do governo, essas em-

presas remetem seus lucros para o exterior através dos sistemas de sub-superfaturamento das importações e exportações<sup>11</sup>, ou através do título de «denativos», ou ainda por outros processos fraudulentos.

Assim, uma política que pretenda de fato equilibrar o balanço de pagamentos, deve ter em conta e em mira esses focos de déficit. Deve ser uma política de firme defesa da moeda e de combate à ação espoliadora dos monopólios imperialistas. Exige a rigorosa limitação dos remessas de lucros e «royalties». Exige a defesa intransigente do preço internacional de nossos produtos de exportação, através do combate à especulação dos monopólios no mercado de câmbio, da expansão de nosso comércio exterior no vasto mundo socialista, e de acordos entre países produtores. E requer ainda medidas como o reaparelhamento da frota nacional de navegação comercial, costeira e de longo curso e a exigência de que pelo menos metade dos fretes e seguros de nossas exportações e importações sejam contratados com companhias nacionais, evitando-se o pagamento em dólar; e outras medidas destinadas a proteger a economia nacional da ação dos monopólios.

A realização dessa política exige, como instrumento indispensável, o monopólio estatal do câmbio exercido pelo Banco do Brasil. Só o monopólio estatal dará ao país uma defesa adequada contra a ação especuladora e fraudulenta dos monopólios imperialistas que controlam o comércio internacional no mundo capitalista e, particularmente, na América Latina. Sem controle direto e completo do câmbio não haverá política eficaz de valorização da moeda, de seleção de importações e pagamentos ao exterior, segundo os interesses nacionais, de estímulo e subsídio às exportações que de fato devam receber essa forma de ajuda, e de expansão e equilíbrio das trocas do país com o exterior.

Adotada uma política de equilíbrio do balanço de pagamentos e de defesa do valor externo da moeda, o governo já estará enfrentando uma das principais causas da inflação: a contínua queda das cotações da cruzeira face às moedas estrangeiras. A tradicional política de desvalorizar externamente a moeda, para atender aos latifundiários ligados à exportação, principalmente os do café, e os monopólios imperialistas, tem como resultados inevitáveis a alta dos preços internos, a pressão sobre o crédito e sobre o poder de emissão do governo, e, finalmente, a queda correspondente do valor interno da moeda.

Há entretanto outros fatores que levam à alta dos preços e às emissões. A baixa produtividade da agricultura, resultante da manutenção das relações de produção de tipo feudal próprias ao latifúndio, leva a que a produção agrícola esteja sempre em atraso, em relação à procura crescente das populações urbanas. Essa pressão para a alta de preços é ainda agravada pelos monopólios que operam no beneficiamento e na distribuição dos gêneros alimentícios, e pelo cuidado exclusivo que o governo dedica à agricultura de exportação, deixando desprotegida, em matéria de créditos e financiamentos, a agricultura de subsistência.

Medidas efetivas de reforma agrária e de eliminação dos «tubarões» e açambarcadores de todo tipo que operam no comércio de gêneros são, assim, parte inseparável de uma política de efetivo combate à inflação. Da mesma forma o são outras medidas como a punição rigorosa dos fraudadores de impostos e seus cúmplices no governo, para acabar com a farsa atual da cobrança do imposto de renda, por exemplo, que é maciçamente sonegada pelos milionários, e só é pago rigorosamente pelos que vivem de salários e têm seus vencimentos registrados em folhas de pagamentos; a mudança de estrutura dos impostos, para aumentar a contribuição dos impostos diretos, sobre a renda, e fazer com que deixe de recair sobre os impostos indiretos, que oneram os preços dos artigos de consumo popular, a maior carga dos compromissos financeiros do governo; a seleção do crédito bancário, de modo a atender com prioridade os empreendimentos essenciais ao desenvolvimento do país — e impedir que prossiga o atual sistema de utilização maciça dos recursos nacionais pelos monopólios imperialistas, através do acesso aos bancos oficiais e particulares; e outras medidas de proteção ao desenvolvimento independente da economia do País e ao nível de vida da população.

Estas são algumas das medidas de alternativa nacionalista e democrática que nós, comunistas, propomos à política econômica entreguista e reacionária do FMI posta em prática pelo governo. São medidas que se assentam na crescente melhoria das condições de vida do povo, e não na exigência de maiores sacrifícios do povo. É uma política cujos instrumentos mais poderosos são a contínua valorização de nossa moeda e dos frutos do trabalho de nosso povo, e não a sua desvalorização e degradação; a afirmação da soberania nacional e o combate sem tréguas ao sistema de espoliação de nossa economia pelos monopólios imperialistas, e não o aprofundamento ainda maior do domínio do imperialismo sobre a nossa vida econômica e política; a eliminação da opressão e do atraso a que o latifúndio submete a maioria de nossa população, e não a concessão de maiores regalias e privilégios aos latifundiários; a garantia e ampliação das liberdades democráticas para os trabalhadores e o povo, e não as ameaças com as bombas e fuzis da polícia.

Propomos essas medidas, cada uma isoladamente, na certeza de que qualquer uma delas, se adotada pelo governo, será uma contribuição positiva para a defesa do povo e da Nação, e abrirá caminho para as demais. Mas não escondemos e, ao contrário, ressaltamos que elas só poderão dar todos os seus frutos se forem comandadas por um governo que tenha como base e fonte exclusiva de seus compromissos as forças nacionalistas e populares.

A nossa própria História já mostrou que não basta ter, por exemplo, a lei do monopólio do câmbio. Tão importante quanto a lei, é o governo que a aplica. Se o governo é sujeito à pressão dos grupos econômicos e dos negociantes, o monopólio pode ser transformado em instrumento de maior espoliação do povo e de favorecimento de uma casta. Pior ainda é o governo, como o atual, comprometido com as forças reacionárias e entreguistas, com o latifúndio e o imperialismo. Sua política levará necessariamente ao maior saque da nossa receita de divisas pelos monopólios e latifundiários, e ao agravamento da inflação e das condições de vida da população trabalhadora.

Só um governo nacionalista e democrático dará correção real e completa ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e à inflação. E dará essa correção num sentido favorável ao povo e aos interesses nacionais.

# NOTAS

## 1 — Algumas noções preliminares:

**Câmbio.** Dá-se esse nome, mais comumente, em economia, à operação de trocas de moedas de países diferentes, ou à proporção em que tal troca é operada: «fulano foi a uma casa de câmbio», ou, «o câmbio hoje é de 270 cruzeiros por dólar». As vezes se emprega também para designar a própria moeda estrangeira: «o governo concedeu câmbio à indústria têxtil».

**Dívida.** Nome dado à moeda estrangeira que entra no País apenas sob a forma escritural, ou seja, como certificado de crédito em bancos ou outras firmas que operam no comércio exterior. A quase totalidade das transações financeiras do País com o exterior é feita com pagamento em divisas. As divisas também são às vezes designadas como «cambiais».

**Câmbio "livre".** Regime de câmbio não sujeito ao controle direto do Estado, no que toca ao preço e à quantidade em que a moeda nacional é comprada e vendida nas firmas e bancos particulares que operam com moedas e divisas estrangeiras. Nas condições peculiares do Brasil e da etapa capitalista em que a concorrência é substituída pelos monopólios, o regime de câmbio "livre" é controlado pelos grandes bancos e monopólios imperialistas que dominam o comércio exterior do País.

**Balanco de pagamentos.** É o resultado do movimento total de divisas e moedas estrangeiras realizado pelo País durante determinado período, geralmente um ano. No Brasil, o balanço de pagamentos é elaborado pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), segundo um esquema indicado pelo Fundo Monetário Internacional. Neste esquema, o balanço de pagamentos é dividido em diversas «contas», ou «itens»: de mercadorias e serviços, onde são contabilizadas as exportações e importações (cujo confronto é também chamado de «balanço comercial»), e os pagamentos e recebimentos a título de turismo, de fretes e seguros de exportações e importações, de lucros e juros de investimentos, de «royalties», e de outros serviços e pagamentos menores; de donativos, onde são contabilizadas as despesas e receitas realizadas a título gratuito, pelo governo e por particulares; de capitais particulares, que compreende a relação de entradas e saídas de investimentos diretos e de empréstimos e financiamentos a particulares; de capitais oficiais, onde são relacionadas as entradas e saídas de capitais de empréstimo de responsabilidade do governo; de erros e omissões; de atrasados comerciais, que corresponde a conta das dividas comerciais cuja cobertura passa para o período seguinte de balanço; e de financiamento oficial compensatório. Os dois últimos «itens» compreendem as diversas formas de cobertura do saldo do balanço de pagamentos (que via de regra é negativo), constituído pela soma dos «itens» anteriores.

**Royalties.** Dá-se esse nome aos pagamentos feitos a título de aluguel de propriedades estrangeiras. Essas propriedades, no caso do Brasil, em geral são máquinas ou patentes de firmas localizadas no estrangeiro que são utilizadas por firmas que operam no País. Como não há controle por parte do governo, as empresas estrangeiras no País geralmente se utilizam dessa forma de remessa de lucros para enviar lucros para o exterior, fugindo assim ao fisco e à vigilância da opinião pública.

2 — Quanto à natureza das operações que os importadores devem realizar para adquirir divisas, as importações estão atualmente divididas em dois tipos: não sujeitas a licitação e sujeitas a licitação. No primeiro caso, estão as importações consideradas essenciais, que são garantidas pelo otorgamento de câmbio do governo e são atendidas a câmbio de custo: petróleo, trigo, papel, equipamentos industriais, etc. As importações incluídas no segundo tipo estão subdivididas em duas categorias: «geral» e «especial». Na primeira, são atendidas as importações de equipamentos e matérias-primas industriais e outros bens de produção ou de largo consumo da população para os quais não exista suprimento satisfatório no mercado interno; na segunda, os artigos supérfluos, ou cuja procura seja satisfatoriamente atendida pela produção interna.

3 — Esse limite, no momento em que redigimos este trabalho, estava sendo elevado ainda mais pela SUMOC; segundo o noticiário da imprensa, este órgão estaria elaborando a Instrução 206, com o objetivo de fixar tal limite em 50 mil dólares por firma e por semana.

4 — É o seguinte, em linhas gerais, o funcionamento dos leilões de divisas. O Banco do Brasil leva lotes de divisas, nas diversas moedas estrangeiras, à Bolsa de Valores, e coloca os lotes à licitação pública, para os importadores de mercadorias incluídas nas categorias «geral» e «especial», fixando uma taxa de câmbio mínima (taxa oficial mais ágio) para cada categoria. A taxa mínima (ou ágio mínimo, pois, sendo fixa a taxa oficial, apenas o ágio varia) é menor para a categoria «geral», e maior para a «especial». Adquirindo o lote, o importador está apto a solicitar as guias de importação à CACEX.

5 — O câmbio de custo, como se verá no capítulo V, é calculado em função do custo, para o governo, das divisas pagas aos exportadores e outros nacionais que tenham receita em moeda estrangeira e devam entregá-la ao Banco do Brasil.

6 — Esse preço em dólar da saca de café corresponde à cotação atual do tipo Santos 4, que representa a maior parte da exportação brasileira. São entretanto exportados cafés inferiores, com cotação internacional menor. Daí as reclamações dos cafeicultores do Paraná e do Espírito Santo, que se consideram prejudicados pela 205 e apontam nessa medida um novo privilégio concedido a São Paulo. Embora também eles tenham agora aumentada a sua receita em cruzeiros, seu aumento é menor que o dos cafeicultores paulistas, pois a cota de 22 dólares a ser recolhida ao Banco do Brasil é igual para todos. O governo alega entretanto que visa com isso incentivar a melhoria da produtividade da lavoura cafeeira.

7 — Diz textualmente o «item 4» dos «objetivos do Fundo Monetário Internacional», constante dos estatutos desta organização:

«Auxiliar o estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos, em relação às transações correntes, entre os países membros e eliminar as restrições cambiais que entravam a expansão do comércio internacional».

O «sistema multilateral de pagamentos» é o da «livre-conversibilidade de». Toma esse nome em virtude da prática dos «acórdos bilaterais», que é parte do sistema de controle cambial.

8 — No discurso que pronunciou na Câmara dos Deputados, em ..... de 53, o sr. Oswaldo Aranha, então ministro da Fazenda, referiu-se várias vezes à «aprovação» da reforma em curso, por parte do FMI.

9 — Os dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos de São Paulo revelam que o custo de vida elevou-se em 4,4% em março e 4,8% em abril últimos, na capital paulista. No Estado da Guanabara, não existe ainda um órgão de estatística que possa conferir os dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, dirigida pelo sr. Eugênio Gudim, cujo interesse na atual política econômica do governo e cuja falta de escrúpulos na manipulação de estatísticas são bem conhecidos. Mesmo nestas condições, entretanto, a F.G.V. indicou um aumento do custo de vida superior a 6% neste Estado, em março e abril. Comprova-se assim que a perspectiva de safras de cereais abundantes, no

ano em curso, não tem podido neutralizar os efeitos da política cambial do governo, no sentido do encarecimento do custo de vida, que só atingiu níveis semelhantes aos atuais nos piores períodos do governo Kubitschek, durante o ano de 1959, quando a alta do custo de vida atingiu mais de 50%.

10 — Tomando as cifras mais altas, acrescentando Cr\$ 50,00, à taxa do dólar cacau para ter em conta os preços internos garantidos pelo governo a este produto, e considerando mesmo que o Banco do Brasil comprasse todas as divisas de exportação liquidadas no câmbio "livre", — calculando em cifras redondas, tendo como base os níveis de exportação de 1960 — o custo de câmbio para o governo, logo após a posse do sr. Jânio Quadros, era de Cr\$ 123,00 por dólar, como se demonstra pelo seguinte quadro:

	Valor de exportação		Taxa de câmbio		Despêndio do governo
Café e mamona:	US\$ 720 milhões	X	Cr\$ 90,00	=	Cr\$ 63.800 milhões
Cacau:	" 110 "	X	" 150,00	=	" 16.500 "
Petróleo	" 13 "	X	" 100,00	=	" 1.300 "
Outros:	" 417 "	X	" 180,00	=	" 75.060 "
<b>TOTAL:</b>	<b>US\$ 1.260 milhões</b>	<b>X</b>	<b>Cr\$ 123,00</b>	<b>=</b>	<b>Cr\$156.660 milhões</b>

11 — Sub e superfaturamento são tipos de fraude utilizados por importadores e exportadores, em entendimento com seus clientes no exterior. O exportador que recebe do governo a uma taxa de câmbio inferior à do mercado "livre", fatura e exportação abaixo de seu preço real, e depois recebe a diferença em dólares pelo mercado "livre". O mesmo ocorre com o importador que deve pagar uma taxa de câmbio oficial superior à do "livre": uma parte da importação é paga nesta última taxa. Já o superfaturamento das importações é mais utilizado pelas empresas estrangeiras que procuram remeter seus lucros pelo câmbio oficial, seja para aproveitar-se de uma taxa de câmbio inferior à do "livre", seja para fugir à fiscalização do governo. Calcula-se em mais de 100 milhões de dólares o total de recursos drenados anualmente para o exterior pelos monopólios norte-americanos que aqui operam, através da utilização desse processo de fraude.

## Custos e Receltas do Café

(Período 1951 - 1961)

O exame do comportamento do café no mercado internacional (gráfico da capa), e do tratamento dado a ele pelo governo brasileiro, mesmo num período relativamente curto como o de 1951/61, comprova o caráter de favoritismo da política oficial em relação aos latifundiários e monopólios ligados à lavoura cafeeira. Enquanto as cotações do tipo-base Santos 4, depois de um breve período de oscilação alista, entre 1952 e 54, entram em queda contínua e acentuada, produzindo uma queda correspondente no valor em dólares da exportação, a taxa de câmbio e a renda em cruzeiros dos exportadores de café tenderam sempre para a alta. Em outras palavras, quanto menos os cafeicultores produzem para o País, maiores são os seus lucros. Tal política não podia senão resultar num grande surto inflacionário, e numa maior pressão para a superprodução do café. Esse tipo de intervencionismo estatal, feito escandalosamente a seu favor — é claro —, não é combatido pelos cafeicultores; ao contrário, quando há qualquer promessa de suspendê-lo eles ameaçam com uma «marcha da produção» contra o governo.

Os gráficos demonstram também a falsidade dos argumentos do atual governo, segundo os quais o aumento da receita em cruzeiros dos exportadores estimula as exportações. Até fins de 53, tanto as cotações como o valor em dólares da exportação do café se mantiveram em alta, atingindo os níveis máximos, respectivamente, de 78 centavos de dólar por libra-peso e 1.088 milhões de dólares por ano. Ao mesmo tempo, o volume das exportações também se elevava, até 16,3 milhões de sacas em 1951, e se mantinha praticamente estável nesse nível, durante os anos de 1952 (15,8 milhões de sacas) e 1953 (15,6 milhões de sacas). A base dessa ótima conjuntura estava a estabilidade da taxa de câmbio, mantida a Cr\$ 18,78 por dólar. Quando, com a Instrução 70, o governo rompeu essa estabilidade, desvalorizando o cruzeiro do «dólar-café» em 26% (mais Cr\$ 5,00 por dólar), e foi instalada oficialmente a política de liberalização e desvalorização ditada pelo FMI, tanto as cotações, como o valor em dólares e o volume da exportação de café entraram em queda vertical. A receita em dólares da exportação só se recuperou na safra 55/56, atingindo US\$1.030 milhões no ano fiscal de 56, em conjunto com uma relativa estabilidade, no período, da taxa de câmbio, ao nível de Cr\$ 37,00 por dólar, e das cotações, ao nível de US\$0,60 por libra-peso. Quando novamente, o governo elevou a taxa de câmbio, as cotações começaram de novo a baixar, de 57 em diante, e, conseqüentemente, a receita em dólares da exportação, até atingir esta última o nível de US\$688 milhões do ano de 58-59. Os importadores lanques puderam assim refazer seus estoques, comprando na baixa, mas o aumento de 4,5 milhões de sacas exportadas, durante o ano de 59 (de 12,9 em 58 para 17,4 em 59), que foi o resultado desse aumento da procura, apenas se expressou num aumento de US\$45 milhões na receita da exportação (de US\$688 milhões para US\$735 milhões em 59-60).

Só há dois beneficiários dessa política oficial de desvalorização do cruzeiro: os importadores estrangeiros, que pagaram US\$713 milhões em 1960 pela mesma quantidade de café (16,8 milhões de sacas) pela qual tiveram de pagar US\$1.030 milhões de 1956, economizando portanto nada menos do que US\$317 milhões; e os latifundiários e exportadores brasileiros, que receberam Cr\$ 59 bilhões em 1960 pelo mesmo número de sacas vendidas em 56 por Cr\$ 37 bilhões, tendo, portanto, um aumento superior a 30% em sua receita em cruzeiros, embora a receita em dólares do País, resultante da exportação que realizavam, tivesse caído também em nível superior a 30%. O povo e a Nação pagam essa orgia.

Fontes: Relatórios e boletins da SUMOC, relatórios do Banco do Brasil e anuários estatísticos do IBGE.